

Alejandro Vivanco Sepúlveda

Parlamento eletrônico e transformação da democracia representativa

Dissertação de mestrado
apresentada ao Departamento
de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Valeriano Mendes
Ferreira Costa

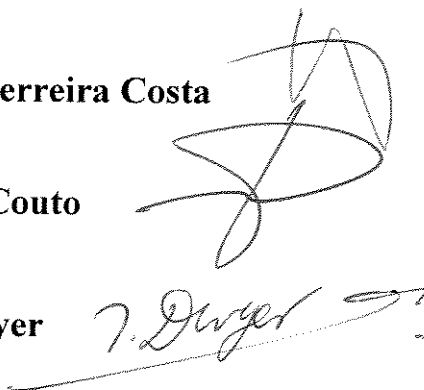
Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 13/03/2002

BANCA

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Prof. Dr. Claudio Gonçalves Couto

Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer



UNIDADE Be
Nº CHAMADA UNICAMP
V836p
V EX
TOMBO BCI 49003
PROC 16-837/02
C DX
PREÇO R\$ 11,06
DATA 15/05/02
Nº CPD

CM00167293-0

BIB ID 240121

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

V836p

Vivanco Sepúlveda, Alejandro

*Parlamento eletrônico e a transformação da democracia
representativa* / Alejandro Vivanco Sepúlveda - Campinas, SP :
[s.n.], 2002.

Orientador: Valeriano Mendes Ferreira Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Governo representativo e representação. 2. Senadores.
3. Comunicação política. I. Costa, Valeriano Mendes Ferreira.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

*A mis queridas Guachi y Maggie,
a la amada Mari y a mi hija Paloma
(que luego vendra al mundo),
seres sin los cuales mi vida
no tendría sentido.*

200221083

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
RUA DA QUINZE ANTE

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo discutir a emergência de novos canais de comunicação e interação dos parlamentares com os cidadãos, o que vem sendo denominado de “Parlamento Eletrônico”, sob a perspectiva das transformações pelas quais está passando a democracia representativa no mundo contemporâneo.

O trabalho é desenvolvido a partir da concepção de que a mídia eletrônica, assim como também a nova mídia, constitui espaços preponderantes de visibilidade através dos quais se torna pública e se realiza a política no mundo contemporâneo. Ela configura espaços de interação, comunicação e visibilidade públicos cujas regras de funcionamento criam determinados contextos que influenciam e transformam o modo de se fazer política. Uma das principais características desse processo de transformação é o atual uso que os representantes políticos estão fazendo da mídia eletrônica - em especial da televisão de massa e comercial e, mais recentemente, também da nova mídia, como a *tevé* a cabo/satélite e as comunicações via Internet -, para estabelecer formas de comunicação e interação diretas com os cidadãos. É o que se constata, hoje, nas casas legislativas de todo o mundo através do surgimento das “*tevé*s parlamentares” e das páginas *webs* dos parlamentos na Internet. A nova mídia aparece agora envolvida no próprio processo de governar, seja “publicizando” de forma imediata e direta as discussões e o processo de tomada de decisões em plenário seja incentivando o cidadão a interagir com seus representantes políticos, através do registro da sua opinião ou da escolha entre alternativas mediante um voto eletrônico. Estes seriam indícios dessa transformação da democracia representativa nos dias de hoje.

Após contextualizar o “Parlamento Eletrônico” dentro dos projetos que hoje são denominados de “democracia eletrônica”, para ilustrar esse novo momento da política representativa é focalizada a experiência particular do Senado Federal brasileiro com a nova mídia e também são apresentados alguns dados inéditos sobre as mensagens eletrônicas enviadas pelos cidadãos aos senadores, através do serviço “A Voz do Cidadão”.

Abstract

This dissertation has the purpose of discussing the need of new ways of communication and interaction between parliamentarians and citizens that has been received the title of "Electronic Parliament", considering the changes that representative democratic societies have experienced in our contemporary world.

The dissertation has been developed from the basis that electronic media, as the new media, represents important vehicles to open the discussion of problems of contemporary world. This media creates spaces of interaction, communication and public visibility whose rules of creates special context that induce and transform the way politics is being done. One of the main characteristics of this transformation process is the use that representative politicians are doing of electronic media- specially mass and commercial television, and recently, the new media, cable/satelite television and internet communication-, with the purpose of mantaining direct contact with citizens. It's what we can verify in many parliament offices all over the world with the creation of parliament TV channels and internet web sites. The new media is now involved even on the process of governing, imediately opening the discussion of different matters and the process of parliament decisions with the incentive of citizens to take part in the process of choosing the answers to the questions through electronic polls. The use of this means shows the changes of our democratic society.

After considering the "Electronic Parliament" within the projects of the electronic democracy to show this new phase of representative politics, we focus on the specific case of Brazilian Senate and its relationship with this new media and important new data about the messages between citizens and senators using "A Voz do Cidadao" programm.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às pessoas que me ajudaram a realizar essa dissertação, pois elas foram fundamentais para a sua concretização. Antes, porém, é preciso registrar que todas as falhas, omissões ou lacunas que possam ser encontradas nesse trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Valeriano M. Ferreira Costa, pela permanente atenção e confiança, pelo incentivo e respeito com que sempre me tratou em todas as reuniões que tivemos no Instituto e nas nossas várias conversas por telefone. Durante todo o período em que durou a realização desse trabalho, pude comprovar com satisfação não apenas a sua generosa capacidade intelectual, mas também o enorme empenho e o sincero interesse com que se devota aos alunos e à universidade. Espero que o resultado final dessa dissertação possa, pelo menos em parte, recompensar o tempo que me dedicou.

Agradeço ao Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, em especial à professora Rachel Meneguello e ao professor Thomas Dwyer, pelas suas contribuições inteligentes quando esse trabalho era apenas um projeto, e também pelas suas observações e sugestões que tentei incorporar a essa dissertação.

Sou grato também ao serviço “A Voz do Cidadão”, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, em particular à senhorita Ana Lúcia Novelli, pelo tempo que dispensou na compilação de alguns dados que são apresentados nessa dissertação.

Meu agradecimento ao funcionário da Secretaria de Pós-graduação do IFCH, Alcebíades Rodrigues Júnior, pelos seus prestimosos serviços.

Finalmente, agradeço carinhosamente à minha pequena e unida família, pela paciência e incentivo.

Índice

Introdução	XIII
Capítulo 1 – Mídia eletrônica e democracia representativa	03
1.1 – A “gramática” da mídia comercial e a crise da política	07
1.2 – Esferas de visibilidade pública e de disputa de bens simbólicos	13
1.3 – “Metamorfoses do governo representativo”	18
1.4 – A política sob as lentes da imprensa	27
 Capítulo 2 – Nova mídia e “democracia eletrônica”	 35
2.1 – Breve histórico dos projetos de “teledemocracia”	36
2.2 – A democracia “on line”	41
2.3 – Uma tipologia da “democracia eletrônica”	46
2.4 – Os limites da “democracia eletrônica”	50
 Capítulo 3 – Emergência do “Parlamento Eletrônico”	 61
3.1 – Breve panorama das tevês parlamentares	62
3.1.1 – A pioneira no Brasil: a <i>TV Senado</i>	66
3.2 – O Parlamento <i>on line</i>	77
3.2.1 – O <i>website</i> do Senado Federal	81
3.3 – Um novo espaço eletrônico de interação: “A Voz do Cidadão”	85
3.3.1 – As mensagens dos cidadãos	87
 Conclusão	 99
Bibliografia	103
Anexos	107

Introdução

De uns anos para cá, tem se observado em vários países que os parlamentares vêm buscando novas formas de interação e comunicação direta com os cidadãos. Com o implemento da nova mídia eletrônica, representada basicamente pelas transmissões televisivas a cabo/satélite e as comunicações via Internet, têm surgido e se multiplicado as tevês e os *sites* legislativos com o objetivo de tornar público o trabalho cotidiano dos Parlamentos e aumentar as possibilidades dos cidadãos participarem do processo legislativo. No primeiro caso, trata-se de emissoras criadas exclusivamente para o televisoramento ao vivo e direto das sessões do plenário, das reuniões das comissões parlamentares e das várias atividades internas do Parlamento. Esse novo gênero de cobertura televisiva vem sendo realizada, por exemplo, pelas estações de tevê *Canal Parlamentar*, do Parlamento Britânico, e *Canal Assemblée Nationale*, da Assembléia Francesa, que transmitem imagens dos parlamentares diretamente dessas instituições para os assinantes das chamadas tevês pagas. Uma das mais antigas e conhecidas emissoras desse gênero é a *C-SPAN* (Cable Satellite Public Affairs Network), dos Estados Unidos, que transmite as suas imagens para todo o mundo através das operadoras das tevês por assinatura que operam em cada país.

A outra forma desse novo tipo de comunicação parlamentar é a que está se utilizando dos recursos da Internet como espaço para também tornar pública uma variedade de dados e informações relacionadas ao processo legislativo, e como canal de comunicação direta entre eleito/eleitor. Nos *sites* parlamentares de vários países podem ser encontrados dados como, por exemplo, a agenda do Parlamento, andamento das reuniões das diversas comissões parlamentares, discursos dos parlamentares, resultados de votações, projetos de lei em debate no plenário etc. Em muitos deles, já é possível também hoje assistir às imagens transmitidas pelas tevês parlamentares. O modelo mais antigo e bem-sucedido desse tipo projeto que se tem notícia é a PEN (Public Electronic Network), trata-se de uma “Rede Pública Eletrônica” iniciada pela prefeitura da cidade de Santa Mônica, na Califórnia, em 1989, e que se encontra ainda hoje em operação. À semelhança dos *websites* parlamentares que estão surgindo nos dias atuais, a PEN foi a primeira rede da Internet de comunicação pública desenhada especialmente para divulgar informações de caráter político e para promover a interação dos cidadãos com seus representantes políticos, a fim de debater os problemas específicos da comunidade.

No Brasil, o Senado Federal foi a instituição pioneira a estreitar o uso da nova mídia eletrônica no âmbito do Congresso. Desde fevereiro de 1996, por meio de uma emissora pública de televisão, a *TV Senado*, os senadores vem divulgando ao vivo as suas atividades em plenário e as reuniões das Comissões Especiais. Assim como estão fazendo seus pares em outros países, um ano mais tarde o Senado também inaugurou a sua página *web* na Internet colocando à disposição do público uma ampla gama de informações referentes às atividades específicas do Senado e sobre os processos de tramitação dos projetos de lei que se encontram em discussão na Casa. Além disso, criou uma caixa receptora de e-mails para que os cidadãos encaminhem sugestões, críticas e comentários aos senadores. Esse serviço faz parte de um inovador sistema de ouvidoria do Senado conhecido como “A Voz do Cidadão”. Em 1998, o exemplo do Senado foi seguido pela Câmara de Deputados que também inaugurou a sua emissora de televisão e sua página *web* na Internet. O mesmo vêm fazendo várias assembleias e câmaras legislativas, no plano estadual e municipal, em todo o país.

Os primeiros sinais do “Parlamento Eletrônico”, como estão sendo hoje chamadas as instituições legislativas que se comunicam eletronicamente com os cidadãos através do uso nova mídia, foram percebidos nos EUA, no final dos anos 80, como o descreveram Abramson, Arterton e Orren, em “The Electronic Commonwealth: The impact of New Media Technologies upon Democratic Politics” (1988):

“(…) não apenas tem melhorado o fluxo de correspondência entre os parlamentares e os cidadãos, na última década, mas o estabelecimento da *C-SPAN* está levando os assuntos legislativos literalmente para dentro dos lares de milhões de cidadãos. Além disso, numa constante pesquisa por formas alternativas de interação direta com os cidadãos, os congressistas são pioneiros na experimentação com os sistemas eletrônicos de comunicação como a *tevé* a cabo/satélite, videoconferência e comunicações via rede de computadores”.¹

Embora projetos semelhantes já tenham sido realizados antes, desde o início dos anos 70, com o nome de “teledemocracia” – na verdade, foram projetos quase sempre realizados em nível local e em caráter experimental, quando apenas começavam a despontar as redes de computador, a televisão a cabo interativa e outras formas de comunicação eletrônica - o que hoje se observa é diferente porque o surgimento das *tevé*s e *websites* legislativos caracteriza-se por ser de iniciativa dos próprios parlamentares. O que insinua uma nova dinâmica da democracia representativa. Se

¹ “The Electronic ...”. Introduction: “(...) *not only have the flows of mail ...*” (tradução do autor).

fosse visto sob a perspectiva do modelo liberal-clássico de representação política, a busca por formas alternativas de interação pública com os cidadãos e de divulgação dos trabalhos internos do Parlamento não deixa de ser um fenômeno curioso. Pois, desde que o pensador inglês Edmund Burke proferiu, em 1774, no seu famoso “Discurso aos eleitores de Bristol” a máxima de que, entre as eleições, os membros do Parlamento são mais representativos quando deixados em paz para se orientar pelo bem geral de toda a comunidade e para decidir de acordo com a sua própria consciência, esse argumento tem sido utilizado freqüentemente para justificar práticas tão diversas como proibir a existência de galerias para que a população assista aos debates no Parlamento, negar aos cidadãos o direito de eleger diretamente seus representantes e, inclusive, impedir a entrada da imprensa no Parlamento, em especial, a presença das câmeras de televisão.

Por outro lado, com freqüência ouvem-se reclamações dos eleitores de que a prática comum dos parlamentares é aparecer em público somente durante as eleições, pois, após eleitos, encerram-se nas esferas dos negócios de Estado e o que se sabe sobre o que eles fazem, pensam e decidem é deixado a critério do que a imprensa decide e escolhe divulgar. Como, então, se explica agora a emergência desses novos canais que parecem querer abrir as portas do Parlamento ao olhar público e promover uma maior interação dos representantes com os cidadãos?

Antes de tratar dessa questão, é preciso primeiro ressaltar que o implemento da nova mídia eletrônica nos processos legislativos pode ser considerado como um novo momento da relação entre mídia e democracia. A fase mais conhecida dessa relação é a que a política já vem mantendo com a mídia tradicional, em particular com a televisão de massa e comercial, principalmente durante os períodos eleitorais. Embora esses dois momentos possam ser tomados como partes de um mesmo processo, o que se observa é que cada um deles têm dado origem a dois tipos de denominações que parecem não mais fazer referência direta ao modelo tradicional da democracia representativa.

No primeiro momento, vários pesquisadores vêm denunciando a televisão comercial como a principal responsável pelo recente declínio ou crise das instituições representativas. Para muitos estudiosos, durante os períodos eleitorais, torna-se flagrante os constrangimentos aos quais a política é submetida quando se vê obrigada a adaptar-se à dinâmica e à linguagem da televisão. Nesse contexto, para muitos deles, as formas tradicionais da política representativa entram em crise quando os políticos sucumbem ao poder do “espetáculo televisivo”. Assim, surgem expressões como “telecracia”, por exemplo, para referir-se a um estado em que a democracia é reduzida a informações e imagens superficiais pela televisão comercial.

O segundo momento diz respeito à instauração de canais de comunicação direta entre representante/representado por meio do implemento dos recursos tecnológicos da nova mídia eletrônica, aqui referidas às transmissões via cabos/satélite e às comunicações via Internet. Trata-se de uma nova situação na qual a mídia já não é mera coadjuvante dos processos políticos. Agora ela aparece envolvida no próprio processo de governar, seja “publicizando” de forma imediata e direta as discussões e o processo de tomada de decisões, seja incentivando o cidadão a interagir com seus representantes políticos através do registro da sua opinião ou mediante a escolha de uma alternativa numa votação eletrônica. Embora a expressão “democracia eletrônica” seja a que mais aparece hoje na literatura para se referir a esse novo momento da política, outras expressões também são encontradas, como “teledemocracia” e “ciberdemocracia”.

A partir disso, será que então devemos interpretar esse novo momento da democracia, caracterizado pela emergência do “Parlamento Eletrônico”, como sendo nada mais do que uma continuidade da “política-espatáculo” e, portanto, como mais uma etapa do que alguns vêm interpretando como uma crise da democracia representativa?

Neste trabalho, pretendo discutir a emergência do “Parlamento Eletrônico” como sendo parte de um processo de transformação pela qual está passando a democracia representativa em função da crescente centralidade que os meios eletrônicos de comunicação vêm ocupando na configuração do espaço público contemporâneo. A mídia eletrônica, em especial a televisão comercial e de massa, assim como também a nova mídia eletrônica, constitui espaços preponderantes de visibilidade através dos quais se torna pública e se realiza a política no dia a dia. Ela configura esferas privilegiadas de interação e visibilidade pública, cujas regras de funcionamento criam determinados contextos que influenciam e transformam o modo de se fazer política no dia a dia. Um dos principais traços desse processo de transformação é o atual uso que os representantes políticos estão fazendo da mídia eletrônica para estabelecer formas de comunicação e interação diretas com os cidadãos. Dessa forma, destaca-se que há uma nova dinâmica da democracia representativa diante do crescente papel desempenhado pela mídia eletrônica nos processos políticos que explica a emergência do “Parlamento Eletrônico”.

Para desenvolver essa afirmação, começo o primeiro capítulo afirmando que, a partir da concepção de Jürgen Habermas, em “Mudança estrutural da esfera pública” (1984) - segundo a qual os meios de comunicação modernos são entidades que se apropriaram dos espaços do debate público e o institucionalizaram -, muitos pesquisadores afirmam hoje que o processo de adaptação da política à “gramática” da mídia eletrônica comercial, fundamentalmente a televisão de massa,

desencadeia uma crise das funções tradicionais da democracia representativa, colocando em xeque a mediação realizada pelos partidos políticos entre eleito/eleitor (Delarbre, 1995; Miguel, 1997; Santos, 2000). A impressão transmitida por alguns pesquisadores é de que a democracia teria sucumbido ao “espetáculo midiático”, deturpando e degenerando as suas formas tradicionais de se apresentar e realizar, o que é representado por expressões como “videocracia” ou “telecracia”.

Entretanto, a seguir, será desenvolvida uma outra perspectiva em que a mídia eletrônica, fundamentalmente a televisão, é vista como um espaço preponderante de constituição e representação do campo da política, no mundo contemporâneo, por meio do qual se torna público o conflito político e uma arena de construção simbólica da política para onde convergem, concorrem e se sobrepõem múltiplas vozes e imagens de atores políticos e sociais (Missika e Wolton, 1983; Bourdieu, 1989; Thompson, 1998; Raya, 1998). Ela constitui-se como um espaço de visibilidade pública e uma arena de disputa pelo poder, da qual a política hoje já não pode mais prescindir. Com base nessa perspectiva, apresento a concepção segundo a qual as várias adaptações pelas quais está passando a democracia na sua relação com a mídia eletrônica não são interpretadas como sinais de uma crise da democracia, mas sim como características de um processo de transformação da democracia representativa, em função da mídia ser um essa arena de mediação da qual o político hoje se serve para tornar-se público e chegar até os eleitores (Manin, 1996). De acordo com essa versão, a crise dos partidos políticos não anunciaria uma crise geral da democracia representativa nem o triunfo da “política-espetáculo”, mas um processo de transformação do governo representativo: a passagem de uma forma de mediação política a outra. Sendo assim, estaria emergindo um novo formato do governo representativo, cujas características nos ajudam a entender o implemento da nova mídia eletrônica nos parlamentos.

Por outro lado, como será visto no final do capítulo, uma outra característica dessa transformação da política representativa é a quase total ausência da mediação jornalística. O que será dito sobre isso é que, apesar dos candidatos terem hoje desenvolvido uma certo domínio para gerenciar as suas imagens na televisão, eles sempre correm o risco de que, enquanto exercem o mandato, o capital de confiança que conquistaram do eleitorado nas eleições pode ser dilapidado pelas representações e imagens que a imprensa difunde deles para a grande audiência (Thompson, 1995 e 1998). A televisão é a vitrine através da qual a opinião pública hoje julga o desempenho dos representantes políticos enquanto exercem o mandato (Missika e Wolton, 1983). Mas, nesse processo, quem determina as regras de acesso à visibilidade pública via mídia é a imprensa (Bourdieu, 1989 e 1997) e ela, segundo alguns pesquisadores, vem realizando um tipo de cobertura

desfavorável dos políticos e da política em geral (Porto, 1997). O que se constitui num motivo a mais para explicar a emergência nos parlamentos de canais alternativos e diretos de “publicização” das atividades legislativas.

O implemento da nova mídia eletrônica na política, a exemplo do “Parlamento Eletrônico”, insere-se na corrente de projetos que vem sendo realizados desde a década de 70 e que hoje recebem a denominação genérica de projetos de “democracia eletrônica”. O segundo capítulo tratará precisamente de esboçar um breve panorama dessas experiências tentando contextualizar o “Parlamento Eletrônico” dentro desses projetos. Sendo assim, após um rápido histórico dos experimentos que inicialmente eram denominados de projetos de “teledemocracia”, serão apresentados alguns exemplos atuais sobre o uso que vem sendo feito da Internet na política e de uma tipologia das expressões que hoje são utilizadas para se referir a esses projetos. Como não há estudos específicos sobre o uso que os parlamentos vêm fazendo da nova mídia eletrônica, serão apresentadas algumas opiniões contemporâneas sobre a “democracia eletrônica” (Poster, 1995; Martino, 1997; Street, 1997) e as conclusões de duas pesquisas que nos fornecem alguns dados sobre as perspectivas que podem trazer para o futuro da democracia representativa o uso da nova mídia. A primeira delas foi realizada por Christopher Arterton, da Universidade de Yale, em 1987, sobre os vários experimentos de “teledemocracia” realizados por pesquisadores nas décadas de 70 e 80. A outra pesquisa é um estudo comparativo efetuado por Thomas Zittel, da Universidade de Mannheim, em 2000, sobre o uso democrático das páginas *webs* pelos parlamentares norte-americanos, sueco e alemães.

Com a finalidade de exemplificar o que será tratado nos capítulos anteriores, o último capítulo oferece um conjunto de dados referentes exclusivamente à emergência do “Parlamento Eletrônico” no mundo e no Brasil. Apresenta um panorama das características e da programação das tevês parlamentares e uma relação do que é mais freqüentemente encontrado, em termos de informação legislativa, em várias páginas *webs* dos parlamentos. A seguir, é descrita a configuração particular da *TV Senado* e do portal do Senado Federal. Para ilustrar como esses novos canais de comunicação parlamentar estão instaurando novas formas de interação entre os representantes e seus eleitores, são apresentados dados inéditos das mensagens eletrônicas enviadas aos senadores registradas pelo serviço “A Voz do Cidadão” e os conteúdos de algumas delas relacionados à votação do relatório da Comissão de Ética que investigou a violação do painel do Senado, em maio do ano passado. Esses e outros dados contidos no capítulo são comentados como exemplos ilustrativos desse novo momento da democracia representativa.

Capítulo 1

Mídia eletrônica e democracia representativa

O pano de fundo que permeia o debate sobre a “espetacularização” da política origina-se do pressuposto de que, no mundo contemporâneo, o espaço público vem cada vez mais sendo configurado pela mídia, principalmente pela televisão de massa e comercial. Uma obra fundamental para entender como esse fenômeno se iniciou no mundo moderno é “Mudança estrutural da esfera pública” (1984), de Jürgen Habermas.¹ Estudando o desenvolvimento institucional da mídia, ele constatará que “o desenvolvimento do capitalismo mercantil no século XVI, junto com as transformações institucionais do poder político, criaram as condições para a emergência de um novo tipo de esfera pública nas origens da Europa moderna. Nesse contexto, o significado de ‘autoridade pública’ começou a mudar: passou a ter menos referência ao domínio da vida palaciana do que às atividades de um sistema estatal que tinha legalmente definido esferas de jurisdição e um monopólio sobre o uso legítimo da violência. Ao mesmo tempo, uma ‘sociedade civil’ emergiu como o domínio das relações de uma economia privatizada que eram estabelecidas sob a égide da autoridade pública. O domínio ‘privado’ assim compreendia tanto o domínio em expansão das relações econômicas quanto a esfera íntima das relações pessoais que se tornavam cada vez mais livres da atividade econômica e ancoradas na instituição da família conjugal “.²

Será precisamente entre o domínio da autoridade pública ou o Estado, de um lado, e o domínio privado da sociedade civil e das relações pessoais, de outro, que surgirá uma nova esfera de “público”: a esfera pública burguesa. A instituição desse fórum corresponderá ao período histórico de emergência revolucionária da burguesia na construção da nova ordem social e política. Trata-se, portanto, de um espaço surgido entre a autoridade do Estado e o domínio privado da sociedade civil formado “por um público pensante constituído de pessoas privadas”³, onde a autoridade do Estado poderia ser criticada e questionada a justificar-se diante desse público informado e pensante.

¹ HABERMAS, J. “Mudança estrutural da esfera pública. Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa”. R. J. : Tempo Brasileiro, 1984.

² Ibid. p.37.

³ Ibid. p. 15.

A novidade dessa nova esfera encontra-se no fato de ser um fórum de indivíduos privados que se juntam para debater aberta e criticamente sob as regras da razão, com autonomia, sem entraves como a coerção, a persuasão e/ou a ideologia. Nas palavras de Habermas:

“A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera de pessoas privadas, reunidas em público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca de mercadorias na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”.⁴ A subjetividade burguesa desta esfera encontra o seu público específico na esfera pública literária. Esta esfera pública literária encontra suas instituições “nos principais centros urbanos da Europa moderna, incluindo salões e cafés que, a partir de meados do século XVII, se tornaram lugares de discussão e ambientes sociais onde as elites instruídas podiam interagir entre si e com a nobreza em posição mais ou menos de igualdade”.⁵

O que ocorre nesse espaço, portanto, é o encontro de interesses privados objetivos que se manifestam no embate discursivo, se reconhecem intersubjetivamente, atingindo na sua síntese, uma dimensão pública. Personificando interesses de classe, a nova esfera era capaz de formar uma opinião pública a partir da discussão crítica, da argumentação racional e do debate. Quem cumprirá a função de elevar essa síntese a uma dimensão pública é a imprensa escrita. Os primeiros jornais críticos que surgiram na Europa em fins do século XVII e por todo o século XVIII se dedicam a registrar e veicular as opiniões desses particulares, a dar voz a esse espaço público, formando um novo fórum de debate público. Muitos dos novos periódicos se interligavam estreitamente com a vida dos cafés, uma vez que eram lidos e debatidos por indivíduos que lá se juntavam para discutir as questões do dia.⁶ É o que Habermas chamará de “princípio da publicidade”: opiniões particulares podem se tornar públicas através do debate crítico-racional.

Comprometida, portanto, desde o início com a função de “publicização do privado”, a imprensa surge como uma instituição, ou melhor, como um “instrumento” que irá entronizar a opinião pública como meio de expressão dos interesses privados objetivos, elevando as diversidades privadas à síntese pública. Essa síntese pública de interesses privados são os elementos fundamentais da ideologia burguesa. Mas Habermas sustentará que, na forma específica em que ela existiu no século XVIII, a esfera pública burguesa não durou muito tempo. Com o desenvolvimento

⁴ Ibid. p.42.

⁵ Ibid. p. 51-52.

⁶ Ibid. p. 68.

do poder do Estado, da emergência de instituições sociais não estatais e, principalmente, pelo crescimento dos meios de comunicação e a comercialização da comunicação de massa esse espaço insipiente teria sido destruído/transformado. Hoje, a antiga função ideológica exercida pelos órgãos de imprensa teria mudado ao terem sido transformados em meios industriais de comunicação de massa:

“Em comparação com a imprensa da era liberal, os meios de comunicação de massa alcançaram, por um lado, uma extensão e uma eficácia incomparavelmente superiores e, com isso, a própria esfera pública se expandiu”.⁷

Entretanto, nesse processo, “o campo de debate racional-crítico tende a ser substituído pelo consumo”. De instrumentos de propagação e debate de idéias e projetos políticos, os meios de comunicação se transformaram em agentes de produção de um comportamento consumista e conformato às relações impostas pelo “sistema”.⁸ A necessidade de expressão racional-crítica dos indivíduos particulares, que procurava se satisfazer através do debate público com seus pares, acaba sendo dominada através de um consumo privado de mercadorias culturais ofertados pela indústria da comunicação de massa. Opera-se, assim, uma mudança: de indivíduos particulares racionais-críticos para consumidores massificados. As formas e conteúdos dos produtos dessas indústrias culturais sofreram um processo de massificação ao serem despolitizados, personalizados, individualizados e sensacionalizados. E os receptores desses produtos passaram a ser tratados como consumidores “acríticos” pela indústria da comunicação de massa.

A imprensa, como fórum de debates, teria mudado ao sucumbir aos interesses comerciais e se transformado em empresa. A comercialização da mídia altera o seu caráter profundamente: o que antes era um fórum exemplar de debate crítico-racional torna-se apenas mais um domínio de consumo cultural, e a esfera pública burguesa esvazia-se em um mundo fictício de imagens e opiniões. Se antes a imprensa podia intermediar e reforçar o raciocínio de pessoas privadas reunidas em público, este passa agora, pelo contrário, a ser cunhado primeiro pelos meios de comunicação de massa. Dominada por esse mecanismo para se realizar, a política transforma-se em espetáculo que os políticos e os partidos procuram administrar, de tempo em tempo, com o consentimento aclamante da população despolitizada, como ocorria nas cortes feudais. A massa da população é excluída da discussão pública e do processo de tomada de decisão, e é tratada como recurso

⁷ Ibid. p. 221.

⁸ Ibid. p. 251.

manipulável que os líderes políticos podem utilizar para extrair, com o auxílio das técnicas de marketing, aprovação suficiente para legitimar seus programas políticos.

Os mecanismos do “princípio de publicidade”, cuja base era o debate racional-crítico, seriam hoje empregados para manipular a opinião da população:

“A propaganda é uma outra função que uma esfera pública dominada por mídias assumiu. Os partidos e suas organizações auxiliares vêm-se, por isso, obrigados a influenciar as decisões eleitorais de modo publicitário, de um modo bem análogo à pressão dos comerciais sobre as decisões de compra: surge o marketing político. Os agitadores partidários e os propagandistas ao velho estilo dão lugar a especialistas em publicidade, neutros em matéria de política partidária e que são contratados para vender política apoliticamente”.⁹

Habermas concluirá que “o mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública (...). Ao invés de uma opinião pública, o que se configura na esfera pública manipulada é um atmosfera pronta para a aclamação, é um clima de opinião”.¹⁰ Não há mais uma autêntica esfera pública, um espaço para a opinião e o debate de idéias e projetos políticos, mas sim uma esfera pública “plebiscitário-aclamativa”. O que existe, dirá ele, é um “simulacro” da mesma.

A partir do modelo de espaço público descrito por Habermas e o seu declínio com a emergência dos meios de comunicação de massa, seus críticos têm sugerido reflexões muito diferentes sobre a possível contribuição da mídia com relação à esfera pública. Tem se discutido se a sua concepção ajuda a explicar a constituição do espaço público contemporâneo. Também as noções de representação e acesso, assim como o ideal de um debate crítico-racional e desinteressado, têm sido questionados como condições necessárias de uma esfera pública contemporânea.¹¹ Se para Habermas os meios de comunicação modernos são entidades que se apropriaram do debate público e o institucionalizaram, para outros pesquisadores a principal questão que se coloca hoje é se há espaço para dar expressão aos distintos interesses sociais, se é possível o acesso de grupos tradicionalmente marginalizados ou, ainda, se é válido conceber a esfera pública como sendo única e

⁹ Ibid. p. 252-253.

¹⁰ Ibid. p 254.

¹¹ Um exemplo é DHALGREN, P. “Television and the Public Sphere: Citizenship, Democracy and the Media. London: Sage Publications, 1995. Ele afirma que embora a participação da audiência em programas de televisão proporciona um fórum para grupos para os quais de outro modo seria excluído da visão pública, este acesso não necessariamente significa que as estruturas de poder sofrem alguma mudança significativa. Estes programas podem ser vistos como proporcionando uma ilusão de participação o qual encoraja cidadãos a sentir como se seus direitos democráticos estivessem sendo exercidos. O debate público hoje na televisão e nos jornais mantém pouca semelhança com o debate crítico-racional idealizado por Habermas.

homogênea. O tratamento dado por Habermas em seu livro ao papel da mídia nos processos de mediação da esfera pública também receberá críticas, principalmente por ainda ser extremamente dependente do conceito adorniano das indústrias culturais, pois prevalece a idéia conspirativa de um poder manipulativo dos administradores das indústrias de comunicação.

Apesar dessas críticas, nos estudos contemporâneos sobre as transformações pelas quais têm passado a esfera pública, está presente uma vertente de estudos tributária da concepção habermesiana que confere uma enorme centralidade aos meios de comunicação de massa, principalmente à televisão comercial e de massa, na configuração desse espaço nos dias atuais. Entretanto, eles argumentam que, por estar organizada sob os moldes ditados pelo lucro, tudo o que transita na órbita da esfera configurada pela mídia teria de condicionar-se às suas dimensões de tempo e espaço, à sua “gramática”. A televisão é vista como uma arena atravessada por disputas de agentes econômicos e atores políticos que aplicam seus poderes a fim de influenciar as decisões dos consumidores e a preferência do eleitorado, mobilizando indistintamente ora o poder de compra, ora o poder de voto dos cidadãos. Nessas circunstâncias, ao se tornar o principal local de intercâmbio e mediação, em detrimento dos espaços públicos clássicos da política (como a praça pública, os sindicatos, o partido), a política acaba tendo que se submeter às regras do espaço público constituído por ela. O que estaria gerando a banalização e deturpação das funções tradicionais da democracia representativa.

A mídia eletrônica seria apontada, portanto, como a principal responsável pela decadência e crise dos partidos políticos. Vários estudiosos, como veremos a seguir, apontam os períodos eleitorais como sendo os cenários ideais para constatar como a política aparece sendo compelida a adotar essa lógica de funcionamento do espaço público midiático. Pois seria nesses momentos que pode ser observado como a arena política é invadida por estratégias de marketing, cujas conseqüências desastrosas seriam a “espetacularização” e “personalização” dos processos políticos.

1.1 – A “gramática” da mídia comercial e a crise da política

Duas das mais conhecidas expressões encontradas na bibliografia para se referir às conseqüências provocadas pela relação entre democracia e mídia são “telecracia” e “videopolítica”. A primeira é utilizada pelo pesquisador mexicano Raúl Delarbre para denominar o que considera

uma ameaça à democracia diante de um mundo dominado pela televisão. A “telecracia” é entendida como sendo um tipo de organização política segundo a qual a televisão se torna o principal cenário da disputa pelo poder, e é responsável pelos seus efeitos negativos com relação ao modo de se fazer política.¹² A segunda expressão é do argentino Oscar Landi, para quem as regras do espetáculo televisivo substituíram as regras da representação política e do debate político. O espetáculo televisivo impõe a sua lógica nas ações políticas gerando uma crise das formas anteriores de encenação política. Os atos políticos já não têm como objetivo a confraternização dos cidadãos, “se realizam para ser televisados”, colocando em xeque as formas de encenação tradicionais da política.¹³

A onipresença da televisão nos processos políticos pode melhor ser observada, segundo esses pesquisadores, em cenários de disputa política, como as que ocorrem durante as campanhas eleitorais. Nesses momentos é que a representação partidária aparece como uma das instituições políticas mais afetadas. Durante as eleições, a mídia criaria uma realidade social despolitizada pelo excessivo uso de técnicas plebiscitárias de sondagens da opinião pública e pela transformação das campanhas eleitorais em táticas puramente mercadológicas, gerando uma crise das funções básicas dos partidos políticos. Essa é a visão que nos oferece em tom de pessimismo, por exemplo, o pesquisador português Almeida Santos quando analisa o que chama de “gaiola eletrônica”:

“Com efeito, estamos a assistir a uma espécie de afunilamento da natureza dos partidos. Também eles se concentram cada vez mais na praça televisiva e diluem as suas estruturas na personalidade mediática dos líderes. Os programas perderam consistência, as estruturas orgânicas funcionam com o único objectivo de legitimar opções definidas em círculos muito restritos de poder. (...) A figura do militante perdeu importância em face dos novos sujeitos emergentes da produção comunicativa. As grandes opções ético-políticas passaram a constituir, quando existem, um vago pano de fundo onde já poucos se reconhecem. Um estúdio televisivo vale mais do que cinquenta assembleias partidárias ou do que vinte comícios no terreno. Entre os partidos e a sociedade civil interpôs-se, de forma incontornável, o sistema mediático electrónico. A agenda política passou a ser determinada pela agenda dos média. (...) E o líder político quando fala na televisão tem de usar uma linguagem e uma imagem jornalística e televisiva. A dialéctica política sofisticou-se e subtilizou-se. Ela depende cada vez mais dos impulsos electromagnéticos e cada vez menos do tom

¹² DELARBRE, Raúl Trejo. “Telecracia no es democracia”, *Comunicação & Política*, nova série, v.I, No.3, abril-julho 1995, pp. 107-126, p. 107.

¹³ LANDI, O. “La televisión y el futuro de la política”. *Comunicação & Política*, No. 12, julho-dez. 1990, p.44-45.

de voz. Depende cada vez mais das visões e cada vez menos das convicções. Por isso se fala tão freqüentemente de 'ligações perigosas' entre o poder político e os média".¹⁴

Um outro resultado dessas "ligações perigosas" entre a democracia e a mídia é exposta por Delarbre. Para ele, os líderes políticos já não procuram mais distinguir-se pela sua experiência ou pela sua capacidade de liderança, mas pelo nível de simpatia que possam conquistar frente aos grandes auditórios. Na sua opinião, ao contrário do que ocorria antes, hoje o político investe muito mais na sua imagem do que na sua plataforma político-partidária:

"Y entonces, ante la pobreza e incluso la similitud de las propuestas políticas, los personajes tienden a sustituir a los partidos. Esa preponderancia de los líderes sobre los partidos y de las consignas sobre los programas, se aviene bien la capacidad sintetizadora y tendencialmente maniquea de la radio y sobre todo, la televisión. Es más: la política tal y como estaba concebida tradicionalmente, como un proceso de mediaciones, tiende a conferir a la televisión el papel de gran mediador. Habitualmente, los partidos han sido intermediarios entre la sociedad y el poder. Los partidos mismos, a su vez, se han estructurado como organizaciones estratificadas, en donde los dirigentes municipales representan a comunidades de base para a su vez ser representados por líderes estatales y, éstos, por los dirigentes nacionales. Esa estructura no ha perdido utilidad ni necesidad, como se demuestra en los procesos internos de cada partido para seleccionar a sus candidatos. Pero en las grandes confrontaciones, estatales o nacionales, los espacios de mediación llegan a perderse, o a quedar subordinados, en beneficio del Gran Intermediario, pero que también puede y quiere ser el Gran Actor, que es la televisión".¹⁵

A lógica comercial da televisão, ancorada em recursos de dramatização e de simplificação dos discursos e imagens, constrói uma realidade atraente para o consumo público e, desse modo, todos os temas por ela tratados são adaptados a esse formato. O mesmo teria acontecido com as formas da política se apresentar publicamente e com os discursos políticos na televisão, afirmam vários pesquisadores. A adaptação dos políticos à "gramática" da televisão teria solapado as funções tradicionais da representação partidária, colocando-a em "crise" ao transformá-la em simulacro. Assim, o que resultou da política na sua relação com a televisão é a "espetacularização" e a "personalização" dos processos políticos.

¹⁴ SANTOS, João de Almeida. "Ciberdemocracia, ou gaiola eletrônica". Intervenção no Seminário de E-Politics. Maio/2000. www.zananon.com/plural/doc28.html.

¹⁵ DELARBRE, R. op. cit., p. 121-122.

Conforme Murilo Soares, a transformação da imagem do político diante do aparelho de televisão ocorre porque a televisão é um campo fértil para a dramatização, “criando a oportunidade para que os líderes ‘personifiquem’ algo para o grupo através de sua atuação, as massas participam vicariamente do drama social sob a forma de ‘entretenimento’, identificando heróis, vilões ou loucos, situando-se na ‘cena’. Políticos, conscientes da projeção de suas imagens sobre as audiências, constroem pseudo-eventos, acontecimentos de entretenimento e desempenhos teatrais, através dos quais podem controlar a apresentação de sua imagem para a massa”.¹⁶ É por meio da dramatização que o político é dominado pela “linguagem” da mídia eletrônica. Ele é obrigado a atuar segundo os componentes da estrutura ficcional, rebaixando a política a um puro jogo de encenação.

A transformação de atos políticos e da política em geral em espetáculo e diversão, através do emprego de técnicas publicitárias e da mídia, criaria uma aberração da democracia, que Santos designa de “esquizofrênica”:

*“A personalização dos partidos, das políticas e das eleições, fruto directo da mediatização integral da vida, tem progredido de forma avassaladora, deixando cada vez mais em estado de prostração os velhos aparelhos partidários. Nestes partidos, conta mais o publicitário genial, que não é militante nem sequer simpatizante, do que o velho militante, num mesmo tempo em que dez activistas de rua, com apoio televisivo, valem mais do que dez mil, sem ele”.*¹⁷

Uma outra dimensão que o poder da mídia teria afetado seria o discurso político tradicional. A “espetacularização” da política pela televisão comercial teria sacrificado também o conteúdo dos debates políticos, esvaziando as possibilidades discursivas na esfera pública. A mensagem política organizada segundo princípios argumentativos de convencimento, teria dado lugar ao uso estratégico de imagens persuasivas para convencer. De acordo com Tereza Halliday, o impacto provocado pela dinâmica da televisão no discurso político acabou distorcendo a retórica da política tradicional, transformando-a em instrumento de empulhação: “A compulsão dos cinco minutos de glória nos meios de comunicação de massa parece estimular a verborragia de ministros e líderes sindicais. Assim, reforçam a noção popular de retórica como manejo de linguagem para dissimular a realidade, enfeitando-a ou negando-a”.¹⁸

¹⁶ SOARES, Murilo César. “Retórica e Política”. Comunicação & Política, vol.II, No.2, Nova Série, maio-agosto 1996, pp. 146-153, p. 150.

¹⁷ SANTOS, João de Almeida. op. cit.

¹⁸ HALLIDAY, Tereza Lúcia. “Retórica e Política: a questão da Responsabilidade”. In: MATOS, Heloísa. (org.). Mídia, Eleições e Democracia, São Paulo: Página Aberta, 1994. p. 98.

A televisão magnifica as imagens dos personagens políticos, ao mesmo tempo em que simplifica as idéias e o debate político. A frase direta e breve, afortunada ou não, na televisão, conquista mais importância que a idéia que se quer transmitir, lamenta Delarbre:

“Los dirigentes políticos, e incluso los analistas y comentaristas que comparecen ante ese medio, tienen que sintetizar sus opiniones en unos cuantos minutos o, casi siempre, en fracciones de minutos. Las propuestas políticas, entonces se transforman en consignas. La retórica del discurso tradicional, que suele emplearse en las alocuciones cara a cara (en un mitin, o en una asamblea) tiene que ser sustituida por una retórica de los medios electrónicos y, sobre todo, de la caja de imágenes múltiples, pero de conceptos restringidos, que es la televisión”.¹⁹

Além disso, os acontecimentos políticos são misturados sem hierarquia muito clara, ao lado de outros assuntos. Dentro dessa lógica, acrescenta ele, um debate parlamentar de várias horas freqüentemente é sintetizado em um ou dois minutos nos noticiários da televisão. E, a retórica do discurso político, que costumava argumentar no estilo clássico – primeiro a manifestação dos fatos, logo a crítica a eles e finalmente uma conclusão ou proposta – acaba desfigurando-se na manipulação da lógica televisiva, ao extrair frases soltas.

Estudando os efeitos da mídia eletrônica na política, o pesquisador Luis Felipe Miguel concluiu que o discurso tem que passar por quatro “movimentos” para se adaptar ao processo de transmissão pela televisão: “precisa ficar cada vez mais *imagético* (a palavra cede lugar à imagem), *íntimo* (a interlocução com o público é substituída pelo bate-papo com o espectador individual), *fragmentado* (o raciocínio longo e complexo é descartado como ‘cansativo’) e *difuso* (nenhum segmento da sociedade deve ser melindrado)”.²⁰ Diante dessa realidade, diz ele, o político faz de tudo para evitar que a sua aparição se transforme em espetáculo, “dado que o espetáculo político não deve, sob pena de perder a sua eficácia, ser visto como mero espetáculo, a completa adequação dos discursos políticos televisivos aos padrões do *videoclipe* seria contraproducente. O homem engravatado que fala com gravidade, empregando algumas palavras de uso pouco corrente, distingue a política do mero entretenimento televisivo: é a marca da seriedade na política”.²¹ Para o político formado no velho estilo discursivo, conclui ele, “é uma adaptação penosa”.

Como pode ser visto acima, várias situações são apontadas para descrever como a prática política nos dias atuais é submetida aos ditames do espetáculo televisivo e como a figura pública do

¹⁹ DELARBRE, R op. cit., p.108.

²⁰ MIGUEL, Luis Felipe. “Mídia e discurso político nas eleições presidenciais de 1994”, *Comunicação & Política*, nova série, v.IV, No. 1, janeiro-abril 1997, pp. 80-96. p. 86.

²¹ Idem.

líder político surge assumindo o lugar do ator. Embora esses autores descrevam um conjunto importante e real de mudanças pelas quais está passando a política, em função do papel privilegiado de mediação exercido pela televisão, o problema é que a responsabilizam por quase todos males da política. Na verdade, parece estar implícita uma certa visão idílica do passado da política, como se antes do desenvolvimento e difusão da mídia eletrônica, a política não sofresse de nenhum mal. Passa-se a impressão de que as campanhas realizadas antigamente em praça pública eram mais autênticas, como se não houvessem negociatas de bastidores ou como se os discursos não se utilizassem dos recursos da retórica ou, ainda, que os tradicionais recursos da atuação na política não passassem de pura encenação. Daí, o que se conclui é que a política descure de sua imagem cerimonial e do seu discurso formal quando se encontra no espaço configurado pela televisão.

Além disso, apesar de que a crise dos partidos políticos pode ser atribuída a outros fatores, para a maioria deles o poder negativo exercido pela televisão teria como consequência o processo de erosão e declínio dos partidos, o aviltamento das promessas de campanha e da desqualificação dos projetos coletivos. Tem-se a impressão de que a “espetacularização” da política acabou por completo com as cerimônias tradicionais ou que, no espaço configurado pela mídia eletrônica, não existiria nenhuma atividade política geradora de significado. Em síntese, essa interpretação da relação da democracia com a televisão acaba por deixar uma certa impressão apocalíptica dos mídia, onde os políticos aparecem dominados por ela e os cidadãos são transformados em simples receptores passivos.

Sem ter aqui a intenção de assumir uma visão apologética da mídia eletrônica, é possível interpretar de outra forma o papel que a mesma vem desempenhando na política, o que vai nos ajudar a entender o implemento que os parlamentares vêm fazendo dela. O sociólogo inglês J. B. Thompson, por exemplo, não desconsidera a centralidade que Habermas atribuiu ao papel da comunicação de massa como um fator formativo no desenvolvimento das sociedades modernas, mas não vê como nas nossas atuais sociedades poderiam ser preservados as formas e os antigos espaços tradicionais onde a política era antes realizada. Ele lembra que “o fenômeno da publicidade se separou da idéia de conversação dialógica em espaços compartilhados e ligou-se de forma cada vez mais crescente ao tipo de visibilidade produzida e alcançada pela mídia (especialmente a televisão)”.²² Os meios de comunicação impressos foram crescentemente substituídos por formas de comunicação de massa eletrônicos que “transformaram as próprias formas de interação,

²² THOMPSON, John B. “A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia”. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 119.

comunicação e difusão da informação nas sociedades modernas. A idéia original da esfera pública ligada ao meio impresso e ao comportamento de interação face a face num local físico comum não pode ser diretamente aplicada às condições criadas pelo desenvolvimento dos novos meios técnicos”.²³

Os novos espaços de visibilidade pública e as novas redes de difusão de informação propiciadas pela mídia eletrônica no mundo atual alteraram o caráter simbólico da vida política tão profundamente que, segundo afirma, qualquer comparação com a política mediada de hoje e práticas teatrais das cortes feudais é, no mínimo, superficial.²⁴ Mais do que comparar a arena das mediações deste século XX com eras passadas, seria preciso “repensar o significado do ‘caráter público’ hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, onde os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal”.²⁵ Sendo assim, como veremos no item seguinte, é preciso primeiro destacar que um aspecto inelutável nos processos políticos dos dias atuais é que a mídia eletrônica - fundamentalmente a televisão e, mais recentemente, a nova mídia eletrônica, como as comunicações via Internet - possui o virtual monopólio de conferir visibilidade a eventos e discursos no domínio público de um modo sem precedentes.

1.2 – Esferas de visibilidade pública e de disputa de bens simbólicos

Como se sabe, foi Walter Benjamin um dos primeiros a apontar, em “A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica”, que o efeito provocado pelas técnicas de reprodução midiática estariam afetando a democracia representativa por terem alterado as condições de apresentação pública dos governantes:

“As democracias apresentam os governantes de modo direto, em carne e osso (...). Com o progresso dos aparelhos, que permite fazer com que um número infinito de auditores ouça o discurso do orador no próprio momento em ele fala, bem como divulgar a sua imagem diante de um número infinito de

²³ Ibid., p. 156.

²⁴ Se para Thompson os mídia, ao separarem a publicidade da necessidade de partilhar de um lugar comum tornaram os acontecimentos mais públicos e visíveis, há outros analistas que vêem essa nova realidade como o declínio ou a destruição da vida pública, a exemplo de Richard Sennett, em “O declínio do homem público”. Muitos deles observam o caráter privatizado e fragmentário do processo de recepção como um sinal de que a vida pública nas sociedades modernas está praticamente morta - não que o desenvolvimento da comunicação de massa, por si só, tenha exterminado a vida pública, mas que o desenvolvimento dos meios técnicos, com seu fluxo de mão única sendo despejadas sobre a privacidade de um lar, selou o caixa de uma esfera pública outrora florescente.

²⁵ THOMPSON, John. op. cit., p.72.

espectadores, o essencial passa a ser a apresentação do político diante do aparelho. Essa nova técnica esvazia os Parlamentos, do mesmo modo como esvaziou os teatros. Rádio e cinema não modificam apenas a função do ator profissional, mas também de qualquer pessoa que, como é o caso do governante, apresenta-se diante do microfone ou da câmera. O intérprete do filme e o homem de Estado, apesar das diferenças dos objetivos visados, sofrem a este respeito transformações paralelas. Elas conduzem, em certas condições sociais determinadas, a aproximá-los do público”.²⁶

Antes do advento da mídia eletrônica, os líderes políticos só podiam aparecer diante de um número de indivíduos muito pequeno reunidos no mesmo local. Para a maior parte dos cidadãos, os líderes políticos eram invisíveis e podiam restringir suas aparições públicas a grupos relativamente fechados em assembleias ou reuniões da corte. Com o desenvolvimento e expansão da mídia eletrônica instituindo e ampliando o espaço público, os líderes políticos viram-se não somente diante de uma multiplicidade de públicos, mas também passaram a ser submetidos a um novo tipo de escrutínio público. Como a televisão de massa permite que o público veja diariamente a vida pública dos atores políticos, o exercício mesmo da representação política pode ser visualizado e avaliado regularmente pelos cidadãos. Essa transformação na natureza da visibilidade pública propiciada pela mídia eletrônica teria alterado, e ainda estaria alterando, as relações de poder entre os governantes e os governados. Isso não implica que a política tenha se deslocado dos espaços específicos ou tradicionais onde ela costumava ser gerida. Ela ainda continua a ser engendrada nas praças, nos partidos, nos Parlamentos etc., mas a visibilidade pública que lhe garante a existência se projeta nos dias atuais na/através dos mídia.

De acordo com Thompson, no modelo de democracia das cidades-estados gregas, o compromisso com a visibilidade era parte integrante do exercício do poder político: “os cidadãos se reuniam em lugares comuns para debater questões, fazer propostas e tomar decisões, o exercício do poder político era relativamente visível: as intervenções e argumentações dos participantes podiam ser vistas e ouvidas por aqueles ali reunidos, e todos tinham direitos iguais de manifestar a própria opinião e de ser ouvidos. As assembleias constituíam um tipo distinto de esfera pública na qual a publicidade (ou visibilidade) do poder se baseava na capacidade dos indivíduos de se ocuparem num debate uns com os outros num lugar comum e de chegarem a decisões coletivas através de um consenso da maioria”.²⁷

²⁶ BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica”. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da Cultura de Massa. S.P.: Paz & Terra, 2000. 5ª. ed., p. 329.

²⁷ THOMPSON, John. op. cit. p. 112.

Já nas monarquias da Idade Média e do início do período moderno, os negócios do Estado eram conduzidos nos círculos relativamente fechados da corte, de modo completamente invisível à maioria da população. “Quando reis, princesas ou lordes apareciam diante de seus súditos, eles o faziam apenas para afirmar o seu poder publicamente (visivelmente), não para tornar públicas (visíveis) as razões em que assentavam suas decisões políticas. Suas aparições públicas eram eventos cuidadosamente encenados, cheios de pompa e cerimônia, nas quais a aura do monarca tanto se manifestava quanto se afirmava. Publicidade dizia respeito não ao exercício do poder, mas à exaltação. Nos primeiros escritos teóricos sobre a *raison d'état*, a privacidade dos processos de tomada de decisão era comumente justificada pelo recurso ao *arcana imperii* – isto é, pela doutrina do segredo de estado, que sustentava que o poder do príncipe é mais efetivo e verdadeiro em seus objetivos se for escondido da contemplação das pessoas e, como a vontade divina, invisível”.²⁸

Com a consolidação do Estado constitucional moderno e a emergência da sociedade de massa, onde as decisões políticas importantes passaram a ser sujeitas a debates dentro das assembleias parlamentares, o poder se tornou mais visível e os processos de tomada de decisão, mais públicos. Entretanto, se durante uma boa parte do período moderno algumas instituições tradicionais como o Parlamento e os partidos bastavam, em boa medida, para tornar públicas as ações, idéias e as cerimônias políticas, com o desenvolvimento e expansão dos meios eletrônicos de comunicação isso acabou mudando. Para Thompson, a maciça expansão da audiência receptora das mensagens mediadas pela televisão e a sua enorme ênfase na visibilidade, instauraram nos regimes das democracias liberais um sistema de democracia representativa onde as imagens projetadas para o público são parte importante das estratégias para governar.

É uma realidade inevitável nos dias atuais, destacam Missika e Wolton em “La folle du logis: La télévision dans les sociétés démocratiques” (1983), que um representante político nos dias de hoje não pode governar sem se expor regularmente às lentes da televisão. Todas as ações dos representantes devem levar obrigatoriamente em conta a dimensão da comunicação televisiva, pois o sucesso na comunicação passou a ser fundamental para o sucesso na política. Se antes a credibilidade de um parlamentar era julgada no Parlamento ou pelos seus correligionários de partido, hoje a televisão o expõe publicamente para ser julgado pela audiência. A tendência, hoje, é que cada homem político exponha o seu projeto político na televisão para o público, antes que para

²⁸ Ibid., p. 113.

seus pares. A desvalorização do papel que era desempenhado pelo Parlamento e pelo partido, garantem eles, é uma das grandes transformações dos últimos anos.²⁹

A familiaridade visual que a televisão trouxe da aparência dos detentores do poder gerou uma mudança importante. A mídia eletrônica instaurou um olhar permanente da sociedade sobre os políticos. É dessa forma que a televisão realiza uma mudança fundamental no exercício da representação política. Pela primeira vez, a televisão materializa a dimensão simbólica da representação.³⁰ Ela mostra a representação política nos espaços e lugares onde ela é institucionalmente realizada, com seus valores e símbolos, tornando-a permanentemente exposta. Ao mesmo tempo, a televisão também outorga aos políticos no exercício do poder, pelo simples fato de se exprimir através dela, um grau de legitimidade que eles julgam indispensável para suas estratégias políticas.³¹ Esse acesso à televisão é considerado como um atributo de sua representatividade, pois, ao assegurar a repercussão de suas opiniões, a televisão reforça sua legitimidade. Quando o político aparece na televisão legitima socialmente a sua imagem pública de representante.³² De uma forma geral, afirmam Missika e Wolton, quando o representante político fala na televisão, esta permite que a sociedade reconheça seu discurso e lhe dê seu “imprimatur”.

Seguindo o mesmo raciocínio, Pierre Bourdieu diz que a televisão é hoje um componente essencial na construção simbólica da legitimidade e autoridade política. Forma parte dos elementos que auxiliam na elaboração e conservação do “capital político”, necessário para agir nas democracias representativas. O capital político, na sua concepção, “é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto - os próprios poderes que eles lhes reconhecem (...) com a condição de ele espalhar os seus benefícios sobre os que assim o apoiarem, o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele”.³³ Esse “capital” específico é um puro “valor fiduciário” no processo de representação, ele depende da opinião, da crença, da “fides” de aqueles que o apoiam.

Daí a televisão ser um importante componente na formação desse “capital político”, na medida em que possui uma importante dimensão simbólica que se relaciona com as formas de

²⁹ MISSIKA, Jean-Louis & WOLTON, Dominique. “Le nouvel espace public”. In: _____. La folle du logis: La Télévision dans les sociétés démocratiques. France: Gallimard, 1983. p. 306: “*La fonction du Parlement comme lieu...*” (tradução do autor).

³⁰ Ibid., p. 310.

³¹ Ibid., p. 312.

³² Idem.

³³ BOURDIEU, Pierre. “A representação política: elementos para uma teoria do campo político”. In: _____. O poder

produção, armazenamento e circulação de conteúdos que transmitem significados, tanto para os indivíduos que os produzem como para quem os recebe. Em qualquer sociedade, de acordo com Thompson, “os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico. Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de uso da linguagem até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social”.³⁴ Sendo assim, o desenvolvimento tecnológico da mídia é frequentemente interpretado como uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social. A cada revolução dos meios tecnológicos corresponderia uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si e uma reorganização das formas de interação do poder com a sociedade.

É por isso que, constituindo-se em um espaço privilegiado de visibilidade/publicidade, a mídia eletrônica também assume a feição de um campo de disputa pelo controle do acervo de recursos simbólicos disponíveis, pois seriam estes os que moldariam as preferências das massas no consumo, na política e na estética. Thompson descreve esse espaço como um campo de “luta pela visibilidade”. As lutas políticas no mundo contemporâneo se tornaram, diz ele, lutas para se fazer ouvir e ver (e impedir que os outros o façam). E isso não seria, na sua opinião, um aspecto periférico das turbulências políticas do mundo contemporâneo, pelo contrário, estaria no centro dele. Um exemplo recente, por exemplo, seriam os movimentos sociais, “como o movimento das mulheres e o movimento dos direitos civis, fornecem amplo testemunho de que as reivindicações de grupos até então subordinados ou marginalizados só se conquistam através de lutas pela visibilidade da mídia. A evolução de tais movimentos também comprova o fato de que, ao conquistar algum grau de visibilidade na mídia, as reivindicações e preocupações dos indivíduos particulares podem ter algum reconhecimento público, e por isso podem servir como um apelo de mobilização para indivíduos que não compartilham o mesmo contexto temporal-espacial”.³⁵

Como um espaço gestor de visibilidade e de disputa de bens simbólicos, a mídia eletrônica constitui-se hoje como um arena através da qual uma pluralidade de atores políticos, e também sociais, tentam intercambiar e disputar produções de sentido, procurando interferir na ordem

simbólico. Rio de Janeiro: Lisboa, 1989. p.189.

³⁴ THOMPSON, J. op. cit. p.19.

³⁵ Ibid., p. 214-215.

política. Ou, como afirma Raya, os mídia são instituições de mediação que podem ser vistas de duas maneiras: como “reflexos” simbólicos no imaginário coletivo, pois é nos discursos e nas imagens que a mídia projeta publicamente que se encontra a maneira como os cidadãos pensam os conflitos políticos e atuam com relação a eles, e como configuradores das representações dos atores sociais e políticos, dos temas e dos conflitos que concorrem pela expressão pública.³⁶

Como se percebe, a mídia aqui é concebida como configurando uma arena de visibilidade em que se constróem e se disputam representações que modificam, por sua vez, o próprio processo político. Os meios eletrônicos de comunicação são espaços de visibilidade que se constituem em arenas de lutas simbólicas onde diversos atores disputam a construção de consensos coletivos e de representações da política. É com base nessa perspectiva da mídia eletrônica que se abre a possibilidade de vislumbrar de outra forma as características que tem assumido, nos dias atuais, a democracia representativa na sua relação com a televisão. De acordo com o cientista político Bernard Manin, o que está ocorrendo é uma “metamorfose” da democracia representativa e não uma crise da mesma. Na sua concepção, a mediação partidária não está entrando em crise, ela está sendo compelida pela emergência de um novo modelo de democracia representativa, onde a televisão tem uma função essencial. Como será visto, uma das principais características dessa transformação é que os políticos estão estabelecendo um novo padrão de relação com a mídia eletrônica, cujo resultado lhes permitiria estabelecer canais de comunicação direta com o eleitorado.

1.3 – “Metamorfoses do governo representativo”

Em um ensaio intitulado “As metamorfoses do governo representativo” (1995), Manin descreve como a democracia representativa está passando pelo que chama de uma “metamorfose” diante dos novos contextos de espaço e visibilidade estabelecidos pela mídia eletrônica. Os novos contextos configurados por ela, transformam o padrão de relação entre os políticos e o eleitorado. Um dos traços mais perceptíveis dessa transformação é que, na sua relação com os cidadãos, estão chegando ao poder aqueles políticos que conquistaram um certo domínio técnico da mídia eletrônica. O que estaria dando origem ao que ele chama de “democracia de público”.

Trata-se de uma habilidade que determinados homens públicos vêm adquirindo em contato com a mídia eletrônica e que está modificando o tipo de elite que ocupa hoje os cargos públicos. As

³⁶ RAYA, Maria E. García. “Comunicación política y organizaciones sociales: de los medios y otros demonios”, Comunicação & Política, nova série, vol.V, No. 1, jan.-abril 1998, pp. 157-168. p. 159.

estratégias políticas dos líderes para conquistar o eleitorado não se apoiam mais somente no contato pessoal na esfera do partido ou da praça pública, no programa político ou no discurso ideológico, mas principalmente, de acordo com Manin, em um “jogo de imagens” que projetam uma personalidade “fabricada” por dispositivos de *marketing* através da mídia eletrônica. Essa nova forma de apresentar-se diante do público eleitor permite-lhes elaborar relações de identificação com um grande número de indivíduos que, de outra forma, seria impossível.

Visto desse ângulo, diz ele, a crise dos partidos políticos não deve ser interpretada como uma crise geral da representação e a vitória da “política-espetáculo”. O que está ocorrendo, afirma ele, deve ser interpretado antes como sendo a passagem de uma forma de representação política a outra, onde a relação ou interação eleitor/eleito passa a ser de outra natureza. Essa nova democracia representativa que está surgindo é diferente a dois outros formatos que existiram anteriormente, a “democracia parlamentar” e a “democracia de partido”. Nesses modelos, o espaço de mediação e realização da política eram, respectivamente, o Parlamento e o partido. Já no novo formato, onde a nova arena pública de mediação e realização da política é a mídia eletrônica, onde os representantes tenderiam a expor as suas idéias diretamente ao público. Visto dessa forma, ele concluirá que “o fenômeno atual deixa de ser visto como sinalizador de uma crise de representação e passa a ser interpretado como um deslocamento e um rearranjo da mesma combinação de elementos que sempre esteve presente desde o final do século XVIII”.³⁷

Essa combinação de elementos básicos que sempre estiveram presentes no governo representativo seriam representados por quatro princípios: os representantes são eleitos pelos governados através de eleições realizadas em intervalos regulares; o processo de tomada de decisões conserva um certo grau de independência das vontades do eleitorado; os governados podem expressar as suas opiniões e vontades políticas sem se sujeitar a qualquer controle por parte daqueles que governam; e, por último, as decisões públicas são submetidas a um processo de debates.³⁸

No modelo de governo representativo do tipo parlamentar, a escolha dos representantes pelos eleitores ocorria muito mais em função do carisma e da confiança pessoal transmitida pelo candidato. A liberdade de ação do parlamentar baseava-se na sua consciência ou julgamento. A opinião pública chegava diretamente ao Parlamento, através de manifestações livres dos cidadãos e dos debates públicos. Finalmente, a tomada de decisões, assim como a publicidade das mesmas,

³⁷ MANIN, B. “As transformações do governo representativo”, In: Revista Bras. de Ciências Sociais, No.29, out./1995, pp. 05-34, p. 33.

³⁸ ———. “The Principles of the Representative Government”. Cambridge: University Press, 1997. Introdução.

eram realizadas no âmbito do Parlamento. Não havia mediadores entre eleitor/eleito, o representante mantinha um assíduo contato com os grupos mais fiéis de eleitores.

Quando os partidos políticos surgiram, alguns acreditaram que a representação parlamentar estaria em crise, enquanto outros compreenderam que estavam diante de uma nova e viável forma de representação, que foi denominada de “governo de partido” ou “partido democrático”. As características assumidas pelos princípios desse modelo eram as seguintes: a escolha dos representantes pelos eleitores ocorria em função da confiança transmitida pelo partido e pelo seu programa de governo aos eleitores; a liberdade de ação do parlamentar era pautada pelo programa do partido; a opinião pública chegava ao Parlamento através das organizações partidárias e dos debates com os correligionários; a tomada de decisões, bem como a publicidade das mesmas, eram realizadas pela máquina de propaganda do partido. A fidelidade da sua clientela eleitoral era mantida por meio de uma extensa rede de relações partidárias.

Com a emergência e expansão da mídia eletrônica, no mundo contemporâneo, diz ele, novamente surge a idéia de crise do governo representativo. O que ocorre é que a escolha dos políticos pelos eleitores está se processando muito mais com base nas imagens de confiança “fabricadas” que eles conseguem transmitir para o público. Isso implica que o candidato hoje deve possuir um certo domínio da “gramática” da mídia se deseja conquistar um cargo público ou, como afirma ele, dever ter “espírito de comunicador”. O partido já não basta como base para lançamento de uma candidatura, pois os eleitores baseiam as suas escolhas muito mais nessas imagens que eles conseguem construir na televisão.³⁹ O pesquisador francês diz que, até duas décadas atrás, as preferências eleitorais eram explicadas em função das características sociais, econômicas e culturais dos cidadãos. Atualmente, mesmo quando essas características se mantêm constantes, o comportamento eleitoral varia. Isto se deveria a dois fatores: à personalização da escolha eleitoral e aos termos gerais de escolha eleitoral.

O primeiro fator, a personalização da escolha eleitoral, se refere ao fato de que hoje não se vota mais em partidos ou programas, mas em pessoas. Embora os partidos ainda exerçam um papel importante, o que ocorreu foi uma mudança nos canais de comunicação política que acabou afetando a natureza de relação de representação. Nas sociedades de massa, dada a centralidade da

³⁹ É claro que o que Manin faz é descrever uma tendência, não uma regra, pois existem muitos casos em que alguns candidatos chegam a ocupar uma cadeira no Congresso sem possuir nenhuma habilidade comunicativa para se relacionar com a mídia e também porque há outras determinantes envolvidos no processo de escolha de um candidato. Entretanto, são inúmeros os exemplos que mostram, hoje, que o indivíduo inexpressivo em termos de comunicação midiática está em desvantagem se deseja concorrer a um cargo público.

comunicação eletrônica, os candidatos passaram a se utilizar da televisão para se comunicar diretamente com seus eleitores, deixando em segundo plano a mediação pela rede de relações partidárias. É precisamente nesse contexto midiático que se sobressaem os líderes que tem domínio das técnicas de comunicação. É isso que o leva a concluir que estaríamos assistindo não a uma crise dos princípios da representação partidária, “mas a uma mudança do tipo de elite selecionada: uma nova elite está tomando o lugar dos ativistas e líderes de partido. A democracia do público é o reino do ‘comunicador’”.⁴⁰ O que explicaria porque os velhos políticos profissionais estarem convivendo ou sendo substituídos por profissionais provenientes do mundo da mídia eletrônica.

A simplificação dos programas políticos é outra mudança que se observa nas campanhas políticas, mas isso não seria obra apenas da “gramática” da televisão. Segundo Manin, as questões públicas tornaram-se muito mais complexas e os atores sociais se multiplicaram, o que impede os candidatos de fazerem promessas muito elaboradas. Além disso, a globalização trouxe um certo grau de imprevisibilidade quanto aos problemas a serem enfrentados no futuro. Diante desse cenário, a confiança que o representante possa engendrar no eleitorado através da mídia acaba por tornar-se mais fundamental para sua sobrevivência nos dias de hoje do que a apresentação de uma plataforma política muito mais elaborada.

Outro fator que explica a decadência dos partidos é que o comportamento do eleitor tem variado de acordo com os termos de escolha eleitoral colocados em cada campanha. Mais do que as características socioeconômicas e culturais do eleitorado, o que parece cada vez mais determinar o voto do eleitor são as clivagens que são levantadas durante as campanhas. Ou seja, o eleitor parece “*responder* (aos termos específicos que os políticos propõem em cada eleição), mais do que *expressar* (suas identidades sociais e culturais). (...) Hoje em dia, predomina a dimensão reativa do voto”.⁴¹ Os candidatos estabelecem as suas diferenças com relação aos seus adversários, as suas identidades, na arena pública propiciada pela mídia eletrônica, para que as mesmas sejam percebidas pelos eleitores. O candidato precisa estabelecer as suas diferenças com relação aos concorrentes e os eleitores precisam identificar quais são os adversários. Para Manin, sempre existe a possibilidade de uma linha de divisão ser provocada pelo candidato que tem domínio da comunicação midiática. Entretanto, na “democracia de público”, os candidatos “não sabem de antemão onde está o divisor de águas mais eficiente, mas têm todo interesse em fazer essa descoberta. (...) Eles precisam estar permanentemente empenhados em identificar as questões que melhor dividem o eleitorado para

⁴⁰ MANIN, B. “As transformações ...”, p. 26.

⁴¹ Ibid., p. 27.

explorá-las politicamente”.⁴² A exploração dessas clivagens são empregadas para “fabricar” a sua imagem na mídia.

O sistema que permitiria a *convergência* entre os termos de escolha eleitoral e as divisões do público é, segundo afirma, “um processo de ensaio e erro: o candidato toma a iniciativa de propor uma linha divisória durante a campanha, ou, com menos riscos, a partir das pesquisas de opinião. O público, a seguir, responde à divisão proposta e, por fim, o político corrige ou mantém a proposta inicial, dependendo da reação do público”.⁴³ Na concepção de Manin, “os representantes políticos são atores que tomam a iniciativa de propor um princípio de divisão no interior do eleitorado. Eles buscam identificar essas clivagens e trazê-las ao palco. Mas é o público que, afinal, dá o veredicto”.⁴⁴ Como se vê, o eleitorado é visto como um “público” e a televisão como uma “arena”.

O segundo princípio está relacionado à liberdade de ação que os parlamentares têm das imagens que “fabricam” durante as eleições para conquistar a confiança do eleitorado. Nesses períodos, criam-se imagens variadas através da mídia que competem entre si, mas que no conjunto formam um “sistema de diferenças”. Trata-se de imagens simplificadas que servem apenas como representações políticas, já que na maior parte das vezes o eleitorado não está suficientemente capacitado para entender os detalhes técnicos das medidas políticas propostas e as razões que as justificam.⁴⁵ Como são imagens esquemáticas, “vagas/voláteis”, segundo o cientista, os candidatos depois de eleitos têm uma certa margem de independência com relação ao eleitorado para atuar.

As constantes sondagens e pesquisas de opinião pública são o que caracterizam o terceiro princípio do atual modelo de governo representativo. São esses os dispositivos que os parlamentares se utilizam com frequência para checar o impacto das suas atuações e das decisões que tomam no Parlamento. Como encontra-se em decadência a imprensa de opinião, ideologicamente engajada, o público receberia mais ou menos as mesmas informações sobre determinados assuntos, independentemente das suas opções políticas. Isso não quer dizer que a percepção das questões e temas colocados seja a mesma para todo o eleitorado, mas que ela “tende hoje em dia a ser homogênea e independente das preferências políticas expressas nas eleições”.⁴⁶ Embora assuntos específicos possam levá-las a assumir posições divergentes, a divisão que daí possa resultar não reproduz necessariamente as clivagens eleitorais ou coincide com elas. É por isso que muitas vezes

⁴² Ibid., p. 28.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ibid., p. 29.

⁴⁵ Ibid., p. 30.

⁴⁶ Ibid., p. 31.

pode não haver coincidência entre manifestações eleitorais e não-eleitorais do povo. Isto decorreria não apenas do fato dos canais de comunicação serem hoje um tanto neutros com relação à formação da opinião pública, mas também pelo caráter não-partidista das novas instituições que expressam a opinião pública: os institutos de pesquisa. Essas organizações de pesquisa e os meios de comunicação pelos quais seus resultados são divulgados, são independentes dos partidos políticos. As pesquisas de opinião são hoje, segundo Manin, recursos que os parlamentares se utilizam para desfazer a associação entre expressões eleitorais e não-eleitorais da vontade popular. Elas “dão voz aos cidadãos ‘apáticos’ e não-engajados”⁴⁷, que não se manifestam publicamente.

Finalmente, quanto ao princípio relacionado à tomada de decisões, a publicidade dessa etapa do governo representativo ocorre hoje através da mídia, essencialmente na televisão. As negociações e alianças, bem como os debates que precedem a tomada de decisões, continuam sendo feitas nos gabinetes, nas comissões, nos partidos e nos espaços reservados do Parlamento. Como existe um enorme contingente eleitoral “flutuante” que tende a votar de acordo com as imagens que lhe chega pela televisão do mundo da política, os políticos preferem usar a mídia para expor as suas idéias diretamente ao eleitorado. Daí que, as propostas políticas e a publicidade das decisões, esteja sendo feita preferencialmente através dos meios eletrônicos de comunicação.⁴⁸ Sendo assim, a mídia eletrônica como fórum ou arena de publicidade das decisões políticas é o elemento mais importante a caracterizar a política representativa no mundo contemporâneo.

Como pode ser visto do novo modelo de governo representativo descrito por Manin, o mesmo não emerge de um processo de submetimento da política aos ditames da mídia, o que, como foi visto, para alguns pesquisadores seria a causa do que entendem ser uma crise da democracia. A mídia instaura um determinado contexto de mediação onde o partido não perde as suas funções tradicionais, mas acaba assumindo um segundo plano. Ele ainda continua a ser a plataforma a partir da qual os candidatos elaboram seus programas de governo e suas estratégias para as campanhas eleitorais, entretanto, ele já não consegue servir mais como plataforma para tornar pública uma candidatura ou uma proposta política nas atuais sociedades. São os meios de comunicação que hoje operam essa mediação entre o candidato e o público de eleitores, perdendo espaço a rede de relações partidárias. Dessa forma, as “boas” relações do candidato com a “gramática” da mídia passaram a ser tão ou mais importantes do que os contatos partidários. É o domínio midiático que lhe permite “fabricar” uma imagem que conquiste a confiança dos eleitores, explorar clivagens que dividem o

⁴⁷ Ibid., p. 32.

⁴⁸ Ibid., p. 33.

público, criar e manter laços de identidade e fidelidade com o eleitorado ou personalizar as questões que pautam a campanha eleitoral. Em suma, um domínio técnico da mídia eletrônica que lhe permite elaborar e projetar a sua imagem na esfera pública midiática.

Embora a concepção de Bernard Manin esteja baseada muito mais ao ambiente das campanhas eleitorais, o importante é que ele descreve um conjunto relevante de “características midiáticas” que a política está assumindo. O que caracteriza o seu modelo explicativo é que descreve um processo no qual os meios eletrônicos instauram um determinado contexto que não é responsável por uma crise das formas tradicionais de fazer política, mas que permitem aos representantes estabelecer um outro padrão de comunicação e interação com o eleitorado, o que estaria dando lugar a um novo modelo de democracia representativa. Ele mostra que estão sendo engendradas novas formas de fazer política, entre outros motivos, por causa do emprego que os políticos vêm fazendo da mídia eletrônica. O desenvolvimento de um certo domínio da “cultura audiovisual”, a “fabricação” de imagens de confiança durante as campanhas eleitorais, as permanentes sondagens da opinião pública, o emprego da mídia eletrônica como canal de mediação preferencial com o eleitorado e também como fórum de publicidade das decisões políticas são todos elementos desse novo formato que está surgindo.

Essa concepção nos ajuda a entender a emergência dos novos canais eletrônicos de comunicação dos Parlamentos, na medida em que apresenta um cenário onde a mídia eletrônica não é mera coadjuvante externa ao processo político, mas parte dele. As tevês e *sites* parlamentares são indícios que também sinalizam essa transformação pela qual passa a democracia nos nossos dias. Nessa nova etapa, entretanto, a nova mídia eletrônica é muito mais que um espaço de “publicização” das decisões políticas. Coloca-se à disposição do olhar público midiático os procedimentos ritualizados da política institucional como, por exemplo, os discursos em plenário, os apartes, os trabalhos das comissões parlamentares, as votações, as decisões políticas e uma série de informações relacionadas aos mecanismos de funcionamento do processo legislativo. A projeção de imagens ao vivo das atividades internas no Parlamento e as possibilidades de interação direta entre os representantes e os cidadãos - embora tudo isso seja ainda muito insipiente, pois, por enquanto chegam a um público muito reduzido da sociedade -, indicam uma nova etapa de transformação da política representativa.

Além disso, os novos canais de comunicação dos Parlamentos podem ser considerados como espaços de representação institucional, espaços exclusivos de expressão pública dos procedimentos

formais da política e de interação com a clientela eleitoral. De acordo com John Keane⁴⁹, o desenvolvimento e expansão dos meios eletrônicos de comunicação possibilitaram a emergência de múltiplas arenas de expressão da vida pública, inclusive para a projeção privilegiada daquela que se realiza na esfera da política institucional. Na sua concepção, a idéia de uma estrutura espacial de comunicação pública unitária está sendo profundamente convulsionada pelo surgimento dos novos meios eletrônicos de comunicação. O que estaria surgindo seriam múltiplos canais de comunicação formados por redes eletrônicas de comunicação e informação que permitem interações locais, regionais e globais não ligadas necessariamente a um território e que apresentam a imagem de uma esfera pública fragmentada. Nessa perspectiva, o espaço público midiático surge reestruturado como um mosaico, complexo e em desenvolvimento, de esferas públicas de tamanhos diferentes. Portanto, em vez de uma única esfera pública constituída por um público homogêneo, observa-se a emergência de diversas esferas que se constituem a partir de públicos específicos que concorrem e se sobrepõem.⁵⁰

Dessa forma, os canais eletrônicos de comunicação do Parlamento podem ser concebidos como espaços que convivem, concorrem e disputam prevalência com as imagens que são projetadas dos parlamentares no espaço público configurado pela mídia eletrônica tradicional, como a televisão. Claro que, como esclarece Nancy Fraser⁵¹, as esferas institucionais de comunicação pública são diferentes das outras esferas, pois o próprio Parlamento já é um fórum público. De acordo com ela, quando a soberania parlamentar se torna uma característica do Estado, o legislativo estabelece-se como “a public sphere within the state”.⁵² Trata-se, sem dúvida, de uma esfera pública privilegiada. É um “público forte”, como ela o definiu, porque não só exprime a opinião pública como também é promotora de debate público e toma decisões. É claro que o ideal seria que, dentro de uma perspectiva pluralista da democracia, nenhuma esfera fosse considerada como universalmente preferível ou privilegiada. Pois, “um regime democrático saudável é aquele no qual

⁴⁹ KEANE, John. “Transformações estruturais da esfera pública”, *Comunicação & Política*, nova série, v.III, No.2, maio-agosto 1996, pp. 6-28.

⁵⁰ A hipótese de Keane é que existiria um *milieu* de esferas públicas de diferentes tamanhos nas fendas da sociedade civil e o Estado e nas suas fronteiras. Raramente “uma” esfera pública apareceria isolada na realidade, um *milieu* interage com outros e até são sobrepostas por estruturas mais amplas. Embora elas possuam um caráter de interconexão, de redes, as esferas públicas contemporâneas têm uma qualidade fraturada e não de integração, unificação e homogeneidade. A imagem é de uma heterogeneidade de esferas de tamanhos diferentes, onde cada esfera é formada por públicos mais amplos e variados dependendo de sua abrangência. Para esboçar uma teoria política atualizada das esferas públicas dentro das sociedades democráticas, ele propõe dividi-las em *micro*, *médio* e *macro* esferas públicas.

⁵¹ FRASER, Nancy. “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”. In: ROBBINS, Bruce (org.). *The Phantom Sphere*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1993.

⁵² *Ibid.*, p. 24.

vários tipos de esferas públicas são prósperas, sem que nenhuma delas de fato desfrute de um monopólio nas disputas públicas pela distribuição de poder”.⁵³

Por outro lado, é preciso observar que nessa nova etapa de comunicação direta eleito/eleitor não apenas os partidos políticos continuam a manter um papel secundário no processo de mediação, mas uma outra tradicional instituição democrática de intermediação perde também espaço: a imprensa. Os novos canais parlamentares de comunicação direta caracterizam-se pela quase ausência da mediação jornalística. Transmitindo ao vivo os trabalhos legislativos do plenário ou das comissões para o público, não há a interferência do trabalho profissional da imprensa. A política representativa atual parece retomar as características do governo do tipo parlamentar, que vimos com Manin, onde o contato pessoal e a interação regular com o eleitorado é um componente fundamental para conservar o poder. Com o implemento da nova mídia eletrônica, os parlamentares parecem agora relegar a um segundo plano as funções tradicionais da imprensa. Pode ser considerada uma nova característica que a democracia representativa está assumindo e que nos permite uma explicação complementar para entender a emergência dos canais eletrônicos de comunicação do Parlamento.

Se, por um lado, as características do novo formato da democracia representativa nos ajudam a entender a emergência dos novos canais eletrônicos de comunicação nos Parlamentos, é preciso reconhecer que, por outro lado, isso não implica que o político passou a manter um controle sobre todas as imagens que a televisão de massa projeta dele para o público. Como foi mencionado acima, nos períodos intereleitorais, a visibilidade da conduta cotidiana dos parlamentares através da televisão consistiria, para aqueles que lhes delegaram a representação, a possibilidade mesma de avaliação do desempenho do mandato. A televisão não é apenas a arena pública onde se travam os embates eleitorais, mas é também o espaço onde as imagens projetadas do mundo da política passaram a ser um dos principais critérios que servem de base para o cidadão comum julgar o desempenho do seu representante político. Assim, a opinião pública forma-se em boa medida com

⁵³ KEANE, J. op. cit. p. 24. Há quem critique a concepção de múltiplas esferas públicas, como é o caso de Calhoun: “(...) we might conceptualize if we break with the idea that there must be one public sphere for each state. Several writers (...) argue for a notion of multiple, sometimes overlapping or contending, public spheres (...). It seems to me a loss simply to say that there are many public spheres, however, for that will leave us groping for a new term to describe the communicative relationships among them. It might be productive rather to think of the public sphere as involving a field of discursive connections. Within this network there might be a more or less even flow of communication. In nearly any imaginable case there will be clusters of relatively greater density of communication within the looser overall field. These clusters may be only more or less biased microcosmos of the whole, as cities have their own public discourse within countries, and as neighbourhoods within cities” (CALHOUN, Craig. “Introduction: Habermas and the Public Sphere”. In: _____ (org.) *Habermas and the Public Sphere*. MIT, 1992.p.37/38).

base nas imagens que são projetadas do mundo da política. Nesse processo, a imprensa joga um papel fundamental, pois é ela que em grande medida hoje constrói a imagem pública do político e elabora a versão do que se passa dentro do Parlamento.

Desde os debates em que participa na mídia, das entrevistas que concede aos jornalistas e a versão que a imprensa relata das atividades do Parlamento, o parlamentar é exposto periodicamente à avaliação do público através das imagens e representações que a imprensa constrói na forma de notícia para a sociedade. Ou seja, a visibilidade propiciada através das imagens transmitidas cotidianamente pela imprensa para o público pode erodir o capital de credibilidade que o político conquistou durante as campanhas eleitorais, ou podem gerar ou intensificar reações negativas da opinião pública.

Sendo assim, o exercício cotidiano do poder político depende em boa medida de uma administração muito cuidadosa da visibilidade por parte dos representantes e da neutralização das imagens que a imprensa possa projetar deles para o público: “(...) a cuidadosa apresentação pessoal diante dos outros cuja fidelidade deve ser constantemente sustentada, e cujo apoio é requerido de tempo em tempo, mais que uma opção, é um imperativo para os líderes políticos e aspirantes à vida política. Nas condições sociopolíticas de este último período do século XX, políticos de sociedades líbero-democratas não têm outra escolha senão a de se submeterem à lei da visibilidade compulsória. Renunciar à administração da visibilidade através da mídia “seria um ato de suicídio político (...)”.⁵⁴ Nessa perspectiva, a tentativa de contrabalançar a versão da imprensa constitui-se em um elemento explicativo complementar para entender a emergência dos novos canais eletrônicos de comunicação do Parlamento.

1.4 – A política sob as lentes da imprensa

Como o exercício do poder político hoje acontece em uma arena que está sempre e permanentemente aberta à visão e opinião pública, por mais que os líderes políticos tentem gerenciar a própria visibilidade midiática, ou a de suas ações particulares ou eventos, eles sabem que correm o risco de que suas ações ou eventos pelos quais são responsáveis sejam mostrados ou reproduzidos pela imprensa de maneiras não previstas. É esse contexto que faz com que o homem político esteja inevitavelmente comprometido com o jornalista. Como afirma Bourdieu, o jornalista “é detentor de

⁵⁴ THOMPSON, J. op. cit., p. 124.

um poder sobre os instrumentos de grande difusão que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico (o poder de ‘fazer ou desfazer reputações’, de que o caso Watergate deu uma medida)”. A imprensa detém um poder que é capaz, “pelo menos em certas conjunturas políticas, de controlar o acesso de um homem político ou de um movimento ao estatuto de força política que conte (...)”.⁵⁵

Durante o exercício do mandato, explica Carla Teixeira, os parlamentares que investem em manter contato permanente com a clientela eleitoral já não podem fazê-lo por meio do incremento de interações face-a-face e, como os cidadãos tampouco tem condições de acompanhar por si mesmos como os políticos se desempenham enquanto exercem o poder, quem acaba intermediando essa relação é a imprensa. O jornalista torna-se um mediador quase que exclusivo entre o governante e a população, nos períodos intereleitorais. As imagens que ele transmite do mundo da política tornam-se quase que as únicas “janelas” que os cidadãos dispõem para julgar o desempenho das suas atividades públicas. A imprensa produz a imagem sob a forma de notícia e, deste modo, “pretende constituir-se na própria realidade imediatizada. Ela exerce a função de interprete de primeira mão, transformando o cidadão em espectador das imagens editadas. (...) Desta forma, a interpretação do discurso e da imagem parlamentar que o cidadão tem não se forma a partir de um diálogo direto com o emissor e no ambiente em que eles ocorrem. Ele o faz através da lente da imprensa”.⁵⁶ Os telejornais funcionariam, acrescenta ela, como “uma poderosíssima ‘corte de reputação’”, sancionando a conduta dos parlamentares no duplo sentido de legitimidade e controle.

Se por um lado o jornalista é compelido no seu agir pelas forças do mercado, afirma Bourdieu, por outro lado deve seu poder e importância no mundo social ao fato de que “detém um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de ‘espaço público’, isto é, à grande difusão. (É contra esse monopólio que nos chocamos quando, enquanto indivíduos ou enquanto membros de uma associação, de um agrupamento qualquer, queremos difundir amplamente uma informação.) Embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, eles (os jornalistas) exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se expandir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso

⁵⁵ BOURDIEU, P. op. cit., p.189-190.

⁵⁶ TEIXEIRA, Carla Costa. “A Honra da Política: ‘Decoro Parlamentar’ e perda de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)”. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Sociais, UnB, 1997. p. 155.

à *notoriedade pública* (o que, para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital). O que lhes proporciona ser cercados (pelo menos os mais poderosos deles) de uma consideração muitas vezes desproporcional a seus méritos intelectuais ...”.⁵⁷

Para o cientista francês, esse é o maior poder e domínio que exerce o campo jornalístico sobre o político: “(...) ter acesso permanente à visibilidade pública, à expressão em grande escala, inteiramente impensável, pelo menos até o aparecimento da televisão, para um produtor cultural, mesmo muito célebre, eles podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo, sua problemática, seu ponto de vista. (...) Não há discurso (análise científica, manifesto político etc.) nem ação (manifestações, greves etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, a essa formidável *censura* que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes *interessar*, de ‘prender sua atenção’, isto é, de entrar em suas categorias, em sua grade, e ao relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos”.⁵⁸

Thompson afirma que a forma como, às vezes, os jornalistas divulgam os fatos podem acabar comprometendo o trabalho de alguns políticos. É o que ele chama de “desempenho de efeito contrário”. Trata-se daquela mensagem que o político quer passar para seu eleitorado, mas da forma que é editada pela imprensa acaba tendo efeito contrário, afetando a sua imagem. E como os receptores não estão fisicamente presentes ao lugar da produção, “o produtor da mensagem é geralmente incapaz de monitorar as respostas daqueles e ajustar o seu desempenho a elas, pois não pode valer-se do tipo de *feedback* que poderia atenuar suas conseqüências negativas”.⁵⁹

Mauro Porto, da Universidade de Brasília, afirma em “A crise de confiança na política e suas instituições” (1996), que o tipo de cobertura jornalística efetuada pela imprensa hoje tende a explorar o descrédito que a população deposita na classe política e exacerba tudo de negativo que venha do mundo da política. A partir dos estudos realizados por Samuel Huntington (1975), Michael Robinson (1976) e Giovanni Sartori (1992), que estudaram a relação entre o conceito de legitimidade da autoridade política e o papel da imprensa nas sociedades contemporâneas, Porto destaca algumas formas pelas quais a mesma constrói uma imagem negativa da política frente à opinião pública.

⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. R.J.: Zahar, 1997. p.65-66.

⁵⁸ Ibid., p.66-67.

⁵⁹ THOMPSON, J., op. cit. p. 128.

Uma delas é o que ele chama de “‘ofensiva’ do jornalismo investigativo”. Esse traço surge quando os telejornais assumem uma atitude autônoma e fiscalizadora em relação à política, mas através de uma postura “ofensiva”. A imprensa passa a exercer um jornalismo investigativo “de ataque”, denunciando a corrupção e as irregularidades do Estado. Embora isso valorize o papel da imprensa em uma sociedade democrática, o problema é que o tratamento dado às questões acaba por associar, por exemplos, alguns casos de corrupção e escândalos na política como sendo inerentes à política. Além disso, nesse processo, a imprensa passa a se investir de um poder judiciário, divulgando acusações sem muitas vezes oferecer provas. Essa situação gera um paradoxo, segundo Porto. Se por um lado, a imprensa é vista como “um agente fundamental do processo de democratização e de estabelecimento de uma *accountability* do Estado”,⁶⁰ por outro lado, o seu caráter eminentemente denunciatório cria na sociedade a idéia de que há uma relação direta entre uma determinada conjuntura e a própria substância dos regimes democráticos. Portanto, ao mesmo tempo em que a imprensa cumpre um importante papel, também “contribui para disseminar a desconfiança e a rejeição da política e de suas instituições, colocando sérios obstáculos à legitimidade do próprio regime democrático que busca servir”.⁶¹

Outra forma da imprensa reforçar uma avaliação negativa da opinião pública sobre os políticos é o que Porto chama de “o caráter ‘enviesado’ da cobertura jornalística” das instituições políticas. No que diz respeito ao Brasil, diz ele, o Poder Legislativo é o “alvo predileto do criticismo da imprensa. O tipo de cobertura jornalística das instituições políticas em geral, e do Congresso em particular, não contribui para a avaliação adequada sobre o seu funcionamento e desempenho”.⁶² O que é pior, não há uma distinção para a opinião pública do desempenho medíocre de alguns parlamentares com relação à própria essência do Legislativo enquanto instituição da democracia. A professora Heloiza Matos, da Universidade de São Paulo, alertou sobre essa situação no Io. Seminário de Comunicação Legislativa, realizado em 1998, ao mencionar o tratamento dispensado pela imprensa ao Congresso Nacional:

“Não importa o quanto as Casas trabalhem – nem se comprovadamente, mesmo na avaliação de órgãos críticos como o DIAP [Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar], nunca tenha se trabalhado tanto: a imagem na grande mídia é a de lentidão e de ausência no plenário, mesmo que

⁶⁰ PORTO, Mauro Pereira. “A crise de confiança na política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia”, In: BAQUERO, Marcelo (Org.). Condicionantes da Consolidação Democrática: Ética, Mídia e Cultura Política, Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996. p.51.

⁶¹ Ibid., p. 53.

⁶² Ibid., p. 55.

isso não corresponda à realidade das atuações parlamentares em sua ampla maioria. Nem mesmo uma certa conformidade com os projetos do Executivo rende frutos à imagem do Congresso: a acusação mais freqüente ouvida em telejornais e lida em editoriais é a de resistência às reformas e lentidão na votação. A mídia brasileira parece atualmente refletir um *lobby* pela velocidade dos trabalhos parlamentares. Forma-se um coro uníssono (Executivo e meios de comunicação) pela urgência de ‘reformas’ que precisam ser aprovadas o quanto antes, embora uma exposição dos projetos e de suas implicações sejam veiculadas apenas superficialmente por esses órgãos. De alguma forma a crise de confiança nas instituições políticas e nos políticos atinge sempre com maior força as Assembléias e os parlamentares”.⁶³

Porto afirma ainda que, no caso brasileiro, a má qualidade da cobertura jornalística do Legislativo é destacada até pelos próprios jornalistas, como Ricardo Noblat e Carlos Brickmann. Segundo Noblat, “o noticiário gerado no Congresso nacional é usualmente fraco, insuficiente e, não raro, equivocado”.⁶⁴ Já para Brickmann, “o trabalho do dia-a-dia não aparece, o que é feito de bom se dilui, e o que aparece na imprensa é apenas o escândalo”.⁶⁵ A cobertura jornalística se limita ao plenário, esquecendo-se que a maior parte do trabalho legislativo se realiza nas comissões e reuniões nos gabinetes, e os repórteres de televisão tendem a dar prioridade aos políticos que possibilitam uma boa imagem ou aqueles que fornecem apenas um resumo dos complexos assuntos que são discutidos no Parlamento. Para Porto, isso não permite com que a população tenha uma compreensão do processo legislativo como um todo. Além disso, um *pool* informal de jornalistas decide o que será notícia importante no dia seguinte, levando o restante dos jornalistas a seguir a mesma direção. É o que constata Noblat ao afirmar que os noticiários de televisão são quase todos iguais com relação ao que informam sobre o Congresso.⁶⁶

Sendo assim, como pode ser visto, as tevês e *sites* parlamentares também podem ser compreendidos como recursos que os parlamentares estão se utilizando hoje para, até certo ponto, ampliar o monitoramento da sua visibilidade pública entre as eleições e compensar a versão elaborada pelos jornalistas dos seus atos no Parlamento. É claro que isso não quer dizer que os

⁶³ MATOS, Heloiza. Comunicação Pública - democracia e cidadania. Texto apresentado durante o I Seminário de Comunicação Legislativa, Senado Federal, nov./98.mimeo. p.7.

⁶⁴ NOBLAT, Ricardo. “Informações de Brasília viciam jornais”. Revista IMPRENSA, No. 97, out. 1995, pp.68. Citado por Porto.

⁶⁵ BRICKMANN, Carlos. “Jornais não têm interesse pelo Legislativo”. Revista IMPRENSA, No. 87, dez. 1994, p. 56. Citado por Porto.

⁶⁶ NOBLAT, R. “*Pool* informal de jornalistas domina Brasília”. Revista IMPRENSA, No. 92, maio/1995, pp.70. Citado por Porto.

mesmos estejam hoje livres da avaliação crítica da imprensa ou que as versões elaboradas pela mesma da vida parlamentar seja sempre negativa. Além do mais, a imprensa atua na grande mídia, ao passo que os novos canais eletrônicos do Parlamento possuem um público ainda muito reduzido. Mas o fato é que também a opinião pública não chega mais ao Parlamento somente através da imprensa, pois o conjunto das mensagens eletrônica que os parlamentares recebem via Internet podem ser consideradas como pequenas sondagens que permitem aferir de forma regular e direta o “clima” de opinião pública com relação às questões que estão sendo discutidas no Parlamento. Elas são como “amostras” da reação do público às decisões que são tomadas, aos pronunciamentos realizados ou, até mesmo, com relação ao comportamento do parlamentar durante os debates. Assim, tornam-se recursos auxiliares nas suas atitudes e decisões

Portanto, não deixa de ser importante essa característica da “auto-apresentação” do personagem político nas atuais democracias, onde a sua interação pública com o eleitorado vem se desenvolvendo cada vez mais desvinculada da mediação partidária e jornalística. Por outro lado, a possibilidade dos cidadãos encaminharem opiniões, reclamações ou sugestões até o Parlamento via Internet, e, as imagens transmitidas ao vivo dos legisladores enquanto nos representam - participando de debates, discursando, votando ou tomando decisões - criam a possibilidade de ampliar as oportunidades de que os cidadãos não sejam meros coadjuvantes dos processos políticos. Ou seja, a introdução da nova mídia eletrônica nos processos legislativos cria também a possibilidade de novas formas de participação dos cidadãos nos assuntos públicos. O que se constitui em outra importante característica a ser observada com relação às transformações pelas quais está passando a democracia representativa no mundo contemporâneo. Essas novas características da democracia – o aumento dos espaços de interação direta eleito/eleitor e das possibilidades de participação - inserem-se, como será visto no capítulo a seguir, no que alguns vêm designando de projetos “democracia eletrônica”.

Capítulo 2

A nova mídia e a “democracia eletrônica”

O amplo e variado uso da nova mídia eletrônica (principalmente da Internet) nos processos democráticos atuais, criando oportunidades de uma participação mais direta dos cidadãos na política e uma maior interação com seus representantes políticos, fazem parte do que hoje vem sendo denominado genericamente de “democracia eletrônica”. O implemento da nova mídia eletrônica nos Parlamentos, como as transmissões a cabo/satélite e comunicações via Internet, insere-se nessa expressão. São experimentos que tiveram início na década de 70 e que têm por meta tornar a democracia mais dinâmica e participativa. Denominados na época de projetos de “teledemocracia”, quando as transmissões televisivas a cabo e as comunicações através da rede de computadores começavam a despontar, eram experimentos realizados por iniciativa de alguns pesquisadores para testar os benefícios da nova mídia eletrônica em debates com autoridades públicas e em votações sobre assuntos específicos de uma localidade. Apesar do entusiasmo inicial que experimentos desse tipo provocaram, os baixos níveis de participação dos cidadãos e os resultados díspares alcançados levaram esses projetos a entrar em declínio no final dos anos 80.

Porém, a partir da metade da década de 90, o desenvolvimento e a rápida expansão dos novos meios eletrônicos de comunicação e informação deram lugar à emergência de uma variedade de projetos de interação eletrônica no âmbito da administração pública e nas esferas da política local à nacional, em todo o mundo. Também surgiu uma série de expressões a partir dos diversos usos que vêm sendo realizados dos meios eletrônicos de comunicação. A presença do setor público estatal na Internet, por exemplo, deu origem ao que hoje é chamado de “e-governo” (“governo eletrônico”). Trata-se de uma tendência global. O “e-governo” está hoje sendo utilizado pelos governos de todos os países para a prestação de contas aos governados. O objetivo é que as informações governamentais cheguem à população diretamente. Acredita-se que o “governo eletrônico” pode ampliar os níveis de democracia em cada país ao organizar as informações e serviços públicos, disponibilizando-os na Internet. Com isso, as ações administrativas do governo passariam a ser melhor fiscalizadas e controladas pelos Tribunais de Conta, pela imprensa e pelos cidadãos em geral.

No âmbito da política democrática, tem-se multiplicado também o uso da Internet com a finalidade de criar espaços de interação para a troca de informação política entre os cidadãos e,

destes, com os representantes políticos em todos os níveis. Muitos deles despontam por iniciativa de organizações sociais independentes ou centros de pesquisas e têm dado origem às mais variadas denominações como “democracia virtual” e “ciberdemocracia”, por exemplo. O implemento da nova mídia eletrônica pelos parlamentares, do uso das transmissões televisivas a cabo às comunicações via Internet, com o intuito de interagir mais diretamente com os cidadãos e tornar mais transparentes as atividades internas do Parlamento, tem sido identificado com a expressão “Parlamento Eletrônico”.

Com o objetivo de contextualizar o “Parlamento Eletrônico” dentro dos projetos de “democracia eletrônica”, foram reunidos neste capítulo alguns dados sobre os experimentos iniciais de “teledemocracia”, bem como algo da bibliografia que trata deles. A seguir, são apresentados alguns exemplos característicos de projetos de “democracia eletrônica” que podem ser encontrados na Internet, além de uma conceituação de “democracia eletrônica” elaborada pelo pesquisador alemão Martin Hagen, feita a partir de uma tipologia das expressões que hoje são usadas para se referir aos diversos usos da nova mídia eletrônica na política. No último item, foram reunidas as conclusões de um amplo estudo realizado por Christopher Arterton, na metade da década de 80, sobre vários experimentos de “teledemocracia”. Elas são interessantes na medida em que estabelecem os limites, em termos gerais, que a nova mídia apresenta em fase à democracia representativa. Sobre a “democracia eletrônica” existem hoje já alguns estudos, mas não especificamente sobre a experiência dos parlamentos com a nova mídia. O único estudo encontrado que se relaciona com o “Parlamento Eletrônico” é uma pesquisa comparativa que foi realizada por Thomas Zittel, da Universidade de Mannheim, a respeito das páginas *webs* dos parlamentares de três países e sua relação com a “democracia eletrônica”. Ele nos ajuda a concluir que é demasiado cedo para saber o modelo de democracia representativa que poderá emergir com o ingresso da nova mídia eletrônica nos parlamentos.

2.1 – Breve histórico dos projetos de “teledemocracia”⁶⁷

As experiências para testar a utilidade que poderiam ter os novos meios eletrônicos de comunicação na política começaram a ser realizadas há mais de 30 anos. Um dos pioneiros foi o

⁶⁷ Esta breve resenha histórica e as citações que aparecem nela foram elaboradas a partir da compilação de dados retirados de vários textos pesquisados. As duas fontes mais utilizadas foram “Electronic Democracy. A Literature Survey” e “Electronic Democracy”, ambos escritos pelo pesquisador Scott London para o Kettering Foundation, em março de 1994: www.scottlondon.com/reports/ed.html.

cientista político Amatai Etzioni e sua equipe quando criaram, em 1972, um programa denominado MINERVA (Rede Múltipla de Dados para Avaliar Reações, Votos e Atitudes).⁶⁸ O seu objetivo era estimular os cidadãos de Nova York a discutirem algumas questões públicas pertinentes à cidade em um fórum equipado com uma câmera de vídeo. O seu maior problema foi conseguir a participação dos cidadãos. As “assembléias eletrônicas”, como ele as chamava, tinham a vantagem de possibilitar o debate, item que considerava fundamental para a democracia:

“Em um verdadeiro processo democrático há um diálogo genuíno entre os cidadãos e, entre eles e seus representantes políticos, antes que uma decisão seja tomada. O principal objetivo é ampliar o conhecimento dos cidadãos através de uma pluralidade de fontes de informação. Também permite que os cidadãos levem em conta os pontos-de-vista e sentimentos de outros cidadãos que não pensam da mesma forma. Um posição racional, informada e compromissada socialmente requer diálogo”.⁶⁹

Entretanto, foram os pesquisadores Alvin Toffler e John Naisbitt que ficaram conhecidos mundialmente por propagarem uma enorme confiança nos benefícios que a nova mídia eletrônica poderia trazer para o futuro da democracia. Eles acreditavam que seria possível implantar, nas modernas sociedades de massa, algo muito próximo de uma democracia direta. Em seu primeiro livro, “O choque do futuro”, publicado em 1974, Toffler dizia ser possível a implantação de um sistema plebiscitário contínuo, onde os representantes decidiriam e legislariam com base no “feedback” dos cidadãos. No seu livro mais conhecido, “A terceira onda” (1982), ele aprofunda essas idéias quando propõe o referendo eletrônico: “usando técnicas avançadas de votação por computador, satélites, telefones, cabo e outras ferramentas, um cidadão informado pode, pela primeira vez na história, produzir muitas decisões políticas por conta própria”.⁷⁰ Naisbitt, pensando da mesma forma, escreveu em “Megatrends” (1982): “Hoje, com a distribuição instantânea da informação, nós sabemos sobre o que está sendo tratado pelos nossos representantes e de forma rápida. O fato é que temos sobrevivido à inutilidade histórica da democracia representativa e todos nós sentimos intuitivamente que ela é obsoleta”.⁷¹

Durante toda a década de 70 foram realizados várias experiências que envolviam dois ou mais meios eletrônicos de comunicação. Em geral, tratava-se de projetos com grupos pequenos de

⁶⁸ Embora o nome invocasse a deusa romana da sabedoria política, tratava-se das iniciais de “Multiple Input Network for Evaluating Reactions, Votes and Attitudes”.

⁶⁹ ETZIONI, A. “In a truly democratic process...” (tradução do autor).

⁷⁰ TOFFLER, A. “(...) using advanced computers, ...” (tradução do autor).

⁷¹ NAISBITT, J. “Today, with instantaneously shared information ...” (tradução do autor).

peças onde se utilizavam recursos tecnológicos que começavam então a despontar, como as transmissões de televisão a cabo e a comunicação através de redes de computador. Também eram empregados os meios tradicionais de comunicação, como os jornais, os Correios ou o telefone. Uma importante experiência desse tipo foi realizada pelos pesquisadores norte-americanos Richard Hollander, Ted Becker e Alvin Toffler. Através do implemento de um sistema interativo de comunicação a cabo, chamado de “QUBE”, instalado pela empresa Warner-Amex em um bairro de Columbus, Ohio, foi criado um serviço de reunião eletrônica dos cidadãos, onde poderiam debater os problemas de sua comunidade. Embora, no início, tenha sido muito comentado, a experiência acabou sendo um fracasso pelo baixo índice de participação dos cidadãos. Mas como experimento democrático foi considerado muito instrutivo.

Em 1978, Ted Becker publicou um artigo na revista *The Futurist* onde discutia dois projetos desenvolvidos no Havaí pela Universidade de Auburn, o “Hawaii Televote” e o “Honolulu Electronic Town Meeting”. Nesse artigo, ele utilizou pela primeira vez a expressão “teledemocracia” para se referir a esses projetos. Com relação às experiências de “teledemocracia” realizadas no Havaí, a primeira foi efetuada através de um grupo de cidadãos escolhido de forma aleatória para participar em uma enquete telefônica. Os participantes eram informados sobre as questões que envolviam um determinado tema de interesse público e, após debatê-las com seus familiares e amigos, deveriam emitir as suas opiniões por telefone para os organizadores. O segundo projeto era mais complexo. Um grupo de cidadãos previamente selecionados deveria assistir a determinados assuntos de natureza política através de alguns programas específicos transmitidos por um sistema de tevê a cabo instalados em suas casas. Os telespectadores podiam telefonar ou escrever para os coordenadores do projeto emitindo a sua opinião com base no que haviam assistido. Imaginando que esse sistema poderia, no futuro, ser aplicado em nível nacional, Becker concluirá no seu artigo que, com o surgimento dos processos de “teledemocracia”, a opinião pública nunca mais poderia deixaria de ser ouvida.

Outro pesquisador, Benjamin Barber, em “Strong Democracy” (1984), também expressará a sua convicção de que a nova mídia permite a expressão contínua da opinião pública e acredita que, no futuro, possibilitará a instauração de algo parecido com uma democracia direta: “O que uma democracia requer é algo como um fórum de encontros na qual a participação seja direta por meio da comunicação regional ou nacional (...). Os recursos das novas tecnologias podem ser usadas para fortalecer a educação cívica, garantir o igual acesso à informação e unir os indivíduos e instituições em redes que tornarão a discussão participativa real e o debate possível, apesar das distâncias.

Assim, pela primeira vez teremos a oportunidade de criar um fórum de encontros artificial entre cidadãos que, de outra forma, seria impossível”.⁷²

O cientista Richard Hollander expressará uma crença muito maior nas novas tecnologias ao escrever em “Video Democracy”(1985) que :

“A nova tecnologia torna possível a democracia direta, realmente provável. Assim como toda mudança institucional, esta será absorvida lentamente pelo sistema. Não chegará com o estalo de um trovão ou como uma nova Convenção Constitucional. Primeiro aparecerá o ‘videovoto’ no nível local. Da mesma maneira, os plebiscitos eletrônicos serão um pouco mais do que amostras de opinião. Mas, gradualmente, a autoridade legal será removida pelo novo sistema de votação. O poder da lei será substituído pela autoridade moral da opinião pública. A política, como nós a conhecemos, será transformada. É a ‘videodemocracia’”.⁷³

Entretanto, no final dos anos 80, surgirá a mais ampla e importante pesquisa realizada que exporá as várias limitações que os projetos de “teledemocracia” haviam apresentado até o momento com o uso da nova mídia. Trata-se do estudo que Christopher Arterton publicou no livro “Teledemocracy: Can Technology Protect Democracy?” (1987). Uma das primeiras conclusões da sua pesquisa não deixou dúvidas quanto à dificuldade das limitações da nova mídia em superar uma realidade da maioria das sociedades democráticas atuais, o baixo índice de participação dos cidadãos na política. Após analisar e comparar vários dos projetos de “teledemocracia”, ele afirma que, até no mais bem-sucedido deles, o maior problema continuava a ser o desinteresse dos cidadãos em participar. “Muitos cidadãos, provavelmente por volta de dois terços, não participará”.⁷⁴ O estudo de Arterton arrefeceu por alguns anos o interesse de muitos pesquisadores sobre as contribuições que a nova mídia eletrônica poderia trazer para a democracia.

Na esteira desse trabalho, mas desta vez com o objetivo de apontar um conjunto de benefícios que a nova mídia apresenta para tornar a democracia representativa mais participativa, Arterton publicará “The Electronic Commonwealth” (1988), em parceria com os pesquisadores Jeffrey Abramson e Gary Orren. Eles definiram seis propriedades positivas: superam todos os limites anteriormente alcançados pelos outros meios, no que diz respeito ao volume de informação que é possível transmitir; em termos práticos, possibilitam o intercâmbio de informação sem levar

⁷² BARBER, B. “What strong democracy requires ...” (tradução do autor).

⁷³ HOLLANDER, R. “The new technology makes...” (tradução do autor).

⁷⁴ ARTERTON, Christopher. “Teledemocracy: Can Technology Protect Democracy?”. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1987.

em conta tempo e espaço; aumentam o controle do cidadão sobre as mensagens que recebem e o momento em que podem recebê-las; aumentam o controle dos emissores sobre as audiências que recebem as mensagens; descentralizam o controle das comunicações de massa; e, finalmente, oferecem os recursos da interatividade, possibilitando a bidirecionalidade na comunicação.⁷⁵

Um ano depois dessa publicação, surgirá um dos projetos de “teledemocracia” mais bem-sucedidos até então e que funciona até hoje. Trata-se do PEN (“Public Electronic Network” / Rede Eletrônica Pública) da cidade de Santa Mônica, na Califórnia.⁷⁶ Iniciado pela prefeitura da cidade, em fevereiro de 1989, foi o primeiro sistema de comunicação governamental a usar o computador para promover a participação dos cidadãos nos assuntos de interesse da comunidade. O sucesso desse projeto, aliado à enorme expansão das novas tecnologias de comunicação que ocorreu nos anos seguintes, levou o candidato independente Ross Perot, durante a campanha eleitoral norte-americana de 1992, a reacender a crença nos Estados Unidos de que seria possível implantar mecanismos de democracia direta.

Durante os comícios, utilizando-se da expressão “electronic town meeting” - que poderia ser traduzida por algo como “câmara municipal eletrônica”, Perot lançou a idéia de recriar em escala nacional as animadas reuniões que eram realizadas pelos antigos habitantes da Nova Inglaterra, com os recursos da nova mídia. Ele mesmo denominava-se de “tecnocandidato”. A sua proposta era uma versão extrema de “teledemocracia”, pois propunha um sistema de contínuos referendos nacionais, cuja principal função seria construir consensos entre os cidadãos sobre as questões mais importantes para o país que orientariam os rumos do governo. Apesar da imprensa denunciar a sua proposta de demagógica, utópica e populista, o fato é que Perot, além de haver conseguido persuadir muitos cidadãos a votar nele, ainda acabou por incentivar a emergência de muitos projetos semelhantes ao da cidade de Santa Mônica.

Da metade dos anos 90 para cá, inúmeros projetos desse tipo também multiplicaram-se em todo o mundo. Utilizando-se principalmente da Internet, eles são de iniciativa governamental ou independentes e procuram intensificar a participação democrática dos cidadãos na política, tanto no nível local como no nacional. Os projetos de “democracia eletrônica”, como vêm sendo chamados genericamente, caracterizam-se por criar espaços para debates de questões públicas, transmissão de informação política e de encaminhamento direto de demandas, críticas, opiniões e sugestões aos

⁷⁵ ABRAMSON, J. ARTERTON, C. & ORREN, G. “The Electronic Commonwealth: the impact of new media technologies on democratic politics”. New York: Basic Books, 1988. Citado por London.

⁷⁶ Esse projeto será descrito mais detalhadamente no próximo item.

governantes. A seguir, serão apresentados alguns exemplos característicos desses projetos de “democracia eletrônica”. É no contexto dessa miríade de projetos de “democracia eletrônica” na rede de computadores que emergem as páginas *webs* dos parlamentares de vários países. As mesmas serão tratadas em conjunto com as tevês parlamentares, no próximo capítulo.

2.2 – A democracia “on line”

Pode-se dizer que, dos projetos democráticos que envolvem o uso da nova mídia na política, a maioria deles inspirou-se na pioneira experiência realizada pelo “PEN-Santa Mônica”.⁷⁷ Outras comunidades já tinham tentado a comunicação através da insipiente rede pública de computadores, mas geralmente eram sistemas de multimídia localizados em quiosques nos *shoppings* da cidade com mensagens pré-gravadas. O projeto da cidade de Santa Mônica foi criado pela prefeitura da cidade, em 1989, e era coordenado pela Secretaria de Comunicação e Informação. Era a primeira vez que um governo tomava a iniciativa de utilizar os computadores pessoais para criar um espaço “virtual” para reuniões públicas, onde os cidadãos da cidade poderiam interagir com seus representantes políticos para debater a respeito dos assuntos da cidade.

As propostas iniciais do projeto eram tornar acessível informações gerais sobre a comunidade, sobre os serviços públicos, estabelecer uma forma alternativa de comunicação entre os cidadãos, criar um fórum eletrônico para aumentar o sentido comunitário dos habitantes de Santa Mônica e facilitar o conhecimentos dos computadores e das novas tecnologias de comunicação entre os habitantes da cidade. Na época, foram realizadas algumas pesquisas que comprovaram que um terço dos habitantes da cidade já era proprietário de um computador pessoal. Para aumentar esse número, o governo da cidade persuadiu a Hewlett-Packard a doar 350 mil dólares em equipamentos e a Metasystems Design Group a contribuir com 200 mil dólares para aquisição dos software. Além disso, foram colocados 20 terminais públicos em escolas, bibliotecas, centros comunitários, centros de recreação e prédios públicos para que a falta de computador não criasse problemas de acesso.

Os habitantes podiam participar consultando os serviços *on line* disponíveis ou se envolvendo em reuniões virtuais para debater temas de interesse público. No primeiro caso, podiam ser encontradas informações sobre empregos, dados referentes ao município e sobre o funcionamento dos serviços públicos. Outras novidades oferecidas eram a possibilidade de acessar o

⁷⁷ Os dados sobre esse projeto foram obtidos em pesquisas realizadas nos seguintes endereços: <http://www.scottlondon.com/index.html> e <http://sap.mit.edu/anneb/cn-thesis/html/pen.html>

catálogo da biblioteca pública, trocar mensagens eletrônicas com outros cidadãos e com os funcionários do governo. Quanto à participação em fóruns eletrônicos, eles podiam surgir tanto por iniciativa do governo local como dos próprios habitantes. Algumas dessas reuniões, que contavam com a participação dos vereadores, discutiram temas como a criminalidade (com a participação do Departamento de Polícia), meio ambiente (qualidade do ar, poluição da água e reciclagem do lixo), outros assuntos da cidade como aluguéis, organização comunitária, eventos comunitários e formação de comissões, e questões especiais como armas nucleares, bebida e volante, mídia, aborto, controle de armas, política de emigração, direitos humanos, sexo e racismo. Um debate acirrado sobre o problema dos sem-teto, com participação eletrônica dos próprios sem-teto, foi um dos resultados mais divulgados desses experimentos no início dos anos 90.

Hoje, o governo da cidade de Santa Mônica conta com um portal na Internet com uma variada oferta de informações e serviços (Anexos, pág.109).⁷⁸ Lançou há pouco tempo o “Web Information Network” (WIN), um serviço gratuito que oferece informações atualizadas sobre vários temas relativos à cidade e que podem ser enviados regularmente ao endereço eletrônico dos cidadãos que o solicitarem. Mantém ainda aberto um quadro atualizado com oferta regular de empregos e agora também as sessões da Câmara podem ser assistida ao vivo via on line. Outros dados como uma lista com os nomes dos advogados e suas especialidades, o mapa do município, o calendário com os eventos da cidade e informações sobre as finanças públicas podem ser encontrados.

Na esteira do “PEN-Santa Mônica” surgiu, em julho de 1994, o “Minnesota E-Democracy” (Anexos, págs. 110 e 111).⁷⁹ Esse portal foi o primeiro a ser criado no mundo com o objetivo de informar e orientar os cidadãos sobre assuntos relacionados com eleições. Trata-se de um projeto não partidário idealizado por voluntários para proporcionar um grande acesso público eletrônico sobre informações das campanhas eleitorais em nível local, estadual e nacional. O projeto reúne informações detalhadas sobre os candidatos que estão concorrendo, suas propostas de governo e dados de fontes não partidárias. A experiência mais interessante desse projeto foi o lançamento do “MN-POLITICS”, ou “Minnesota Politics and Public Policy E-Mail Forum”,⁸⁰ um fórum de discussão virtual para que os próprios candidatos discutam com os cidadãos os seus projetos de governo. Inicialmente idealizado para funcionar durante as eleições de 1994, ele continuou a operar

⁷⁸ Pesquisa no site: <http://www.santa-monica.org/government>.

⁷⁹ Pesquisa no site: <http://www.e-democracy.org/>.

⁸⁰ Pesquisa no site: <http://www.e-democracy.org/mn-politics>

como um espaço de debates, registro de opiniões e sugestões dos cidadãos para os legisladores locais e estaduais. Esse fórum ganhou tanto prestígio que hoje é consultado regularmente por ativistas políticos, jornalistas e políticos. A página possui subscrições para aqueles que queiram receber informação atualizada via e-mail sobre os projetos que estão em debate cada mês.

Outros projetos semelhantes são, por exemplo:

- o “Democràcia.web” (Anexos, pág. 112)⁸¹. Criado em 1999 por uma Fundação sem fins lucrativos, conta com o apoio da Universidade Aberta da Catalunha. Desenvolvido em catalão, espanhol e inglês, tem como objetivo fornecer informação pública e facilitar o debate e a participação dos cidadãos através da Internet. Como essa finalidade, foi desenvolvido o “Parlament On Line”, onde se abre espaço para que os cidadãos opinem sobre propostas e projetos de lei que se encontram tramitando no Parlamento da Catalunha. Oferece um completo diretório onde se encontram links para as principais instituições públicas, organizações sociais e partidos políticos da Catalunha, assim como do Estado espanhol, dos países da União Européia e dos Estados Unidos. Encontram-se ainda links para conhecer outras experiências semelhantes e espaços para pensar os novos mecanismos tecnológicos de inovação democrática.

- o “Ágora” (Anexos, pág. 113)⁸². É um site criado pelo governo da comunidade autônoma de La Rioja, na Argentina, para debater temas de interesse dos habitantes da região. Inaugurado em 1999, o primeiro tema colocado para debate foi sobre o Plano Diretor de Resíduos de La Rioja 2000/06. Este ano, por exemplo, encontram-se à disposição para debate temas como o anteprojeto de lei sobre o uso da assinatura eletrônica nas administrações públicas, um documento de debate sobre a elaboração de uma estratégia regional para o desenvolvimento sustentável e um anteprojeto de lei sobre a proteção ao meio ambiente. Trata-se, portanto, de um espaço onde os cidadãos podem opinar e dar sugestões sobre projetos de lei em fase de debate e sobre a qualidade dos serviços públicos. Basta fornecer o nome e o endereço eletrônico para opinar. O usuário pode participar de duas formas: optar por marcar uma das opiniões previamente colocadas ou elaborar a sua própria opinião. Como dispõe dos endereços eletrônicos dos participantes, o governo se encarrega de enviar mensagens aos cidadãos informando-os sobre o andamento das leis que se encontram em discussão no governo. Existe ainda um espaço onde podem ser lidas todas as opiniões que foram registradas até o momento sobre cada um dos temas.

⁸¹ Pesquisa no site: <http://www.democraciaweb.org/>.

⁸² Pesquisa no site: <http://www.larioja.org/>.

- o “E-The People” (Anexos, págs. 114 e 115).⁸³ Criado em 1998, o nome faz um trocadilho com as primeiras palavras da Constituição dos Estados Unidos (“We the people...”). Esta página é um serviço gratuito, apartidário que oferece a possibilidade de fazer chegar a voz dos cidadãos a seus representantes políticos no âmbito local, estatal e federal. Desde a página web é possível enviar cartas ou petições para centenas de parlamentares ou simplesmente assinar uma petição. As petições encontram-se separadas por assunto, região e data. Pode-se ainda obter informação sobre os congressistas e sobre as questões que estão sendo tratadas no Senado e na Casa de Representantes. Também conta com um espaço chamado “O Voto do Povo” onde os cidadãos podem votar sobre questões que estão em debate. Contém a cobertura completa das eleições presidenciais de novembro 2000.

- o “Democracia.com.br” (Anexos, pág. 116).⁸⁴ Inaugurado no segundo semestre de 2001, é um espaço que, segundo seus criadores, foi criado para “fazer valer a sua voz de cidadão debatendo, votando e consultando os projetos políticos que vão influenciar a vida de todos nós. É um site de iniciativa apartidária, independente e sem vínculo com qualquer político”. Funciona fornecendo informações diárias sobre o que está sendo tratado no Congresso Nacional brasileiro, permite que os cidadãos opinem em fóruns sobre temas como salário mínimo, desemprego, imunidade parlamentar etc., além de poder votar em caráter simbólico sobre temas gerais que se encontram em pauta no cenário nacional. Disponibiliza um imenso banco de dados, sobre os parlamentares, a rotina do Congresso Nacional, as votações e o processo legislativo. Em síntese, tem como principal objetivo incentivar a formação de uma comunidade interativa composta pela população e por seus representantes.

Também podem ser encontrados na Internet diversos portais que tem por finalidade pesquisar experiências de “democracia eletrônica” e oferecer orientação a grupos políticos independentes e governos que queiram fazer uso político das novas tecnologias. Desses projetos, entre os mais interessantes estão:

- o “Teledemocracy Action + Network” (TAN+N) (Anexos, págs. 117 e 118).⁸⁵ Trata-se de uma “webzine” fundado em 1995 que acolhe e descreve vários projetos de inovação democrática que utilizam as novas tecnologias, tenham eles intenção de promover a democracia direta ou lutar por transformar a democracia representativa. Promove o uso criativo das modernas tecnologias de

⁸³ Pesquisa no site: <http://www.e-thepeople.com/>.

⁸⁴ Pesquisa no site: <http://www.democracia.com.br/>.

⁸⁵ Pesquisa no site: <http://www.frontpage.auburn.edu/tann/>.

comunicação em todas as formas que possam ajudar os cidadãos do mundo a participar autenticamente nos sistemas políticos, em todos os níveis de governo. O site é dividido em sete partes. Entre eles, o TAN+N2 (o principal banco de dados e de pesquisa multimídia com a descrição dos principais projetos de “teledemocracia” no mundo); o Congresso Internacional Permanente de Democracia Direta (uma rede permanente e informal de indivíduos e organizações em todo o mundo que se reúne periodicamente para discutir o desenvolvimento e o progresso de projetos sobre democracia direta global); Livros sobre o “Futuro da Teledemocracia” (resenha de livros e links tratam sobre o futuro da “teledemocracia”) e o “Arquivo de Notícias sobre Teledemocracia” (notícias selecionadas e atualizadas regularmente sobre eventos e projetos de “teledemocracia” nos EUA e no mundo).

- o “International Teledemocracy Centre” (ITC) (Anexos, pág. 119).⁸⁶ É um projeto de pesquisas da Faculdade de Computação e Engenharia da Universidade de Napier, na Escócia, inaugurado em 1999. Tem como meta estudar e aplicar as novas tecnologias de comunicação e informação para melhorar o processo democrático de tomada de decisões. Também auxilia na implementação da nova mídia pelos governos e parlamentos em todo o mundo que busquem instituir um Estado mais transparente e acessível. Ao mesmo, incentivam os cidadãos e os setores organizados da sociedade a usarem as novas tecnologias para participar no governo. Apresenta-se como um centro multidisciplinar de pesquisas onde cientistas sociais e engenheiros de computação podem pesquisar juntos para melhorar as inovações da “democracia eletrônica”.

- o “Teledemocracia” (Anexos, pág. 120).⁸⁷ Ligado ao departamento de Investigações sobre Sociedade da Informação, da Universidade de Barcelona, na Espanha, desenvolve e aperfeiçoa sistemas de informática que permitam fornecer informações sobre eleições, encaminhar propostas e sugestões para os órgãos de administração pública. Os benefícios das novas tecnologias, conforme se encontra na página *web*, podem ser úteis para a gestão dos negócios públicos em nível local, porque permitem consultas imediatas sobre a opinião dos cidadãos sobre as questões mais importantes para a cidade e porque podem ser usadas pelos partidos políticos para promover seus candidatos durante as eleições. Possui links com fóruns de debates sobre a “democracia eletrônica” e sobre projetos relacionados.

Os diversos projetos que hoje se utilizam das nova mídia eletrônica na política têm dado origem a várias denominações como, por exemplo, “democracia virtual”, “ciberdemocracia”,

⁸⁶ Pesquisa no site: <http://www.teledemocracy.org/>.

⁸⁷ Pesquisa no site: <http://www.cbbb.ulpgc.es/>.

“teledemocracia” e “democratização eletrônica”. A expressão mais encontrada e utilizada de forma genérica para se referir a todos eles é “democracia eletrônica”. Embora poucos ainda acreditem que seja possível que as novas tecnologias da comunicação possam nos levar para algo parecido com uma democracia direta, a expressão “teledemocracia” continua a ser empregada com esse objetivo em alguns casos. Por outro lado, a recente emergência dos novos canais eletrônicos de comunicação nas casas legislativas de todo o mundo, como dizemos, também tem dado lugar ao que alguns estão chamando de “Parlamento Eletrônico”. A expressão diz respeito precisamente ao uso das transmissões televisivas via cabo/satélite e da Internet pelos Parlamentos para interagir com os cidadãos e tornar público, de forma direta e instantânea, um variedade de dados e informações referentes ao processo legislativo. A fim de situar o “Parlamento Eletrônico” dentro dos projetos de “democracia eletrônica” que vêm sendo desenvolvidos será apresentada uma tipologia elaborada pelo pesquisador alemão Martin Hagen.

2.3 – Uma tipologia da “democracia eletrônica”

O principal ponto em comum de todas as experiências que se utilizam da nova mídia eletrônica na política é de que seus promotores acreditam que as novas tecnologias podem remediar dois dos principais problemas das democracias representativas contemporâneas: o baixo índice de participação dos cidadãos na política e a falta de comunicação direta eleito/eleitor. Os responsáveis pelos projetos partilham da idéia de que as várias qualidades das novas mídias – como a possibilidade de interatividade, a capacidade de armazenar e transmitir uma maior número de dados, e um maior controle dos usuários sobre as mensagens – podem contribuir favoravelmente para um sistema político mais democrático. Além de ser possível estabelecer novos canais de comunicação direta com os representantes, criariam a oportunidade de incentivar um nível maior de participação dos cidadãos na política. O problema é realizar uma distinção clara entre todas as expressões que se empregam hoje para se referir a esses tipos de experiências. Pois, muitas vezes, as expressões são utilizadas indistintamente.

Martin Hagen,⁸⁸ por exemplo, elaborou em 1997 uma concepção da “democracia eletrônica” tendo como base uma tipologia de algumas expressões mais freqüentes, mesmo reconhecendo que, muitas vezes, os projetos são implementados sem estabelecer com muita clareza os objetivos que

⁸⁸ HAGEN, Martin. (1997). “A Typology of Electronic Democracy”: http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/hag_en.htm.

procuram ser alcançados e a mídia eletrônica empregada em cada caso. Ele reúne algumas características semelhantes em algumas experiências para diferenciar os projetos de “teledemocracia”, “ciberdemocracia” e “democratização eletrônica”. Ele criou “tipos ideais” para conceituar esses projetos. Claro está que nenhuma delas será encontrada na sua forma “pura”. Além da sobreposição que pode ser encontrada entre os três conceitos, há a variável relacionada às concepções que se tem sobre democracia. Para construir esse tipologia, Hagen estabelece alguns conceitos analíticos, tais como os meios eletrônicos empregados, se defendem formas de democracia direta ou apenas complementar a democracia representativa, o nível de participação que se espera dos cidadãos e objetivos políticos que pretendem ser alcançados.

A expressão “teledemocracia” começou a ser utilizada nos projetos que combinavam a velha mídia, como o telefone e os jornais, com a insipiente nova mídia eletrônica, como as transmissões a cabo. Assim como ocorre até os dias atuais, a expressão muitas vezes é empregada para se referir à criação de formas de democracia direta “eletrônica” dentro do sistema político vigente. Os seus proponentes defendem a idéia de que a “teledemocracia” é a chave para resolver muitos dos mais graves problemas das atuais democracias representativas. Para os “teledemocratas”, segundo Hagen, as principais causas para a apatia, frustração e alienação do eleitorado encontra-se nas próprias limitações do sistema democrático representativo e o papel desempenhado pela mídia comercial na mediação entre a classe política e os cidadãos. Os seus defensores argumentam que o governo representativo distanciou-se das necessidades do cidadão individual e que os novos meios eletrônicos de comunicação podem ajudar a “trazer o governo de volta para casa”.⁸⁹ Eles alegam que o governo representativo não responde efetivamente e apropriadamente às crescentes demandas políticas de uma sociedade na era da informação, marcada pela diferenciação social. Somente o fortalecimento da democracia ou formas diretas de democracia seriam capazes de gerar respostas satisfatórias às demandas dos cidadãos.

Além disso, acreditam que a nova mídia pode superar barreiras de tempo e espaço e tornar possíveis formas de participação política direta que se acreditavam impraticáveis nas sociedades de massa. Para isso, defendem o uso democrático da mídia para contrabalançar o uso abusivo da mídia comercial e a criação de formas locais de democracia. Há uma clara preferência por algum tipo de participação libertária e estão principalmente preocupados com o aumento da participação eleitoral (discussões e votação) e com o ativismo político. Embora ainda se encontrem alguns defensores da

⁸⁹ Idem.

democracia direta “pura” entres seus proponentes, o que a maioria deles hoje deseja é complementar a existência das estruturas representativas com os elementos da democracia direta.⁹⁰

Já a expressão “ciberdemocracia” surgiu depois da popularização das redes de computadores em toda parte. O termo, segundo Poster, é visto “como um ‘lugar infinito’ onde palavras, relações humanas, dados, riqueza, status e pode ser manifestado pelas pessoas usando o computador como meio de comunicação”.⁹¹ A expressão foi usada pela primeira vez por William Gibson, em 1984, no livro “Neuromancer” e, de acordo com Hagen, há duas variantes da “ciberdemocracia”. Uma, mais conservadora e liberal, destaca a importância do livre mercado e a importância que as redes têm para o modo de produção capitalista. Os dois principais objetivos dessa corrente são o sonho de uma verdadeira democracia, geralmente entendida como direta, fortalecendo o indivíduo para se autogovernar, e o sonho de uma riqueza material. O Estado é geralmente visto como um inimigo em potencial da liberdade individual e na busca da riqueza material.⁹²

A segunda versão possui valores mais comunitários e foi desenvolvida , segundo Hagen, principalmente por Howard Rheingold, em 1993, no livro “The Virtual Community”. Ele, e outros defensores da “ciberdemocracia”, acreditam que a criação de comunidades virtuais pode reconstruir o capital social que foi perdido. Essas comunidades podem ser fortalecidas através das redes de computador. Tanto os proponentes liberais como os comunitários da “ciberdemocracia” concordam que o principal inimigo é a centralização do poder, seja através das estruturas políticas ou dos sistemas de comunicação. Em suma, a “ciberdemocracia” também conclama formas mais diretas de governo e objetiva intensificar a participação política. As discussões políticas e o ativismo político como formas de participação são também importantes para eles. O desafio que se propõem, segundo Hagen, é recriar comunidades (principalmente virtuais) para contrabalançar formas centralizadas de governo. Acreditam que com a nova mídia eletrônica isso seja possível, fomentando o autogoverno e resguardando os cidadãos dos abusos da autoridade do Estado (tais como a censura, invasão de privacidade etc.).

O que diferencia a “democratização eletrônica” das outras duas concepções é que tem como objetivo central introduzir os meios eletrônicos de comunicação no âmbito governamental para criar canais diretos de comunicação com os eleitores e, assim, tornar a democracia representativa mais dinâmica. Os seus proponentes acreditam que o desenvolvimento tecnológico da mídia e sua

⁹⁰ Idem.

⁹¹ POSTER, Mark. “Cyberdemocracy: Internet and Public Sphere”. University of Caliofornia, 1995.

⁹² HAGEN, M. Idem.

democratização pode abrir possibilidades de participação dos cidadãos na política e permitir uma maior fiscalização do poder público. Hoje, seus principais promotores são os próprios membros do *establishment*, principalmente os parlamentares. A emergência e expansão de novos canais de comunicação entre o público e seus representantes políticos, através do emprego da nova mídia eletrônica, pode ajudar a remediar, acreditam eles, a apatia política que é provocada pela mídia comercial e aproximar os governantes dos cidadãos. Pois, a distância do eleitor e seus representantes seria o maior problema hoje do sistema político representativo. Assim, no centro desse projeto encontra-se a convicção de que o máximo de acesso à informação e interação direta com os cidadãos é fundamental para os atuais processos políticos democráticos.

Nessa perspectiva, o objetivo não é que o cidadão vote, mas que tome parte no processo de tomada de decisões através do encaminhamento de idéias, sugestões, opiniões ou reclamações. Acredita-se que aumentando os canais de comunicação pública e o fluxo de informações governamentais para a sociedade, os cidadãos poderão sentir-se estimulados a opinar sobre questões políticas em pauta, seja no cenário local, regional ou nacional. Como os novos meios eletrônicos permitem instaurar meios diretos de interação entre eleitores e seus representantes, evita-se que a relação eleitor-eleito seja mediada unicamente pela mídia comercial e a imprensa. Além disso, o desenvolvimento e a expansão de todos os sistemas de comunicação pública e informação governamental são vistos pelos seus proponentes como importantes ferramentas para o fortalecimento das sociedade civil. Em síntese, a concepção de “democratização eletrônica” busca o fortalecimento das formas representativas de democracia pelo aumento da informação governamental e da discussão política como forma de participação. A criação de espaços “eletrônicos” pode permitir a interação do público e os representantes para a deliberação de questões políticas e criar um novo sentido de comunidade entre o eleitorado.

Como pode ser constatado, de acordo com a tipologia de Hagen, a experiência do “Parlamento Eletrônico” pode ser situada dentro desse último modelo de “democracia eletrônica”. Há outras formas de conceituar a “democracia eletrônica”⁹³, porém, o modelo de Hagen parece bastante adequado porque diferencia os projetos de “democracia eletrônica” em dois grupos, entre

⁹³ Diferentemente de Hagen, que elabora uma concepção de “democracia eletrônica” baseando-se nos diferentes tipos existentes, o pesquisador Thomas Zittel esboça um “tipo ideal” em “Electronic democracy and Electronic Parliaments” (2001), a partir dos princípios do modelo da democracia participativa, pois seriam esses princípios que os promotores da “democracia eletrônica” defendem e acreditam que hoje podem ser alcançados através dos recursos da nova mídia eletrônica. Ao mesmo tempo, vai confrontá-lo com a concepção liberal clássica de democracia para destacar as particularidades da “democracia eletrônica”.

aqueles que apostam na nova mídia como uma possibilidade de superar a democracia representativa e aqueles que possuem uma visão mais ponderada dos seus benefícios. Sendo o “Parlamento Eletrônico” um projeto de caráter institucional, pode ser considerado que, no caso dos Parlamentos, a nova mídia foi desenhada e implementada dentro dos preceitos da “democratização eletrônica”. Diferentemente dos projetos de “democracia eletrônica” que visam abrir um espaço muito maior de intervenção dos cidadãos na política, o uso da nova mídia eletrônica na esfera da política institucional pauta-se, principalmente, pelo fornecimento amplo de informação política e pela abertura de canais de interação direta eleito/eleitor. Embora todos esses projetos sejam muito recentes, existem aqueles que apostam que, num futuro próximo, a democracia representativa mudará tanto que os representantes se tornarão verdadeiros delegados dos seus eleitores. Mas, na verdade há escassos estudos empíricos sobre o assunto que permitam avaliar qual modelo de democracia emergirá dessa relação atual da política com a nova mídia eletrônica. O que sim pode ser observado é que, se não se encontra presente a concepção de crise da democracia nesses projetos, para alguns pesquisadores o implemento da nova mídia eletrônica na política pode gerar o seu desvirtuamento e a desvalorização da representação parlamentar.

2.4 – Os limites da “democracia eletrônica”

No debate atual sobre a “democracia eletrônica”, não há um consenso sobre o que a nova mídia eletrônica pode trazer para a democracia representativa. As mais freqüentes críticas são de que um aumento de informação política não implica automaticamente em uma mudança na qualidade da democracia; que a democracia está sendo empobrecida, pois se esquece que a interação e o debate entre os cidadãos é mais fundamental para o processo deliberativo; que se reproduz a mesma desigualdade enfrentada por muitos cidadãos no acesso aos assuntos públicos; que os mecanismos da “democracia eletrônica” estão associados aos do mercado, transformando o cidadão em consumidor; que a sociedade acaba por ser dividida entre os “conectados” e os “não conectados”, pois aqueles que não têm acesso, simplesmente não participam. Dentro desse marco de críticas, o professor James S. Fishkin,⁹⁴ da Universidade do Texas, acrescenta ainda que se não é para oferecer-lhes aos cidadãos a oportunidade de explorar, questionar e engajar-se ativamente na discussão das questões públicas, acredita que seu *feedback* será tão sem sentido como uma pesquisa Gallup, um

⁹⁴ FISCHKIN, J. S. “Democracy and Deliberation”. New Haven: Yale University Press, 1992. Citado por London.

mero agregado de julgamentos privados instantâneos e opiniões mal elaboradas. É claro, reconhece ele, que os benefícios da “democracia eletrônica” dependem de como é definido e está organizado o processo democrático em cada país.

A pesquisadora mexicana Bettina Martino acredita que esses projetos com as novas tecnologias de comunicação levam-nos a pensar se não se está prescindindo da política representativa.⁹⁵ Na sua opinião, a simples manifestação de um voto ou opinião mais empobrece do que ajuda a democracia, argumenta ela. Pois o processo deliberativo:

“constituye una dimensión clave de la democracia. Ésta se funda en una constatación de incertidumbre y por lo tanto en la existencia de una pluralidad de respuestas posibles a los diversos problemas de la sociedad, una pluralidad que se manifiesta en los procesos deliberativos, respecto de los cuales los medios han demostrado poca utilidad hasta el momento”.⁹⁶

Diferentemente dessas visões, outros pesquisadores contemporâneos preferem destacar que esse tipo de interação proporcionada pela nova mídia eletrônica está reabilitando o diálogo entre os cidadãos e seus representantes, que seria hoje monopolizado pela imprensa. Segundo Martin Hagen,⁹⁷ por exemplo, o tipo de cobertura que a imprensa realiza da política tem sido responsável pela crise da participação política. Ele afirma que os sistemas políticos democráticos apresentam pelo menos três deficiências claras que podem ser superadas pela “democracia eletrônica”: falta comunicação e intercâmbio de informação entre o público em geral e os representantes políticos; falta participação política, que é causada tanto pela estrutura como pelo déficit funcional do sistema político; e, a existência de um efeito negativo da imprensa sobre o sistema político em geral, e em particular sobre a participação política. A “democracia eletrônica” estaria revertendo essa situação.

Da mesma forma, para Scott London, o principal benefício da nova mídia eletrônica para a democracia é que estimula uma comunicação bidirecional, como é o caso da Internet.⁹⁸ A principal contribuição que a “democracia eletrônica” oferece ao sistema da democracia representativa é que torna possível contar com a realimentação, ou seja, com o “feedback” dos cidadãos. Os representantes políticos podem medir, afirma ele, de forma instantânea as reações e inclinações do público. London também acredita que uma das maiores deficiências da política nos dias atuais é a falta de comunicação entre os políticos e os cidadãos. Nos sistemas democráticos atuais, diz ele, com

⁹⁵ MARTINO, Bettina. “Posmodernidad, crisis de representación y democracia electrónica”. *Revista Razón y Palabra*. No. 22. mayo-julio de 2001.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ HAGEN, M. op. cit.

⁹⁸ LONDON, Scott. <http://www.scottlondon.com/reports/ed.html>

exceção dos períodos de campanhas eleitorais, em raras ocasiões os cidadãos são consultados. Outro a pensar da mesma forma é James Street.⁹⁹ Por trás de muitos dos atuais projetos de “democracia eletrônica”, afirma ele, encontra-se a convicção de que as tentativas para garantir a participação dos cidadãos nas democracias modernas falham por causa de quatro problemas: falta de tempo dos cidadãos, o número grande de indivíduos, falta de conhecimento e problemas de acesso à política. Esses problemas estariam sendo superados pelos novos meios eletrônicos de comunicação e informação, principalmente a Internet, pois eles oferecem instantaneidade, espaço virtual, informações disponíveis para todos na rede e acesso aberto.

O problema com essas afirmações é que são escassos os estudos atuais que possam fornecer dados sobre a experiência particular dos parlamentos com a nova mídia eletrônica. Assim, não é possível saber como a democracia representativa está sendo modificada na sua relação com a nova mídia eletrônica. Entretanto, um estudo não muito recente, mas que pode lançar uma luz sobre as perspectivas do “Parlamento Eletrônico”, em função da abrangência das experiências que analisa, é o que foi realizado pelo cientista político Christopher Arterton, da George Washington University, e publicado no livro “Teledemocracy: Can Technology Protect Democracy?” (1987). Trata-se de uma pesquisa das diversas experiências de “teledemocracia” realizadas entre as décadas de 70 e 80, que tinham sido concebidas especialmente com o objetivo de testar os recursos da nova mídia eletrônica em projetos democráticos de âmbito local (basicamente, com as insipientes transmissões a cabo e/ou via rede de computadores, às vezes combinadas com a mídia convencional). Embora as conclusões da pesquisa de Arterton sejam muito mais dirigidas a dar uma resposta àqueles que acreditavam que a nova mídia eletrônica poderia trazer de volta algo parecido com uma democracia direta, através do incremento de mecanismos de participação direta dos cidadãos na formação das políticas públicas, elas são reveladoras na medida em que apontam que os maiores benefícios para a democracia estão relacionados precisamente ao aumento de transmissão de informações e opiniões políticas entre os cidadãos e seus representantes. Se, por um lado, não é possível realizar o sonho da “*ágora* eletrônica”, por outro lado, a relação da democracia com a nova mídia eletrônica não deixa de trazer impactos na política representativa.

Nessa pesquisa, Arterton usou critérios tais como, por exemplo, quem tem acesso, quantos têm acesso, se a participação era individual ou em grupo, a iniciativa dos cidadãos em participar,

⁹⁹ STREET, J. “Remote Control? Politics, technology and ‘electronic democracy’”. *European Journal of Communication*, 1 (12), 1997, pp.27-42.

quem controlava a agenda das questões ou se havia influência efetiva sobre as decisões públicas. Ele pesquisou treze projetos desse tipo, entre eles encontravam-se: o “Alaska’s Legislative Teleconferencing Network”. Através do implemento dos primeiros sistemas de comunicação por computador, os comitês legislativos estaduais divulgavam informações sobre assuntos legislativos e emendas constitucionais e os cidadãos da região podiam opinar enviando mensagens através do mesmo sistema. As mensagens eram armazenadas e depois analisadas pelos parlamentares; o “Berks Community Television (BCTV)”. Realizado em Reading, Pensilvânia, esse projeto criava possibilidades regulares para que os representantes da cidade e do condado discutissem suas políticas e ações com a população, através de um circuito fechado de comunicação a cabo. Os cidadãos que assistiam aos debates podiam telefonar com opiniões e reclamações para o estúdio; ou, o “The Honolulu Electronic Town Meeting”. Programas de conteúdo político eram transmitidos para um grupo determinado de pessoas. Eram apresentados os prós e os contras de uma dada questão, com duas opções de votação. Os cidadãos que desejassem expressar o seu voto poderiam fazê-lo através dos Correios ou telefonando para os responsáveis pelo projeto.¹⁰⁰

A primeira conclusão que será exposta por Arterton está baseada nas diferentes concepções que dividem os projetos de “teledemocracia” em dois grupos. Uns projetos encorajam o diálogo, outros realizam plebiscitos.¹⁰¹ Ele diz que nos projetos em que os representantes políticos são envolvidos pessoalmente em debates, os cidadãos tendem a influenciar mais efetivamente as políticas públicas e, nos projetos em que isso não ocorre, o que se observa é um aumento no nível de informação política por parte dos cidadãos. O que mostra, segundo o pesquisador, que, para entender as diferenças entre os projetos estudados é mais importante saber quais são as metas e valores dos organizadores desses projetos do que as tecnologias que estão sendo empregadas.

Esta primeira descoberta é fundamental, pois quando Arterton escolheu esses projetos de “teledemocracia” para estudo, pensou que conseguiria saber como os recursos das diferentes tecnologias poderiam promover o envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos. Em vez disso, como os seus resultados comprovaram, os maiores determinantes dos modelos e do sucesso de cada um desses projetos não se encontravam nos recursos e capacidades das novas tecnologias empregadas, mas nas escolhas organizacionais feitas pelos promotores dos projetos, escolhas precisamente baseadas nos seus valores e concepções sobre participação e cidadania. Assim, suas

¹⁰⁰ Ibid., pp. 53-55.

¹⁰¹ Ibid., p. 184.

conclusões não renderam muito apoio para aqueles que possuem uma visão determinista da nova mídia, segundo o qual se acredita que a democracia direta seria inevitavelmente alcançada pela revolução nas tecnologias de comunicação.¹⁰²

Arterton apresenta as suas conclusões separando-as segundo a perspectiva dos meios eletrônicos de comunicação e com base no planejamento realizado pelos organizadores dos projetos. Quanto às tecnologias empregadas, ele descobriu nas pesquisas que muitos dos resultados gerados em esses projetos dependem do grau de controle político geral que é exercido sobre os meios de comunicação em cada país. É importante levar em conta se o meio eletrônico empregado é público, semipúblico ou privado, pois seu estudo mostrou que apesar da capacidade da nova mídia, é necessário usar uma multiplicidade de canais caso se queira envolver grupos maiores de cidadãos. Porém, isso também não garante que os cidadãos se interessem pelos assuntos públicos para prestar atenção nesses canais, dada a enorme grade de canais com informação e entretenimento. A esse respeito, os projetos estudados por Arterton, ilustram que é muito difícil competir com outras atividades e assuntos que prendem a atenção dos cidadãos na vida social.

Entretanto, a revolução nas comunicações, acredita Arterton, promete muito mais do que a simples votação eletrônica. A interação regular entre os cidadãos e entre estes com as autoridades políticas constitui a mais completa e educativa forma de participação nas democracias representativas. Aplicar a tecnologia desta maneira, acredita, “pode melhorar o funcionamento dessa maquinaria; ‘teledemocracia’ pode ser aplicada para o fortalecimento dessas instituições antes do que a sua suplantação”.¹⁰³ Uma série de problemas enfrentados pela democracia representativa podem ser diminuídos pelo uso da tecnologia. Não é inteiramente improcedente, na sua opinião, a idéia de estabelecer mecanismos regulares de “teledemocracia” para mitigar as desiguais taxas de participação entre os cidadãos. Eles podem tornar mais democrática e pluralista os governos representativos. Um exemplo disso, foi dado pelos projetos de “North Carolina” e “Reading”, os representantes públicos que estão distantes das solicitações dos seus eleitores usaram os canais a cabo. Em um projeto de conferência por computador foi possível combinar que um congressista discutisse sobre a política de controle de armas com um grupo de cidadãos.

Já com relação à organização e planejamento dos projetos, ele diz que aqueles que tinham por finalidade envolver os cidadãos em decisões plebiscitárias encontraram a limitação do sistema

¹⁰² Ibid., p. 184-5.

¹⁰³ Ibid., p. 200.

da mídia e a resistência das elites. Apesar disso, os projetos que tentaram usar as novas tecnologias para estimular as discussões e negociações entre os cidadãos e grupos sociais provaram ser mais bem-sucedidas no alcance de suas metas. Essas metas eram, entretanto, mais limitadas do que aquelas que tinham uma visão de plebiscitos eletrônicos. Mas isso não esconde outros problemas. Em primeiro lugar, porque embora o número de participantes nos plebiscitos tenha sido superior, o número de indivíduos envolvidos foi substancialmente menor do que seria desejável para considerar esses projetos como um efetivo sistema participativo. Em segundo lugar, esse tipo de projeto confirmou a tendência de que, um envolvimento freqüente em plebiscitos, pode cair logo em um processo de esgotamento. Por outro lado, os projetos envolvendo plebiscitos acabam na verdade se tornando um meio de leitura rápida das opiniões do público sobre uma questão particular, enquanto os projetos de diálogo criaram um processo contínuo de discussão, com um período mais demorado para a obtenção de opiniões.

Além disso, os resultados dos projetos que tinham por finalidade a participação em debates com as autoridades públicas ou em discussões entre os cidadãos não o autorizam a afirmar que as novas formas de comunicação podem aumentar a influência dos cidadãos na política. A maioria dessas experiências, segundo constatou, “podem melhorar a representação e a *responsiviness*, mas eles também podem melhorar as oportunidades de manipulação por parte dos governantes”.¹⁰⁴ Além dos meios eletrônicos de comunicação que serão empregados e do padrão de interação a ser seguido, os projetos de “teledemocracia”, segundo Arterton, envolvem significativas desigualdades. A primeira e mais importante está na desigualdade entre as lideranças e o público em função de quem controla a iniciativa do projeto, a duração da experiência e o conteúdo das mensagens políticas veiculadas. Uma segunda refere-se a uma desigualdade que acabou provocando uma enorme limitação nos resultados das pesquisas estudadas: todas elas foram destinadas à participação de cidadãos pertencentes à elite intelectual e financeira do país. Assim, os benefícios políticos, embora de alguma forma possam ser considerados democráticos, estão longe de satisfazer aqueles que defendem projetos democráticos com uma ampla participação popular.

Arterton concluirá com um balanço ponderado sobre os benefícios que a nova mídia pode trazer para a democracia: “A ‘teledemocracia’ pode tornar possível um diálogo pluralista. Em muitos casos onde os meios eletrônicos foram usados para permitir que os cidadãos interagissem com seus representantes políticos, os resultados foram benéficos. Os cidadãos certamente tornaram-

¹⁰⁴ Ibid., p. 177.

se melhor informados. Aumentou o número de cidadãos politicamente ativos. Em muitos casos, as evidências sugerem que os cidadãos envolvidos tem uma influência tangível sobre as questões públicas. E, finalmente, pode-se concluir que, em pequena proporção, o sistema político foi modificado pela participação dos cidadãos. A própria ampliação da participação dos cidadãos acabou por criar uma pressão sobre os representantes para aceitar essa influência”.¹⁰⁵

Apesar de Arterton tirar suas conclusões a partir de projetos envolvendo a nova mídia eletrônica na política em contextos muito diferentes às experiências atuais de “democracia eletrônica”, o que se destaca na sua pesquisa é que atribui um grau de relevância significativo ao estabelecimento de canais de comunicação direta de interação eleito/eleitor como um possível fator gerador de mudança, na medida em que cria-se a possibilidade de que haja algum tipo de influência ou pressão dos cidadãos sobre os representantes, entretanto, se em alguns casos isso não acontece, pelo menos os cidadãos tornam-se politicamente mais informados. Ao descartar a possibilidade de que com a nova mídia seja possível recriar qualquer coisa próxima de uma democracia direta, ele não deixa de notar que um maior fluxo de informação política para a sociedade e a possibilidade de participação mais direta dos cidadãos na política são fatores que tem um certo impacto na esfera da política institucional. Canais de comunicação que proporcionem um espaço de interação direta entre eleito/eleitor criam possibilidades de incrementar a participação dos cidadãos na política e a pressão da opinião pública sobre os representantes.

Dentro do contexto atual dos projetos de “democracia eletrônica”, um dos raros estudos que tentam avaliar precisamente se o implemento da Internet pelos parlamentares torna o processo legislativo mais aberto à participação dos cidadãos e se incentiva uma maior transparência dos seus procedimentos internos foi apresentado em um congresso por Thomas Zittel, da Universidade de Mannheim, em abril de 2001 e intitulado “Electronic Democracy and Electronic Parliaments – A Comparison between the US House, the Swedish Riksdagen, and the German Bundestag”. Trata-se de uma análise comparativa do uso pessoal da Internet pelos membros de três parlamentos (Estados Unidos, Alemanha e Suécia).

Na época em que ele fez o estudo, em janeiro de 2000, constatou que o uso de computadores particulares estava presente nas três Casas, sendo que 100% dos membros do Congresso norte-americano tinham sua página *web* na Internet e, nos casos dos parlamentares alemão e sueco, a proporção era de cerca de um terço dos parlamentares. A primeira conclusão a que chega é que as

¹⁰⁵ Ibid., p. 200.

páginas virtuais dos parlamentares não estão organizadas no sentido de atender aos resultados esperados de uma “democracia eletrônica”. Apenas uma minoria usa suas páginas para disponibilizar o acesso às informações legislativas, para o diálogo público e para saber mais sobre as posições políticas dos cidadãos. A porcentagem é diferente entre os parlamentares norte-americanos e europeus. Os membros do Congresso americano fornecem mais informação sobre o processo legislativo e registram mais opiniões dos cidadãos que seus similares europeus, ao passo que estes favorecem mais o diálogo público. Porém, quase a totalidade das páginas *webs* dos parlamentares estudadas providenciam um espaço para a recepção de mensagens eletrônicas dos cidadãos (93% nos EUA, 96% Alemanha e 95% Suécia).¹⁰⁶ O estudo mostrou ainda que uma minoria deles participa em fóruns eletrônicos.

Um dos inegáveis recursos da Internet, diz Zittel, é que, ao contrário das pesquisas de opinião tradicionais, permite a cada parlamentar, de forma rápida e a baixo custo, informar-se sobre como estão pensando os eleitores sobre um determinado assunto. Trata-se de uma aplicação que permite aos cidadãos registrarem a sua opinião sobre questões políticas com um simples apertar de botão. Porém, a sua pesquisa constatou que apenas 6% dos parlamentares dos EUA se utilizam dessa modalidade de pesquisa, 1% no caso da Alemanha e nenhum caso foi encontrado na Suécia.¹⁰⁷ Além disso, todos os sites dos parlamentares oferecem uma boa quantidade de textos informativos, mas a maioria não está diretamente relacionada com uma maior transparência do processo parlamentar. Ele não encontrou o que chama de informação “crucial” sobre o processo legislativo. Mas, afirma que a experiência com esse novo canal eletrônico suscitou debates e questionamentos entre os parlamentares sobre a amplitude de informações legislativas que deveriam ser tornadas públicas. A amplitude desse debate tem sido maior entre os parlamentares norte-americanos.

Um aspecto positivo que destaca no seu estudo, é que as suas análises demonstraram que há uma tendência moderada nos esquemas participativos do processo de representação: “Esta evidência demonstra que a nova mídia eletrônica está longe de ser insignificante e que ela pode fomentar um maior esquema de participação na política representativa”.¹⁰⁸ Se a representação parlamentar for vista sob o prisma do sistema de representação clássico “burkeano”, diz ele, pode-se afirmar que o “Parlamento Eletrônico” gera uma mudança para um sistema de representação política mais

¹⁰⁶ ZITTEL, T. “Electronic democracy and Electronic Parliaments – A Comparison between the US House, the Swedish Riksdagen, and the German Bundestag”. Paper apresentado em um congresso realizado pelo European Consortium of Political Research, em Grenoble, 2001. p. 4.

¹⁰⁷ Ibid.p.8.

¹⁰⁸ Ibid., p.19

participativa. Mas essa não é uma tendência igual em todos os Parlamentos. Não há uma sólida correlação entre o uso da Internet pelos parlamentares e uma mudança institucional.

No caso dos países em que funciona o sistema parlamentar de governo, há uma resistência maior do que aqueles que operam no sistema presidencialista em interagir com os eleitores. Ao contrário dos representantes no sistema parlamentarista, os parlamentares no sistema presidencialistas possuem mais liberdade para estabelecer uma estreita relação com seus eleitores e tomam posições políticas individuais na esfera pública. Isso não quer dizer, afirma Zittel, que há uma relação “unicausal” entre as características institucionais específica e a “democracia eletrônica”. Pois, o contexto institucional inclui muitas variáveis independentes, sendo umas mais dominantes que outras. É por isso que acredita que os resultados do “Parlamento Eletrônico” dependem da ampla estrutura institucional na qual está situado o Parlamento. A mesma terá influência sobre os índices de participação política dos cidadãos e da informação disponibilizada. Sendo assim, o tipo de governo, conclui ele, parece ser uma variável institucional crucial para os assuntos relacionados à “democracia eletrônica” nos parlamentos.¹⁰⁹

O que pode ser destacado do estudo de Zittel é que, embora não tenha encontrado evidências claras de que o “Parlamento Eletrônico” torna o processo representativo mais democrático, reconhece que o uso da Internet pelos parlamentares não é uma mudança insignificante. Embora as páginas virtuais dos parlamentares não contenham informação legislativa que possa ser necessariamente relacionada com transparência, registra que há um incremento moderado de esquemas participativos dos cidadãos no processo de representação. Como será visto no próximo capítulo, as páginas *webs* dos parlamentos associadas às transmissões televisivas das sessões parlamentares parecem divulgar uma quantidade muito mais significativa da que foi encontrada por Zittel nas páginas particulares dos parlamentares. Após a apresentação de uma panorama da emergência do “Parlamento Eletrônico” em alguns países, será apresentada a experiência particular do implemento da nova mídia eletrônica pelo Senado Federal brasileiro com a finalidade de ilustrar o que tem sido tratado até aqui.

¹⁰⁹ Ibid. p.20/21.

Capítulo 3

A emergência do “Parlamento Eletrônico”

O presente capítulo tem por finalidade compor um panorama ilustrativo do que foi tratado até aqui sobre a emergência dos novos canais eletrônicos de comunicação nos Parlamentos. Os dados que serão apresentados, por via de regra escassos, tentam fornecer uma idéia desse recente fenômeno no mundo. Como não existem ainda estudos sistemáticos sobre o funcionamento das tevês e *webs* parlamentares, as poucas informações aqui compiladas com relação a esse assunto foram obtidas em alguns *sites*, revistas e jornais especializados e através do envio de e-mails para as próprias instituições representativas. A maioria delas não respondeu às consultadas feitas antes da conclusão deste trabalho. E as poucas que responderam, não forneceram todos os dados solicitados. De forma que foram reunidos os dados que se encontravam disponíveis, onde também será descrita a experiência particular do Senado brasileiro, a fim de registrar a emergência desse gênero eletrônico de comunicação parlamentar no país. Para tanto, o capítulo foi dividido em três itens. No primeiro deles, após uma breve comentário da emergência das tevês legislativas em alguns países, passo a descrever o surgimento da *TV Senado*, sua programação e audiência. No segundo item, a partir de uma análise geral de alguns *sites* parlamentares de vários países, traço um quadro do que eles oferecem em termos de informação legislativa e, a seguir, descrevo a estrutura particular da página *web* do Senado brasileiro.

O destaque do capítulo fica por conta da apresentação, no terceiro item, de alguns dados inéditos referentes ao serviço “A Voz do Cidadão”, espaço de interação e recepção das mensagens eletrônicas enviadas pelos cidadãos aos senadores, através da Internet. Com base na crise vivida por essa instituição quando da violação do painel do Senado, no ano passado, serão apresentadas algumas mensagens enviadas pelos cidadãos de forma a ilustrar como vem funcionando esse novo canal eletrônico de comunicação parlamentar. Essas mensagens são registradas diariamente pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal e, como será visto, representam exemplos ilustrativos do tipo de interação eleito/eleitor que está sendo proporcionado pelo “Parlamento Eletrônico”.

3.1 – Breve panorama das tevês parlamentares

Em termos gerais, pode-se dizer que as tevês parlamenatres surgem com a intuito de cobrir e transmitir ao vivo, e de forma direta, as atividades mais importantes do Parlamento e proporcionar um espaço de debate e interação entre eleito/eleitor. O objetivo delas é fazer chegar aos cidadãos, em primeira mão e sem intermediários, imagens e informações das atividades legislativas que lhes permitam realizar uma avaliação do trabalho dos seus representantes na esfera do Parlamento. Além disso, a maioria dessas emissoras possui programas de debates que possibilitam a interação dos parlamentares com os cidadãos a fim de discutir os temas que estão sendo tratados na instituição. Toda a programação que não está diretamente vinculada a cobrir a agenda do dia, costuma ser preenchida com reprises de debates e reuniões legislativas pré-gravadas, documentários sobre o funcionamento do Parlamento e programação de caráter cultural. Estima-se que, em média, de 40% a 50% do conteúdo do que é transmitido diariamente por essas emissoras seja ao vivo. Com exceção dos dias em que há reuniões das comissões que se estendam por horas ou votações polêmicas que envolvam discussões demoradas. Sem fins lucrativos, as imagens dos parlamentos são veiculadas gratuitamente para as residências dos assinantes das tevês pagas. Recentemente, as imagens de muitos canais parlamentares também passaram a ser transmitidas via Internet, através das próprias páginas *webs* das instituições representativas. Uma característica que facilmente diferencia as tevês parlamentares dos canais comerciais, é que elas procuram mostrar em primeira mão as sessões e as diversas atividades do Parlamento de acordo com o próprio ritmo do trabalho da instituição, ou seja, de acordo com a sua agenda e seus procedimentos protocolares.

Quando à origem das transmissões televisivas parlamenaters, das poucas informações disponíveis, o que se sabe é que a República Federal da Alemanha foi o primeiro país onde se tentou implantar uma emissora desse tipo, em 1953, quando as tecnologias de comunicação eram ainda muito primitivas. A experiência gerou muitas críticas dos membros do *Bundestag* e acabou durando pouco tempo. Da mesma forma, desde o aparecimento da televisão no início dos anos 50, as redes de televisão inglesas tentaram obter autorização para introduzir suas câmeras no Parlamento. Seu único sucesso foi a transmissão ao vivo da abertura dos trabalhos dos parlamentares, em 1959. Também a tentativa de instalar um circuito interno de televisão, na década de sessenta, foi derrubada pela Câmara dos Comuns em duas oportunidades.¹¹⁰

¹¹⁰ MUGHAN, Anthony & SWARTS, Jonathan. “The Coming of Parliamentary Television”. (Ohio State University). New York: Political Studies, XLV, No.01, March/1997.

Os primeiros sinais de que a oposição dos parlamentares à presença das câmeras de televisão no plenário havia mudado, começaram a ser notados somente no final da década de 70 com as experiências iniciadas primeiro no Canadá e, depois, nos Estados Unidos. O Canadá começou a transmitir regularmente as primeiras imagens internas do Parlamento em 1977, através do *Canadian Parliamentary Channel*. Primeiro, o canal iniciou as suas funções cobrindo os trabalhos da Câmara dos Comuns. Com a expansão das transmissões via sistema a cabo, um consórcio de trinta operadoras desse sistema, em 1992, começou a distribuir os serviços sem custos para seus clientes e o canal mudou o seu nome para *Cable Parliamentary Channel*. Em 1995, a emissora ganhou uma licença do Conselho de Rádio e Televisão do Canadá para também transmitir em canal público aberto para todo o país. No ano seguinte, passou a se chamar de *Public Affairs Channel*, quando assumiu a cobertura também dos trabalhos dos comitês do Senado, das audiências públicas, das conferências e eventos especiais. A partir de então, tornou-se uma rede bilíngüe (francês e inglês) que transmite 24 horas por dia, todos os dias da semana e é veiculada por 80 companhias a cabo. Estima-se que chegue a 8,6 milhões de residências.¹¹¹

Apesar dos congressistas dos EUA terem começado a sua experiência com as emissoras parlamentares dois anos depois dos seus similares canadenses, a *C-SPAN* ("Cable-Satellite Public Affairs Network") tornou-se a emissora parlamentar mais conhecida em todo o mundo e a que tem servido de modelo para muitas congêneres que estão surgindo em vários países atualmente. A principal diferença da *C-SPAN* é que se trata de uma fundação criada pela indústria da televisão a cabo dos Estados Unidos, com autonomia financeira e administrativa. Apesar de ter sofrido uma certa resistência de alguns parlamentares no início, ela é considerada pelos parlamentares norte-americanos como uma importante componente das atividades legislativas. Ela se mantém através dos rendimentos ganhos pelo sistema de transmissão a cabo que oferece a seus clientes. Começou a funcionar no dia 19 de março de 1979 cobrindo os trabalhos da Casa dos Representantes. Na época, em função da restrita expansão das transmissões a cabo, enviava o seu sinal para apenas 3,5 milhões de domicílios. Em 1980, realizou a primeira cobertura completa das eleições para presidente. Em 1982, expandiu a sua programação para 24 horas diárias, todos os dias da semana. Atualmente, possui uma equipe de 260 funcionários e sua programação chega a 77 milhões de residências com televisão a cabo/satélite em todo o mundo, através de aproximadamente 6.500 sistemas de transmissões a domicílio.

¹¹¹ Pesquisa realizada no site: http://www.cpac.ca/about/index_e.asp

Em junho de 1986, também o Senado começou a televisionar as suas sessões legislativas por meio da *C-SPAN 2*. Além das sessões gravadas ao vivo, ela inovou ao criar programas de auditório permanentes para debater as decisões que são tomadas na instituição. De acordo com seus idealizadores, foram os próprios parlamentares que solicitaram a criação desse novo canal, pois eles reclamavam das coberturas parciais realizadas pelas emissoras comerciais e das dificuldades que enfrentam para explicar diretamente à população as posições que eles assumem no Senado. Dessa forma, pelo que consta no *site* que mantêm na Internet, o objetivo é levar diretamente aos cidadãos os trabalhos do legislativo, além de proporcionar um espaço para que os parlamentares discutam, comentem e analisem as questões de interesse público, “sem filtros ou distorções de suas opiniões”.¹¹² Portanto, com exceção dos programas de debates, as imagens do Senado não são editadas nem são acompanhadas por comentários de jornalistas ou especialistas. Ao mesmo tempo, a emissora incentiva os cidadãos a que participem através de chamadas telefônicas e e-mails com a intenção de que possam interagir diretamente com os parlamentares e outros funcionários que tomam decisões de interesse público.¹¹³

Na Europa, com base na experiência norte-americana, surgiu em 1991 outra conhecida emissora desse gênero, o *Channel Parliamentary*, do Parlamento Britânico. Em 1988, expandiu as suas transmissões quando passou a cobrir mais amplamente as sessões parlamentares pela BCC, através da *BBC Parliament*. O mesmo fez a Assembléia Nacional da França instalando primeiro, em 1992, um complexo televisivo experimental que lhe permitia oferecer a todos os canais de televisão comerciais compactos regulares de suas sessões e das audiências públicas das comissões. Depois dessa experiência, a primeira emissora parlamentar francesa a transmitir imagens do interior da Assembléia e do Senado surgiu em outubro de 1993, com o nome de *Canal Assemblée Nationale*. Somente em 2000 foram inaugurados dois modernos canais parlamentares, um para cada instituição. Em 21 de março, o canal *LCP-AN* para a Assembléia Nacional e, em abril, o *Public Sénat* para o Senado. O que diferencia o canal *Public Sénat* dos seus similares é que tem como proposta principal ser um espaço de debate público das questões e decisões que são tratadas no Senado francês. Por isso, ao contrário do modelo americano, os temas mais polêmicos são amplamente discutidos em programas de entrevistas com especialistas, universitários, altos funcionários, jornalistas e

¹¹² Pesquisa realizada no site: <http://www.c-span.org/>

¹¹³ DIZARD, Wilson. “A Nova Mídia: A Comunicação de massa na era da informação”. R. J.: Zahar, 1998.

representantes da sociedade civil. Os telespectadores também podem participar através de telefonemas ao vivo e enviando mensagens via e-mail para expressar a sua opinião.

Na Espanha, em 1993, foram instaladas câmeras de televisão com controle remoto para gravar as sessões no plenário e, mais tarde, em 1998, começou-se a fazer o mesmo nas salas das comissões. Com investimentos iniciais realizados com recursos da própria Câmara, além da emissão através de circuito fechado para todas as dependências do Parlamento, ela autorizava a distribuição das fitas gravadas para as emissoras credenciadas na instituição. Um canal nos moldes dos que vêm sendo implantados em outros países, o Congresso Espanhol inaugurou oficialmente no dia 5 de abril de 2000, também com o nome de *Canal Parlamentário*. Assim como suas congêneres, é difundido para o público assinante da Madritel, operadora do Cabo da Comunidade Espanhola, e pelo satélite Hispasat. O canal também é distribuído para às redes de televisão nacionais e estrangeiras interessadas em divulgar informações do Congresso espanhol. O que diferencia a experiência espanhola das outras é que a equipe responsável por toda a produção dos programas e divulgação das atividades do Congresso é formada por professores, alunos e técnicos da Universidade Complutense.¹¹⁴

Outras experiências das tevês parlamentares que se têm notícia no continente europeu são a do Congresso Alemão, que começou as suas transmissões televisivas em 1997 por meio do canal *Phoenix* - filiado a dois canais públicos nacionais, a ARD e da ZDF -, e da Assembléia da República Portuguesa, que inaugurou o sinal televisivo do *Canal Parlamento* em setembro de 2000, emitindo as suas imagens pela TV Cabo Portugal e por outras estações públicas e privadas de televisão.

Na América Latina, o primeiro canal parlamentar a ser inaugurado foi o do Senado Federal brasileiro, que será abordado no item seguinte. Tido como modelo, segundo o diretor da *TV Senado*, Aloízio de Oliveira¹¹⁵, vários representantes dos parlamentos latino-americanos têm procurado a experiência do televisionamento das sessões do Senado brasileiro para implantar emissoras semelhantes em seus países. É o caso da recente inauguração da emissora parlamentar mexicana *Canal de Televisión del Congreso General de los Estados Unidos Mexicanos*. Fundado no dia 28 de agosto de 2000, a mesma cobre os trabalhos do Congresso e das Comissões Permanentes. Na sua página web, o canal informa que seu objetivo fundamental:

¹¹⁴ Pesquisa realizada no site <http://www.congreso.es/>

¹¹⁵ RAMOS, Raquel. "TV Senado deu show". *Pay-tv*, Ano 8, No. 85, agosto/2001.

*“(…) es contribuir a colocar en el espacio público los intereses de la Nación por encima de los intereses particulares o de grupo, en el marco de la pluralidad democrática y la tolerancia [e] construir un vínculo entre el Congreso, los órganos que lo integran y la sociedad, que permita establecer una mutua, sólida y fluida relación de información entre ambos”.*¹¹⁶

3.1.1 – A pioneira no Brasil: a TV Senado

Assim como ocorre com as emissoras parlamentares que estão operando em vários países hoje, o que pode ser dito sobre a origem da *TV Senado* e seu funcionamento também não se encontra à disposição facilmente. Não foi possível localizar e entrevistar as pessoas que estiveram mais diretamente envolvidas na fundação do canal. A emissora possui um *site* próprio que traz informações básicas sobre seus objetivos, o seu manual de procedimentos e a sua programação diária, mas poucos dados sobre a sua história e nenhum sobre a sua audiência. A partir de algumas reportagens publicadas em veículos especializados sobre o desenvolvimento das telecomunicações no Brasil¹¹⁷, é possível saber que as primeiras propostas que deram origem à fundação da *TV Senado* foram feitas pelos próprios parlamentares durante os debates do projeto de lei intitulado “Acordo sobre regulamentação da TV a cabo”, nos últimos meses de 1994. Esse acordo definia o substitutivo ao Projeto de Lei No. 2.120/91, que visava regulamentar as concessões para exploração dos serviços de cabodifusão no Brasil.

O projeto apresentado foi motivo de longas negociações envolvendo os representantes dos principais entidades da sociedade civil, políticos e empresas diretamente ligadas ao setor da comunicação social, lideradas pela ex-deputada Irma Passoni (PT-SP), à época presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Quando a Comissão que estudava o Acordo entrou nas discussões sobre o item “Concessões de canais de acesso público”, por pressão dos parlamentares foi incluída a obrigatoriedade de concessões também de canais públicos para a transmissão de

¹¹⁶ Dados obtidos no site <http://www.canaldelcongreso.gob.mx/>

¹¹⁷ MARQUES, M. “Um pequeno ‘detalhe’ impede a TV Senado de sair de seu quintal”, *PAY-TV*, No. 14, setembro de 1995.; MESQUITA, Fernando César et alli. “Comunicação e Opinião Pública”, Ciclo de palestras : O Senado e a Opinião Pública, v. III, Brasília: Senado Federal, Secretaria de Comunicação Social, 1995. PERRONE, F.L. “O Parlamento vai pro ar”, Reportagem publicada o jornal *Gazeta de Pinheiros*, 13/05/90. p.2.; SÁ, Nelson de. “TV Senado pode ter mais autonomia”, Reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, Caderno **brasil** 1, 15/03/98, p.6. ZANATTA, Carlos Eduardo. “Chegou a vez do canal de TV dos deputados federais”, *“PAY-TV”*, Ano 4, No. 36, julho de 1997 e www.senado.gov.br.

imagens de caráter político-institucional. A iniciativa acabou sendo consagrada no substitutivo que deu origem à “Lei do Cabo”, como ficou conhecida a redação final do Projeto de Lei No. 8.977. Aprovado pelos deputados e senadores antes de acabar o ano, o Projeto foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso sem modificações, no dia 6 de janeiro de 1995.

De acordo com essa lei, no artigo 23 que dispõe sobre a “Operação do Serviço a Cabo” (capítulo V, alíneas b, c e d, inciso I), ficou determinado que as concessionárias operadoras das TVs a Cabo devem “tornar disponíveis canais para: o legislativo municipal/estadual (...); a Câmara dos Deputados (...); Senado Federal, para documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões (...) sem fins lucrativos”. O que na prática significava que, a partir desse momento, as operadoras de tevês por assinatura ficariam obrigadas a disponibilizar os sinais televisivos para os legislativos do país, entre os chamados canais básicos de utilização gratuita, fazendo parte do cardápio de emissoras oferecidos aos assinantes. Foi com base nessa lei que, no dia 15 de fevereiro de 1996, o então presidente do Senado, José Sarney, inaugurou a *TV Senado*.

Desde 1993, o Senado mantinha uma Central de Vídeo para registrar as sessões, as reuniões da Casa e para produzir vídeos institucionais que eram distribuídos para as televisões comerciais. Com a inauguração da *TV Senado* passou-se a transmitir ao vivo as sessões plenárias e as reuniões das comissões do Senado Federal, criando um canal para divulgação direta de imagens sobre as atividades internas da Casa para os cidadãos. Nos primeiros três meses de funcionamento, o canal ficava no ar quinze horas e chegava apenas a assinantes das tevês pagas de Brasília. Em maio, o sinal da emissora começou a ser direcionado para todo o Brasil pelo sistema de transmissão por satélite. A partir do segundo ano de funcionamento, a *TV Senado* começou a transmitir durante vinte e quatro horas, todos os dias da semana. A emissora conta hoje com 150 funcionários e possui um orçamento médio mensal de R\$250 mil.

Atualmente, é possível captar o sinal da *TV Senado* de qualquer lugar do país através das operadoras de transmissões a cabo, tais como GloboCabo, Netsul, Transcabo etc.; por antenas parabólicas de tipo analógico e digital e, desde 12 de dezembro de 2000, pelo sistema convencional em sinal aberto de UHF, que está sendo transmitido em caráter experimental somente para o Distrito Federal, pelo canal 51 (Anexos, págs. 121 a 123). No segundo semestre de 2001, o sinal da *TV Senado* começou a ser transmitido para um satélite de cobertura nacional. Isso implica que a emissora pode chegar a qualquer município brasileiro, sendo que a sua recepção em UHF só depende da instalação de estações que captem essa transmissão e façam a sua retransmissão. Outra

forma de assistir às imagens desse canal parlamentar é através da página *web* dos senadores na Internet, com os recursos do *software* “Real Player”, no endereço eletrônico http://www.senado.gov.br/web/secsdefa/images/ic_tc.gif.

Programação

Conforme o “Manual de Normas da *TV Senado*”, o objetivo primeiro do canal parlamentar é “atender a um dos direitos básicos da cidadania: o direito à informação. Por sua natureza pública, a *TV Senado* não está submetida a imposições de lógica comercial, que prevalecem em muitos veículos de comunicação. Isso permite que o cidadão tenha acesso à totalidade dos trabalhos legislativos, com isenção e transparência, conforme determina o *caput* do artigo 37 da Constituição Federal. Além disso, a *TV Senado* representa um elo com a sociedade, à medida que não apenas divulga ampla e objetivamente o trabalho parlamentar, mas também incentiva uma resposta interativa do público com o Senado Federal. Assim, como emissora pública, a *TV Senado* deve sempre buscar mecanismos que assegurem a clareza e a objetividade em sua programação”.¹¹⁸

O núcleo da sua programação é a cobertura das sessões do Plenário, das reuniões das comissões parlamentares permanentes¹¹⁹ e temporárias, além das atividades da Comissão Diretora. As sessões plenárias têm prioridade de cobertura sobre qualquer outra atividade. Elas são apresentadas ao vivo e reapresentadas às 21h30 do mesmo dia, salvo nos dias em que ocorrem sessões conjuntas do Congresso (deputados e senadores) ou reuniões de comissões (permanentes ou temporárias) que se prolonguem até a madrugada. Do mesmo modo, todos os dias, a emissora distribui as suas equipes de forma a cobrir as diversas comissões, inclusive as Comissões Especiais e Comissões Mistas (dos deputados e senadores).

Quando não são exibidas ao vivo, as reuniões das mesmas são gravadas e programadas para os intervalos que se seguem na programação, no mesmo dia ou nos dias seguintes. Essa cobertura institucional resulta em diversos tipos de programas: transmissões ao vivo, íntegras de reuniões pré-gravadas, entrevistas e outras gravações utilizadas na produção de informativos e de programas especiais. Entretanto, a maior parte do tempo da programação é destinada a cobrir as atividades da Casa. Assim, noticiários como o “Jornal do Senado” (diário, em duas edições) e os boletins do

¹¹⁸ Manual e Normas da “TV Senado”: <http://www.senado.gov.br/tv/>.

¹¹⁹ As comissões permanentes são as seguintes: Assuntos Econômicos, Sociais, Constituição e Justiça, Educação, Fiscalização e Controle, Serviços de Infra-estrutura e Relações Exteriores e Defesa Nacional.

“Senado Informa” explicam as atividades dos senadores durante o expediente, informam sobre a tramitação de propostas legislativas e as repercussões que as mesmas poderão ter na vida cotidiana dos cidadãos.

Ao longo de todo o dia, vídeos institucionais explicam a estrutura interna e o funcionamento do Senado. Através deles é possível conhecer, por exemplo, o trabalho da Secretaria Geral da Mesa, da Biblioteca ou da Secretaria de Comunicação Social. Dois importantes programas fixos são “Idéias” e “Fala Cidadão”. O primeiro é dedicado a enfatizar as opiniões e posições que os senadores apresentam nos discursos em Plenário, e o que estão propondo com os novos projetos de lei; o segundo é um quadro de curta duração onde os próprios parlamentares respondem às perguntas feitas pelos cidadãos que ligaram ou enviaram e-mails para o Senado, através do serviço “A Voz do Cidadão”.

Outros espaços na programação da *TV Senado* são destinados a discutir o andamento de projetos, o trabalho do Senado e dos senadores sobre questões que são de interesse da sociedade. São programas temáticos como “Debate”, “Cidadania”, “Entrevista” e “Agenda Econômica”. O programa “Momento Legislativo” apresenta aspectos do Regimento Interno do Senado e da Constituição Brasileira. O “Senado na História” destaca episódios importantes da trajetória política brasileira. O “Senado em Pauta” divulga a agenda dos trabalhos legislativos. Eventualmente, é possível assistir a alguns programas especiais e documentários onde se procura aprofundar o debate em torno a assuntos discutidos no Senado e que tiveram ampla repercussão no país.

Nos horários vagos dos finais de semana, a *TV Senado* tem reservado espaços fixos na programação para programas culturais. No “Espaço Cultural” veicula apresentações de música popular e erudita gravados pela equipe da emissora em Brasília ou obtidas de terceiros. No programa “Teatro Arthur Azevedo” exhibe espetáculos gravados no centenário teatro de São Luís do Maranhão. Em agosto de 2000, iniciou o programa “Quem tem medo da música clássica”, concebido e apresentado por um senador.

Audiência

Desde a fundação da *TV Senado*, nunca foi realizada nenhuma tipo de pesquisa para medir o nível de sua audiência. As pesquisas do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) não medem ainda a audiência dos canais legislativos. O fato é compreensível se levarmos em conta que são canais de caráter público sem fins lucrativos. Ou seja, como não possuem publicidade para

manter a sua programação não há interesse por parte dos institutos de pesquisa em medir as suas audiências para o mercado. Além disso, no caso da tevê dos senadores, alega-se que não há recursos disponíveis para contratar uma agência especializada no levantamento desse tipo de dados e que o canal não está preocupado com a audiência, mas sim em tornar pública de forma imparcial as atividades legislativas.¹²⁰ Sendo assim, quanto muito, pode-se apenas fazer conjecturas ou ter uma estimativa sobre a sua audiência e o perfil da mesma consultando os dados hoje disponíveis sobre as tevês por assinaturas no país. Mesmo assim, é preciso tomar esses números com certa reserva já que agora o canal também passou a ser transmitido em UHF. Embora isso torne presumível que a sua audiência deve aumentar, pois as suas imagens podem ser captadas em qualquer município do Brasil que possua uma retransmissora local, não existe nenhuma estudo que indique em qual proporção isso poderá ocorrer.

Segundo os mais recentes dados divulgados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), existem hoje 164 distribuidoras de TVs por assinatura em operação no país atendendo 506 municípios (9,2% do total), através das tecnologias do MMDS (“Multipoint Multichannel Distribution System” / Sistema de Distribuição Multiponto Multicanal, usa canais de microondas para transmitir seus programas), a Cabo (sistema de telecomunicações que transmite unidirecionalmente sinais de tevê para assinantes) e DTH (“Direct to Home”, sinais enviados diretamente para a residência do assinante que são captados através de antenas microparabólicas individuais) (Tabela 1).

Tabela 1 – Operadoras de TVs por Assinatura

Tecnologia	Operadoras
MMDS	36
TV a Cabo	118
DTH	10
Total	164

Fonte: ANATEL - Agosto 2001

O desenvolvimento das tevês por assinatura no Brasil têm sofrido avanços e recuos. De acordo com a Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA), no segundo trimestre de 2001 houve uma queda de 1,7% no número de assinantes. O número total de assinantes voltou a crescer no final do ano e hoje gira em torno de 3,5 milhões, sendo que aproximadamente

¹²⁰ Informações do Manual e Normas da *TV Senado*.

58% desse total corresponde às transmissões via cabo, conforme dados divulgados pela ABTA e também pela revista Pay-Tv Survey (Tabela 2):

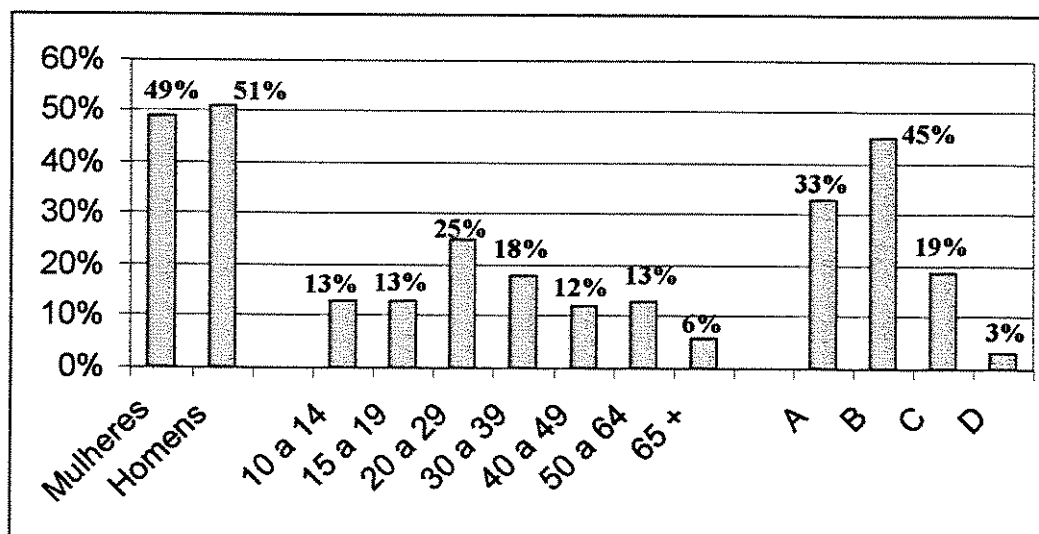
Tabela 2 – Número de Assinantes por Tecnologia

Fonte	Tv a Cabo	MMDS	DTH	Total
ABTA	2.064.418	355.934	1.138.989	3.559.341
Pay- TV Survey	2.068.567	306.327	1.146.000	3.520.894

Fonte: ABTA e Pay-Tv Survey/ Set. 2001

O preço médio do serviço de TV por assinatura é de R\$ 54,00. Embora a distribuição por sexo seja bastante equilibrada, segundo dados do “Grupo de Media - São Paulo”, o mesmo não ocorre com relação à distribuição dos assinantes por faixa etária e por classe social (Gráfico 1). 43% dos assinantes estão na faixa que vai dos 20 aos 40 anos e quase 80% concentram-se nas classes A e B. Ou seja, os assinantes das tevês por assinatura constitui-se, na sua maioria, de um público jovem e de alto poder aquisitivo.

**Gráfico 1 – Perfil dos assinantes das TVs pagas
por sexo/faixa etária/classe social**

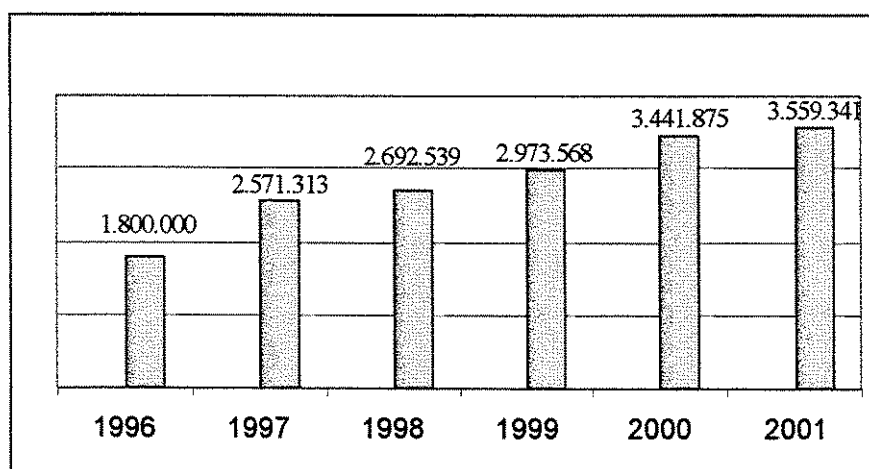


Fonte: Grupo de Media-São Paulo/ Media Dados (Agosto/2001)

Um dado positivo é que, embora a expansão das tevês por assinaturas no Brasil não tenha crescido como se esperava e a sua implantação tenha sido marcada por oscilações, a longo prazo o crescimento do setor tem sido constante como o demonstra a evolução do número de assinantes

(Gráfico 2). A ABTA estima que, em 2006, o número de assinantes chegue a aproximadamente 8 milhões.

Gráfico 2 – Evolução do número de assinantes das TVs pagas



Fonte: ABTA – Set.2001

Com base nesses dados, a agência de comunicações “Grupo de Media - São Paulo” registra para a *TV Senado*, na sua grade geral de canais por assinatura, um número de assinantes que variaria de 1,5 a 3,5 milhões. Não é necessário reproduzir a grade inteira dos canais por assinatura para ver que outros canais conseguem índices de audiência mais significativos, mesmo quando distribuídos por menos operadoras:

Tabela 3 – Número de assinantes de canais pagos

Gênero	Canal	Distribuidora	Comerc.	Programadora	Idioma	No. de Assin.
Política	<i>TV Senado</i>	Directv/Net/TVA/Independentes	X	Senado Federal	Português	de 1,5 até 3,3 milhões
Medicina	Canal Médico	Directv	X	X	Português	de 500 até 1,5 milhão
Jornalístico	GloboNews	Net/Sky	Globosat	Globosat	Português	2.104.587
Musical	MTV Latino	Directv	X	X	Inglês/Portug.	de 250 até 500 mil

Fonte: Grupo de Media São Paulo/Media Dados – agosto 2001

É claro que se trata de uma estimativa que poderia representar uma idéia aproximada do público potencial da emissora. E deve ser vista com muita cautela, pois há uma série de condições que colocam os canais legislativos em circunstâncias de audiência muito diferentes dos outros canais. Entre essas condições, é preciso destacar que os canais públicos, a exemplo da *TV Senado*,

fazem parte do pacote de canais que as operadoras de tevês são obrigadas a oferecer gratuitamente a quem se torna assinante. Isto é, as tevês legislativas são canais pelos quais o cliente não assina, mas recebe as imagens deles em casa quando se torna cliente. Além disso, embora o objetivo da *TV Senado* não seja “concorrer” com as outras emissoras pela atenção dos telespectadores, o seu formato de natureza político-institucional emparelhado com a programação dos outros canais temáticos (esportes, culinária, filmes, turismo, documentários etc.), destoa dentro de uma grade que pode chegar a ter 80 canais voltados exclusivamente para o entretenimento. E se somarmos ainda o fato de que a tevê dos senadores não faz nenhum tipo de campanha publicitária para ampliar o seu público, podemos deduzir que a sua audiência tende a ser ínfima.

Entretanto, mesmo sem ter a sua audiência aferida, estima-se que a emissora já alcançou alguns picos de audiência em relação a suas congêneres quando transmite ao vivo a inquirição de alguma autoridade pública ou quando vai ser votado algum projeto de lei que afeta imediatamente a vida da população. Tem sido assim com a transmissão dos polêmicos depoimentos de autoridades públicas nas CPIs (Comissões Parlamentares de Inquéritos) acusadas de envolvimento em ilícitos administrativos. Um exemplo disso foi quando a emissora transmitiu, em novembro de 1998, quase cinco horas de depoimento do então ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, suspeito de favorecer uma grupo privado no leilão de privatização de uma empresa de telefonia. O mesmo ocorreu com outros episódios, como a transmissão dos debates relativos às privatizações das empresas públicas, à reforma da Previdência, ao aumento do salário mínimo e às CPI dos Precatórios, do Judiciário e do Sistema Financeiro. A emissora exibiu na íntegra depoimentos como o do ministro, cujas imagens serviram para as versões editadas que foram mostradas mais tarde, pelos jornais da tevês abertas. Muitas cenas que são transmitidas pela emissora também são utilizadas por vários telejornais de abrangência nacional, como a do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, recebendo ordem de prisão da senadora Heloísa Helena (PT-AL) ao se recusar a depor na CPI do Sistema Financeiro ou as do juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, envolvido em corrupção, quando foi desmascarado por um senador na frente das câmeras.

No ano passado, a cobertura que a emissora realizou dos trabalhos da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar que investigava o envolvimento do presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), e do senador José Roberto Arruda (PSDB/DF) na violação do painel do Senado durante a votação da cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB/DF) em junho de 2000, rendeu-lhe uma projeção nos canais comerciais e na imprensa como nunca antes havia tido. As

imagens transmitidas pela *TV Senado* de todos os depoimentos prestados pelos envolvidos à Comissão, das declarações feitas por funcionários internos do Senado responsabilizando os senadores pela violação do painel, dos discursos de cada senador para desmentir o seu envolvimento no episódio, das mais de sete horas de acareação entre os envolvidos, bem como os discursos de despedida dos senadores quando foram obrigados a renunciar a seus cargos, foram amplamente retransmitidas pelas emissoras de abrangência nacional. O diretor da emissora disse à revista “Pay-Tv” que “durante este período, tivemos um grande retorno dos telespectadores. A nossa página na Internet, que foi lançada em fevereiro deste ano, tinha uma média de cem acessos diários. Durante as investigações da Comissão de Ética, este número chegou a picos de seis mil acessos/dia”.¹²¹

O repentino aumento de audiência da emissora pode ser medido por vários artigos e reportagens que foram escritos durante o episódio. Para alguns, o aumento do número de telespectadores deveu-se ao fato de que o desenrolar das investigações e depoimentos sobre a violação do painel do Senado, transmitidas ao vivo pelo canal, tinha componentes semelhantes à trama de uma novela. Foi o que Eugênio Bucci, crítico de televisão e colunista, publicou em um artigo no “Jornal do Brasil”:

“O espetáculo é tão eficiente que parece mesmo um entretenimento de primeira. Desde sempre, os dramalhões de TV lançam mão de personagens chantagistas para capturar o público. Vilões de todo o tipo acuam os bonzinhos ameaçando revelar segredos terríveis. Toda novela tem uma carta secreta. Agora, a TV Senado oferece ao público uma narrativa recheada do mesmo suspense. Há uma lista misteriosa, na qual apareceriam os votos nominais dos senadores a favor ou contra a cassação de Luiz Estevão. A votação deveria ter sido secreta, mas não foi. E a tal lista está sumida. A senadora Heloísa Helena, sobre quem pesa a suspeita de ter votado contra a cassação, pede para fazer uma declaração preliminar: ‘Não aceito ser refém da sua memória, senador. Onde está a lista?’. Aumenta a carga dramática”.¹²²

Para outro jornalista, os elevados índices de audiência conquistados pela *TV Senado* conspiravam contra os próprios senadores ao ponto de obrigá-los a decidir por um desfecho que agradasse o público, caso contrário as suas perspectivas para as próximas eleições seriam sombrias: “(...) os senadores que aparecem nas sessões do Conselho de Ética do Senado brilham hoje no céu do cenário político, mas podem estar muito mais perto do inferno do que imaginam. Por enquanto,

¹²¹ “TV Senado deu show”, op.cit.

¹²² “Depoimento no Senado é novela ética”, Eugênio Bucci, *Jornal do Brasil*, 27/04/01.

depois de mais de 30 horas de exposição na TV Senado, nas emissoras a cabo e nos grandes telejornais, eles acumulam um saldo positivo na opinião pública e largam na frente para a disputa eleitoral de 2002. Todo esse capital político, porém, irá para o ralo se os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) não forem cassados. Essa é a avaliação de alguns especialistas em marketing político e opinião pública. Segundo eles, se tudo terminar em um grande acordo, todos os que participaram do processo correm o risco de não sobreviver na próxima eleição”.¹²³

O jornalista Gilberto Dimenstein, articulista da “Folha de S. Paulo”, disse na época que a possibilidade de levar até o cidadão imagens ao vivo do que acontece dentro do Parlamento é um componente novo na política:

“Nem o mais experiente dos analistas políticos ousou prever que o senador Antônio Carlos Magalhães fosse obrigado a anunciar tão rapidamente a renúncia a seu mandato. Por quê? (...) Apenas as evidências do seu envolvimento na invasão do painel eletrônico do Senado, por mais escandalosas que sejam, não explicam plenamente a rapidez da trajetória da notoriedade à marginalidade política. (...) Há alguma coisa nova. E essa coisa se chama política em tempo real. Assim como tudo na cultura do tempo real, marcada pelo instantâneo e pelo interativo, experimenta-se outro patamar de velocidade no fluxo de informações e na interferência do cidadão diante do poder. Além dos vários fatores políticos e das evidências de mazela, a *TV Senado*, transmitindo ao vivo as sessões e colocando na tela o e-mail de cada senador, compõe o cenário para entender a degringolada meteórica de José Roberto Arruda e de ACM. (...) O ápice da audiência aconteceu durante a acareação entre Arruda, ACM e a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges. ‘Foram quatorze emissoras de TV e outros tantos sites transmitindo nossas imagens’, orgulha-se Oliveira (diretor da *TV Senado*). É só o começo (...)”.¹²⁴

É claro que no passado já houve sessões no Senado que conquistaram uma ampla atenção do público e também vieram acompanhadas de imagens tão reveladoras quanto às desse episódio. A diferença é que iam a público por meio de entrevistas com os políticos, do relato da imprensa escrita e eletrônica, ou seja, passavam pelo crivo de alguém. De acordo com os senadores, com a TV legislativa, independentemente do nível da audiência que ela possa alcançar, o intermediário

¹²³ “TV põe senadores entre o sucesso e o desastre”. Silvio Bressan:
http://www.terra.com.br/istoe/1650/artes/1650_show_politica.htm.

¹²⁴ Gilberto Dimenstein. 28.05.2001. <http://www.aescola.com.br/aescola/colunas/10gilbertod/2001/05/0002>”.

enfrenta um concorrente, dando chance ao cidadão de tirar as suas próprias conclusões. É o que disse, por exemplo, em discurso no plenário o senador Pedro Simon (PMDB/RS):

“(…) Não há dúvida alguma de que estamos vivendo um momento diferente, inédito na história do Senado brasileiro: o fato de termos um canal de televisão que o cidadão pode sintonizar e assistir; o cidadão pode fiscalizar, cobrar, conhecer por dentro o que de certa forma, a rigor, ninguém conhecia. O Senado brasileiro era conhecido por intermédio da imprensa. A imprensa, a emissora de rádio, de televisão veiculavam momentos especiais, geralmente de importância, uma rixa, um projeto na hora da votação. Mas as emissoras de televisão normais não tinham, não têm tempo, nem poderiam, em seu dia-a-dia, preocupar-se com a vida interna do Congresso brasileiro. A *TV Senado* debate tudo; não esconde nada, porque a sessão é televisionada desde o primeiro minuto até o encerramento. (...) A imprensa, em seu grau de interesse, nem sempre tem tempo, nem muita preocupação pelo que se pensa. Tenho dito que, de certa forma, quando queríamos fugir do noticiário, víamos para cá. Vir para o plenário, como estamos aqui, nos dava mais ou menos a certeza de que não apareceria nenhuma notícia no dia seguinte. Agora não, porque a sociedade está conhecendo, está participando. Isso, realmente, é muito importante. (...) Sabemos que é uma elite quem tem TV a cabo; é um grupo pequeno, reduzido, está muito longe da maioria, da totalidade. Mas sabemos também que os modernos meios de comunicação estão crescendo de tal maneira que, logo ali adiante, televisões como a nossa estarão chegando praticamente à quase totalidade dos lares brasileiros”.¹²⁵

Opinião semelhante tem o senador Roberto Freire (PPS-PE), quando afirma que “(…) a *TV Senado* valorizou, e muito, o plenário da Casa. Os senadores, hoje, têm garantias de serem assistidos em suas intervenções em todo o território nacional. Antes, como o critério de divulgação ficava por conta das emissoras privadas basicamente, apenas alguns parlamentares conseguiam se fazer presente no noticiário nacional”.¹²⁶

Na visão do presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB/MS), na época conduzindo a Comissão que investigava a violação do painel, a emissora cria a possibilidade do cidadão avaliar as ações dos seus representantes no Congresso:

“Considero a instalação da *TV Senado* (...) uma das mais importantes iniciativas para o aprimoramento da vida democrática em nosso país, por possibilitar que a população possa

¹²⁵ Trecho de discurso pronunciado pelo senador no plenário do Senado, no dia 07 de abril de 1997.

¹²⁶ “Democracia, Parlamento e Tecnologia”. Discurso realizado pelo senador Roberto Freire no Senado Espanhol em agosto de 2001.

acompanhar, em tempo real, os trabalhos realizados por seus representantes eleitos. Por meio de uma cobertura abrangente e imparcial, a *TV Senado* oferece a todo o povo brasileiro a oportunidade de ouvir a voz de todas as correntes políticas representadas nesta Casa, sem qualquer censura ou desvirtuamentos 'editoriais'. Isso propicia a todos nós, parlamentares, o acesso a um meio inigualável para a disseminação das idéias e projetos que defendemos, mas torna nosso trabalho ainda mais difícil, tendo em vista que nossos juízes, agora, em cada uma de nossas ações, são todos os cidadãos brasileiros. Alguns podem se sentir desconfortáveis diante de tanta exposição, mas de minha parte considero este um grande avanço em nossa vida parlamentar e no desenvolvimento de uma cidadania cada vez mais consciente e atuante".¹²⁷

Pelo que pode ser visto, apesar das imagens da emissora em princípio alcançar apenas o público assinante das tevês pagas, muitas vezes elas são aproveitadas pelas tevês comerciais quando encontra-se em pauta algum tema de ampla repercussão nacional. A retransmissão pelas outras emissoras das imagens que ela produz torna-se, assim, uma importante estratégia de projeção do Senado no espaço de visibilidade constituído pela mídia de massa e comercial. É claro que, mesmo se as imagens da emissora atingissem um público mais amplo, nada garante que a audiência seria maior. Porém, o que parece importar mais para os senadores é a possibilidade de dispor de um espaço próprio de divulgação instantânea e direta do que ocorre no interior do Senado. Como, em geral, a imprensa não tem como manter uma cobertura passo a passo do que ocorre no Parlamento e acaba por elaborar uma versão apenas parcial das atividades dos senadores, a *TV Senado* cumpre essa função de configurar-se como um espaço em que é possível o cidadão assistir, sem intermediários, ao desempenho dos senadores e elaborar as suas próprias avaliações. Em muitos casos, as transmissões televisivas têm vindo acompanhadas da possibilidade dos cidadãos enviarem críticas, sugestões e opiniões, através das páginas *webs* que os Parlamentos mantêm na Internet.

3.2 – O Parlamento on line

A exemplo do uso dos novos meios eletrônicos de transmissão televisiva, os recursos da Internet também vêm sendo utilizados por vários parlamentos em todo o mundo com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação direta com os cidadãos e aumentar as possibilidades de

¹²⁷ Trecho de mensagem enviada por e-mail pelo presidente do Congresso ao autor, no dia 16 de dezembro de 2001.

interação. Apesar do seu caráter institucional, em muitos casos, é possível obter nesses *sites* uma quantidade de informação importante sobre a vida parlamentar e o processo legislativo. Isso não quer dizer, como já vimos no estudo de Zittel no capítulo anterior, que o conjunto de informação disponibilizada nesses sites significa que o Parlamento tenha se tornado totalmente transparente. Apesar do pesquisador ter realizado um estudo comparativo do conteúdo sobre as *webs* pessoais dos parlamentares norte-americanos, suecos e alemães, e não um estudo do conteúdo dos *sites* das instituições parlamentares, o resultado de sua pesquisa (Tabela 4) tornam-se interessantes na medida em que as páginas dos parlamentos parecem oferecer hoje muito mais informação legislativas da que o pesquisador encontrou na sua pesquisa:

**Tabela 4 – Porcentagem do conteúdo dos sites dos parlamentares
norte-americanos, alemães e suecos**

Temas	US House	Bundestag	Riksdagen
Discursos em plenário	42%	25%	24%
Material Imprensa	86%	45%	20%
Opinião questões públicas	30%	28%	7%
Assuntos em debate	17%	5%	4%
Iniciativas do parlamentar	18%	5%	0%
Votação	5%	0%	0%

Fonte: Zittel/2001

Zittel afirma ainda que as páginas virtuais dos parlamentares são mais voltadas à divulgação promocional do parlamentar. A maioria traz uma foto com a biografia do representante e algumas informações básicas sobre a sua atuação política e sua equipe, além do endereço e telefone do seu gabinete. E, como pode ser visto acima, além da reprodução dos discursos, o tipo de informação mais comum refere-se a material originário da imprensa. Ou seja, essas páginas pouco oferecem em termos de informação relevante que permita afirmar que o Parlamento tornou-se mais transparente para o cidadão.¹²⁸

No caso do conteúdo das páginas *webs* dos parlamentos percebe-se uma oferta de dados e informação mais variada e significativa. Sem ter o objetivo aqui de fazer um estudo minucioso delas, foi realizada, a seguir, uma lista relacionando o conteúdo geral que pode ser encontrado nelas.

¹²⁸ ZITTEL, Thomas. op. cit.

Exemplos de sites parlamentares podem ser encontrados nos seguintes endereços (veja reprodução de algumas delas nos Anexos, págs. 125 a 136):

Instituição	Endereço Eletrônico
Parlamento Britânico	http://www.parliament.uk/
Senado da Austrália	http://www.aph.gov.au/senate/
Parlamento Alemão	http://www.bundestag.de/
Senado Francês	http://www.senat.fr/
Senado Argentino	http://www.senado.gov.ar/
Assembleia da República de Portugal	http://www.parlamento.pt
Senado de Chile	http://www.senado.cl/
Senado dos E.U.A	http://www.senate.gov/
Senado Italiano	http://www.senato.it/senato.htm
Senado de Espanha	http://www.senado.es/
Parlamento Sueco	http://www.riksdagen.se/

Muitas dessa páginas parlamentares podem também ser encontrados em um único portal, o *Parliaments and International Parliamentary Organisations on the Internet*¹²⁹ (Anexos, pág.137 e 138). Comparando as *webs* parlamentares percebe-se que, embora elas tenham propostas e níveis de sofisticação diferentes, com raras exceções, em todas elas podem ser achados as seguintes informações de interesse público:

- dados com o organograma e sistema de funcionamento do Parlamento;
- visitas virtuais ao Parlamento, contendo dados históricos, fotografias e/ou uma projeção em vídeo;
- biblioteca do Parlamento para consulta pública *on line*;
- anúncios sobre concursos públicos;
- composição partidária dos membros da instituição (por partido, comissão etc.);
- Constituição e o regulamento interno da Casa;
- agenda diária com as atividades do Parlamento;
- links para veículos de informação do Parlamento e externos;
- publicações oficiais, como o Diário Oficial, relatórios etc.;
- links para sites relacionados ao Congresso;
- informações sobre serviços públicos.

¹²⁹ A mesma por ser encontrada no site <http://www.psp.cz/cgi-bin/fre/info/parliaments.html>.

A lista acima é o conteúdo padrão encontrado em qualquer uma das *websites* parlamentares, mas podemos encontrar também disponíveis em alguma delas outros tipos de informações mais específicas do processo legislativo, tais como:

- acesso a informação referente às leis em tramitação e em fase de aprovação;
- publicações de assuntos legislativos dos membros da instituição;
- possibilidade de comunicação direta com os parlamentares através de correio eletrônico ou pelo preenchimento de formulário já pronto para encaminhar sugestões, reclamações ou opiniões;
- resultados de votações;
- notas com o que será destaque nos debates do dia;
- documentos legislativos e apresentações de dados em formato multimídia;
- transmissões ao vivo das sessões no plenário;
- arquivo com as atividades realizadas pelo Parlamento (alguns incluem discursos na íntegra);
- fóruns para debates, com espaço para registro de opiniões e aberto a consulta pública;
- links para a página virtual de cada um dos parlamentares.

Embora não possamos afirmar que os *sites* dos parlamentos proporcionam uma maior transparência do Parlamento pelo simples motivo de trazer mais conteúdo informativo sobre as atividades dos parlamentares e o processo legislativo, o que sim pode ser destacado é que têm um caráter mais instrutivo e menos promocional. As *webs* parlamentares reúnem, num mesmo lugar, uma variedade mais extensa de dados selecionados referentes ao processo legislativo, o que proporciona uma compreensão mais completa de todo o processo de tomada de decisões. Além disso, muitas informações específicas que não estão imediatamente disponíveis podem ser requisitadas via correio eletrônico. É claro que elas possuem limitações, pois não disponibilizam o que está sendo negociado e compromissado nos corredores da Casa, nos partidos e nas reuniões a portas fechadas nos gabinetes. Mas, por outro lado, permitem ao cidadão interpelar ou exercer algum tipo de pressão diretamente a seu representante sobre sua atuação em plenário, enviando-lhe mensagens através dessas páginas. Isso não deixa de ser uma novidade se pensarmos que toda a informação ofertada por esses *sites* torna-se mais significativa cada vez que cresce o número de internautas no mundo e são criadas novas formas de exploração do potencial das atuais tecnologias de comunicação.

Um exemplo disso foi dado recentemente pelo Parlamento da Escócia, ao inaugurar um formulário em seu portal que cria a possibilidade de encaminhar petições de iniciativa popular

através do seu *site*. Trata-se de uma experiência inovadora que permite que indivíduos ou associações sociais façam chegar uma demanda específica até o Parlamento. Para tanto, pode ser acessado o ícone *Petition the Parliament* ou ir até o *E-petitioner*¹³⁰ que se encontra na página do *International Democracy Centre*. Nesse endereço, podem ser encontradas as petições enviadas até o momento e as que estão sendo analisadas pelos parlamentares. Qualquer visitante tem a possibilidade de votar (assinar) as petições que julgar justas.

Outra inovação é a do Senado Espanhol que criou um fórum público virtual da “Comissão Especial da Sociedade da Informação e Conhecimento”, conhecida como “Comissão Internet”, formada por 25 parlamentares que discutem com os próprios cidadãos como as novas tecnologias da comunicação podem ser melhor empregadas pelo Parlamento. Em março de 2001, o Senado Espanhol foi sede do “Tº. Congresso de Parlamentários Ibero-americanos na Rede”. O Congresso teve como finalidade reunir os legisladores dos parlamentos de língua espanhola para trocar experiências e opiniões sobre o uso das novos meios tecnológicos de comunicação nas atividades parlamentárias. O mesmo também serviu para o lançamento de um fórum virtual para dar continuidade ao intercâmbio de conhecimento sobre o assunto entre os legisladores.¹³¹

No conjunto, o que pode ser dito é que o implemento dos novos meios eletrônicos de comunicação pelos parlamentos está disponibilizando uma massa suplementar de informação legislativa e uma nova perspectiva de participação do cidadão no processo político, o que cria a possibilidade de uma maior fiscalização das atividades de cada representante e das decisões que são tomadas em plenário. Somente no futuro, com a popularização das comunicações via Internet, poderemos saber o tipo de impacto que isso terá na democracia representativa.

3.2.1 – O website do Senado Federal

A página *web* do Senado brasileiro na Internet pode ser encontrada no endereço eletrônico www.senado.gov.br. Em geral, a sua organização não é muito diferente daquela que foi vista nos *sites* de outros Parlamentos no mundo. Entretanto, apesar de também oferecer um perfil institucional do Senado, ela se diferencia por disponibilizar ampla informação legislativa, meios de fiscalização dos gastos públicos e de interação do eleitor com seus representantes. No “Tº. Congresso de

¹³⁰ O mesmo pode ser encontrado em: <http://www.e-petitioner.org.uk/>

¹³¹ O mesmo pode ser encontrado no endereço <http://www.parlamentariosiberoamericanos.org/>.

Parlamentários Ibero-americanos na Rede”, realizado em Madri, em 2001, o senador Roberto Freire (PPS/PE) destacou essas características: “(...) por sua amplitude de informações, sua interatividade e principalmente por possibilitar uma maior eficácia no controle e fiscalização do Executivo, essa nossa página, além de pioneira nas Américas, tem servido de modelo para a implementação de sistemas de informática legislativa em outros parlamentos do mundo. No primeiro semestre de 2001 o site do Senado foi visitado por cerca de 107 mil pessoas. Hoje, o número ultrapassa diariamente a média de 12 mil visitas. Por ocasião de votação de projetos polêmicos, este número chega a aumentar em várias vezes”.¹³²

Para ter uma idéia do que é oferecido pela página do Senado (Anexos, págs. 139 e 140), segue um roteiro explicativo do seu conteúdo:

Senadores – lista com os membros do Senado das últimas três legislaturas separados por nome, partido, estado de origem e lideranças. Através do nome é possível acessar a página virtual de cada um deles, onde pode ser encontrada a biografia, discursos e idéias que defende. Também consta o endereço do gabinete, telefone e endereço eletrônico do representante, o que possibilita o envio de mensagens diretas.

Conheça o Senado – o espaço possui informações sobre o funcionamento político-institucional da Casa e *links* para “História do Senado”, “Museu Eletrônico”, “Tour Virtual” e o “Coral do Senado”.

Processo Legislativo – explica como é feita, de acordo com o regulamento da Casa, os procedimentos para apresentação e aprovação de Projetos de Lei e Emendas Constitucionais. Além disso, oferece um importante quadro onde se encontram os seguintes *Destaques*: “Plenário”, “Comissões”, “Composição do Senado”, “Tramitação de Matérias”, “Pronunciamentos”, “Regimento Interno”, “Constituição de 1998”, “Legislação Federal”, “Medidas Provisórias” e “Relatório da Presidência do Senado”.

Legislação – esta página também fornece informações sobre a Constituição Federal de 1988 e Emendas Constitucionais realizadas até o momento; uma base de dados da Legislação Federal Brasileira organizada por referências (tipo, número, data de publicação e outros dados relacionados à norma jurídica) e Resumos Padronizados; Coletânea dos atos normativos que compõem os quinhentos anos de ordenamento jurídico brasileiro; acompanhamento das Medidas Provisórias nas Comissões Mistas e as efetuadas pelo Executivo.

¹³² “Democracia, Parlamento e Tecnologia”. op. cit.

Livros e Documentos – dá acesso à Biblioteca Acadêmico Luís Viana Filho que possui 150.000 volumes, com 3.600 títulos de periódicos (revistas e jornais), voltada principalmente para a Ciência Política e o Direito. Além disso, permite consultar a Bibliografia Brasileira de Direito, Bibliografia de Eleições e Partidos Políticos, o Catálogo de Publicações jurídicas, políticas e literárias. Ainda possibilita a leitura da versão virtual da “Revista de Informação Legislativa” e dos livros “Textos Políticos da História do Brasil”, coleção de autoria do Paulo Benavides e Roberto Amaral.

Contratos e Compras – permite consultar os Avisos de Licitação e pesquisar os detalhes dos contratos de compra fechados com empresas contratadas pelo Senado e outros setores do governo.

É possível obter informação atualizada sobre todo o andamento do processo legislativo no Senado, através dos vários canais de noticiário *on line* que a página oferece, tais como o *Jornal do Senado* (versão virtual do jornal impresso), a *TV Senado* (com imagens ao vivo em “Real Player”), a *Rádio Senado* (com boletins informativos, entrevistas e gravações de discursos), *Destaques* (com os temas mais relevantes em pauta no Senado), *Agência Senado* (com notícias do “Plenário” em tempo real e da “Ordem do Dia”) e *Senadores na Mídia* (reportagens selecionadas da cobertura realizada pelos jornais de circulação nacional sobre as atividades dos senadores). Caso se queira confrontar as versões oficiais que esses veículos de informação produzem sobre o Senado com a versão produzida pela imprensa analítica e opinativa, há ainda um link chamado de *Informações Externas* com as edições de jornais e revistas de âmbito nacional.

A página do Senado brasileiro é ainda complementada por outras informações e mecanismos de pesquisa identificados com os seguintes nomes:

PORTAL DE PESQUISAS LEGISLATIVAS – permite a pesquisa de matérias que se encontram em tramitação no Congresso, da Legislação Federal por normas e termos, pesquisa das matérias levadas a Plenário, pesquisa do Orçamento da União por assunto e município, pesquisa do trabalho das Comissões por pauta, composição, matéria, atas e relatórios.

ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2002 – contendo relatórios por áreas temáticas, relatórios de emendas separadas por autor, relatório com todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei, parecer preliminar aprovado pela Comissão de Orçamento, a Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2002 e a Lei de Diretrizes Orçamentária.

OBRAS DE VALOR HISTÓRICO E CULTURAL – relação de várias obras políticas brasileiras, clássicos da política e bibliografia de análises sociais, políticas e econômicas do Brasil de pesquisadores estrangeiros.

O MUSEU ELETRÔNICO DO SENADO – *tour* eletrônico pelo museu através do acervo multimídia do

Senado Federal, contendo gravações em áudio de décadas de discursos, imagens de TV, fotografias e imagens de documentos histórico, anais do Senado e grandes momentos.

INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO (ILB) – acessa ao instituto que busca democratizar, através do Programa Permanente de Qualificação Técnica (PPQT), o estudo básico das funções relativas ao Legislativo e dos cargos públicos em geral, assim como reciclagem e atualização de conhecimentos, especialização e aprofundamento em assuntos peculiares ao Parlamento. Oferece treinamento *on line* nas áreas de Estudos Sociopolíticos, Legislativos, Econômicos, Financeiros, Orçamentários, Contábeis, de Administração Pública, Jurídicos, Lingüísticos e de Comunicação, de Informática e Informação.

BIBLIOTECA DO SENADO – livros, artigos de revistas, acesso à Biblioteca Brasileira de Direito, Biblioteca Digital, Coleção de Periódicos, Coleção de Obras Raras e Coleções Especiais.

SICON (SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL) – fundamentado na alimentação de bases de dados destinados ao atendimento do Senado Federal e do Congresso Nacional, o sistema fornece o resumo de informações essenciais ao processo legislativo, acompanhado de referências para localização de documentos originais, por meio de terminais ligados ao computador central do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).

Se esse amplo leque de informações disponibilizado pelo Senado no seu site não nos autoriza a dizer que essa instituição tornou-se mais transparente, o que sim pode ser constatado é uma maior abertura de dados referentes ao processo legislativo que permite aos cidadãos ter uma visão mais contextualizada da atividade de nossos representantes e complementar às informações oferecidas pela imprensa. Caso se queira tomar conhecimento imediato sobre o andamento e o estágio em que se encontra uma determinada matéria no âmbito do Senado, sobre uma determinada votação ou a posição de cada senador sobre um assunto específico, os projetos que ainda não entraram na pauta de discussões etc., nessa perspectiva o portal é capaz de oferecer dados de relevância. Um outro destaque da página virtual dos senadores é um serviço de ouvidoria chamado “A Voz do Cidadão”, criado para ser um novo canal de comunicação da sociedade com os senadores. Trata-se de um espaço exclusivo de recepção, registro, organização e distribuição das mensagens que os cidadãos enviam ao Senado.

3.3 – Um novo espaço eletrônico de interação: “A Voz do Cidadão”

Caso um cidadão queira encaminhar uma demanda, opinião, crítica, sugestão ou idéia a um determinado parlamentar ou ao Parlamento, a maioria dos portais parlamentares oferece uma relação dos telefones e dos endereços reais e virtuais da instituição e dos gabinetes de cada um dos representantes. O *site* do Senado brasileiro, além de oferecer essas opções, também criou recentemente um novo espaço para estimular o envio de mensagens, conhecido como “A Voz do Cidadão”. Trata-se de um serviço de ouvidoria criado por iniciativa do próprio Senado que possibilita registrar as mensagens eletrônicas enviadas pelos cidadãos de todo o país. Ele foi criado para ampliar as possibilidades de interação entre os cidadãos e os senadores. Coordenado pela Subsecretaria de Relações Públicas, o serviço iniciou em 21 de janeiro de 1997 e funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. A Subsecretaria registra, organiza e repassa para os senadores, ou para a Mesa Diretora do Senado, todas as mensagens recebidas dos cidadãos, entidades e organizações sociais.

Nesse projeto, trabalha atualmente uma equipe de 19 estagiários da Universidade de Brasília (UnB), das áreas de Ciência Política, Relações Internacionais e Comunicação Social e 3 servidores do Senado que se dividem em três núcleos de trabalho: Atendimento, Pesquisa e Respostas ao Cidadão. O núcleo de Atendimento possui cinco postos que funcionam das 09h00 às 21h00, todos os dias da semana. No período das 21h00 às 09h00, todas as mensagens são recebidas por meio de atendimento eletrônico com capacidade de armazenar 100 mensagens. Do total de mensagens enviadas, a equipe registra entre 50% e 60% delas, pois o restante é respondido na hora ou não é registrada por limitações do próprio sistema. De acordo com o seu regulamento, os objetivos do serviço são:

- Receber mensagens, sugestões, opiniões, críticas e reclamações e encaminhá-las aos senadores e aos órgãos administrativos do Senado Federal;
- Fornecer informações básicas sobre o Senado Federal e os senadores;
- Fornecer informações sobre projetos de lei e demais textos legais pertinentes à esfera do Poder Legislativo;
- Enviar, gratuitamente, cópia de discursos parlamentares, leis, projetos de lei e demais normas jurídicas;
- Receber pedidos de assinatura e de cancelamento de assinatura do *Jornal do Senado*;
- Receber perguntas encaminhadas ao programa “Fala Cidadão” da *TV Senado*.

Para encaminhar uma mensagem aos senadores através desse sistema, basta clicar no ícone “A Voz do Cidadão”¹³³, no *site* do Senado. A página que se abre (Anexos, pág. 141) possui um quadro para registro das mensagens, com um selecionador de “Assunto” e do “Tipo de Sugestão”. No primeiro, encontram-se as seguintes opções: Comissões Parlamentares, Decoro Parlamentar, Leis e Matérias Legislativas, Senadores-atuação, Senadores-discursos e Senadores-projetos etc. Quanto às sugestões, pode-se escolher entre: Denúncia, Opinião Desfavorável, Opinião Favorável, Sugestões etc. A seguir, é preciso preencher os dados pessoais como nome, sexo, idade, escolaridade, e-mail, endereço e telefone. Uma outra opção é enviar a mensagem para o endereço cidadao@senado.gov.br, onde um estagiário separará a mensagem enviada conforme o tipo de assunto e sugestão. Embora esse serviço tenha sido criado para ser uma central de recebimento de mensagens encaminhadas via Internet, o mesmo também pode ser acionado utilizando-se uma linha telefônica de prefixo 0800 (– 612211), para ligações gratuitas de qualquer lugar do país. Nesse caso, o cidadão é atendido por um dos estagiários que registrará a mensagem de acordo com o assunto, sugestão e destinatário.

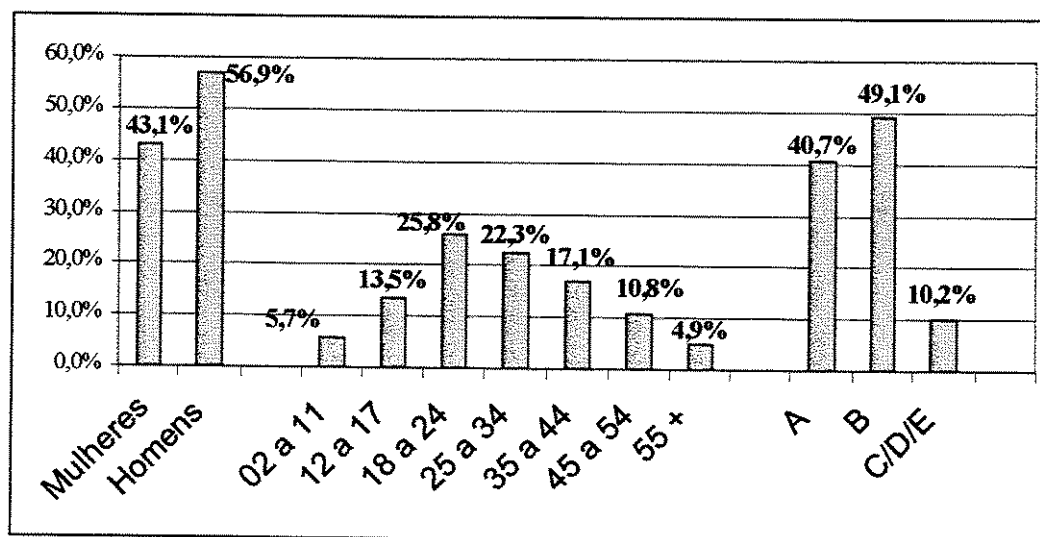
Periodicamente, a Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal elabora relatórios para os senadores com base nas mensagens registradas através desse serviço. Trata-se de dados que podem ser considerados como se fossem amostras da reação da opinião pública com relação ao que acontece e é tratado dentro do Senado. Como o sistema de recepção das mensagens tem sido diferente, desde que o serviço foi criado, os dados disponíveis a cada ano não são os mesmos. No primeiro ano, foi computado apenas o número geral de mensagens separadas apenas pela região de origem. Em 1998 e 1999, o sistema de recepção foi realizado separando as mensagens por sugestões e por senador. A partir de 2000 o sistema tornou-se mais completo, quando as mensagens começaram a ser separadas por assunto, sugestão, senador e região/estado de origem. Estima-se que as mensagens encaminhadas através da Internet representem entre 60% a 80% do total. A Subsecretaria não torna público os relatórios que elabora, nem o conteúdo das mensagens que são enviadas aos senadores. Mas autorizou que fossem publicados alguns dados neste trabalho referentes ao registro das mensagens enviadas para o Senado via Internet, a fim de que possa ser mostrado como funciona esse novo canal de comunicação eletrônica do Senado. Os dados foram organizados em tabelas e serão apresentados no item seguinte.

¹³³ A mesma encontra-se no endereço <http://www.senado.gov.br/web/spo/sugestao.cfm>

3.3.1 – As mensagens dos cidadãos

De acordo com um estudo realizado no primeiro trimestre de 2001 pelas agências Nielsen/NetRatings em 27 países, existem 429 milhões de internautas em todo o mundo, sendo que os Estados Unidos e o Canadá lideram com 41% de todos os usuários. Europa, Oriente Médio e África reúnem a segunda maior parcela *online*, com 27% do acesso mundial. Ásia-Pacífico vem em seguida, com 20%, e a América Latina fica em último lugar com apenas 4%. Em cifras do mesmo ano, na avaliação do International Data Group¹³⁴, uma corporação dedicada à investigação mundial sobre o uso e expansão da tecnologia da informática, o Brasil concentra um 41% do número de internautas na região, México esta em segundo lugar com 21%. Seguindo a lista estão Argentina com 10%, Chile e Colômbia com 6% e Venezuela com 5%. O resto dos países representam um 17% do restante. No Brasil, os institutos de pesquisas não coincidem com relação ao número de internautas existentes hoje. O número médio pode ser situado em 14 milhões, se tomarmos como base pesquisa realizada, em março de 2001, pelo Ibope Nielsen/NetRatings. O perfil dos internautas não é muito diferente do perfil dos assinantes das tevês pagas, com a diferença de que a porcentagem de mulheres na *web* é ligeiramente menor que a dos homens (Gráfico 3):

**Gráfico 3 – Perfil dos internautas brasileiros
por sexo, faixa etária e classe social**

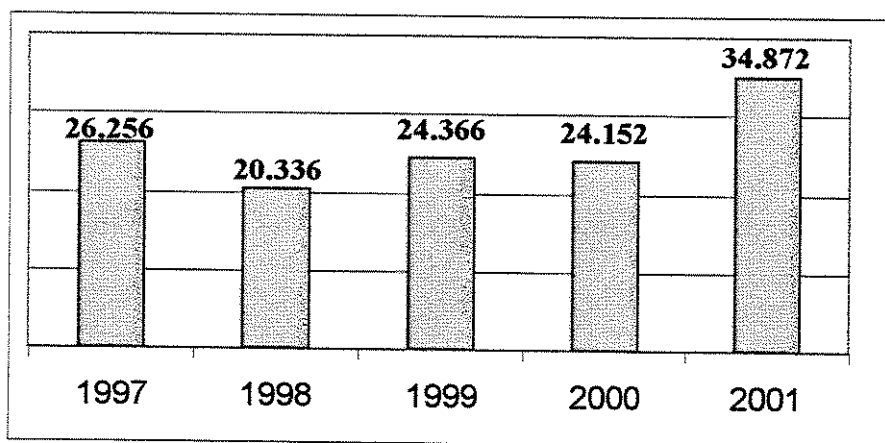


Fonte: Media Metrix – agosto de 2001

¹³⁴ IDG/www.idg.com

De acordo com os números fornecidos pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, o serviço “A Voz do Cidadão” registrou, de janeiro de 1997 a dezembro de 2001, cerca de 130 mil mensagens dos cidadãos enviadas via Internet. O número médio de mensagens/ano foi de 24 mil até 2000 (2 mil por mês e cerca de 65 por dia), quando no ano passado a procura pelo serviço disparou fazendo a média subir para 26 mil mensagens/ano (2.150/mês e 72/dia)(Gráfico 4).

**Gráfico 4 – Evolução das mensagens registradas
pelo serviço “A Voz do Cidadão”**

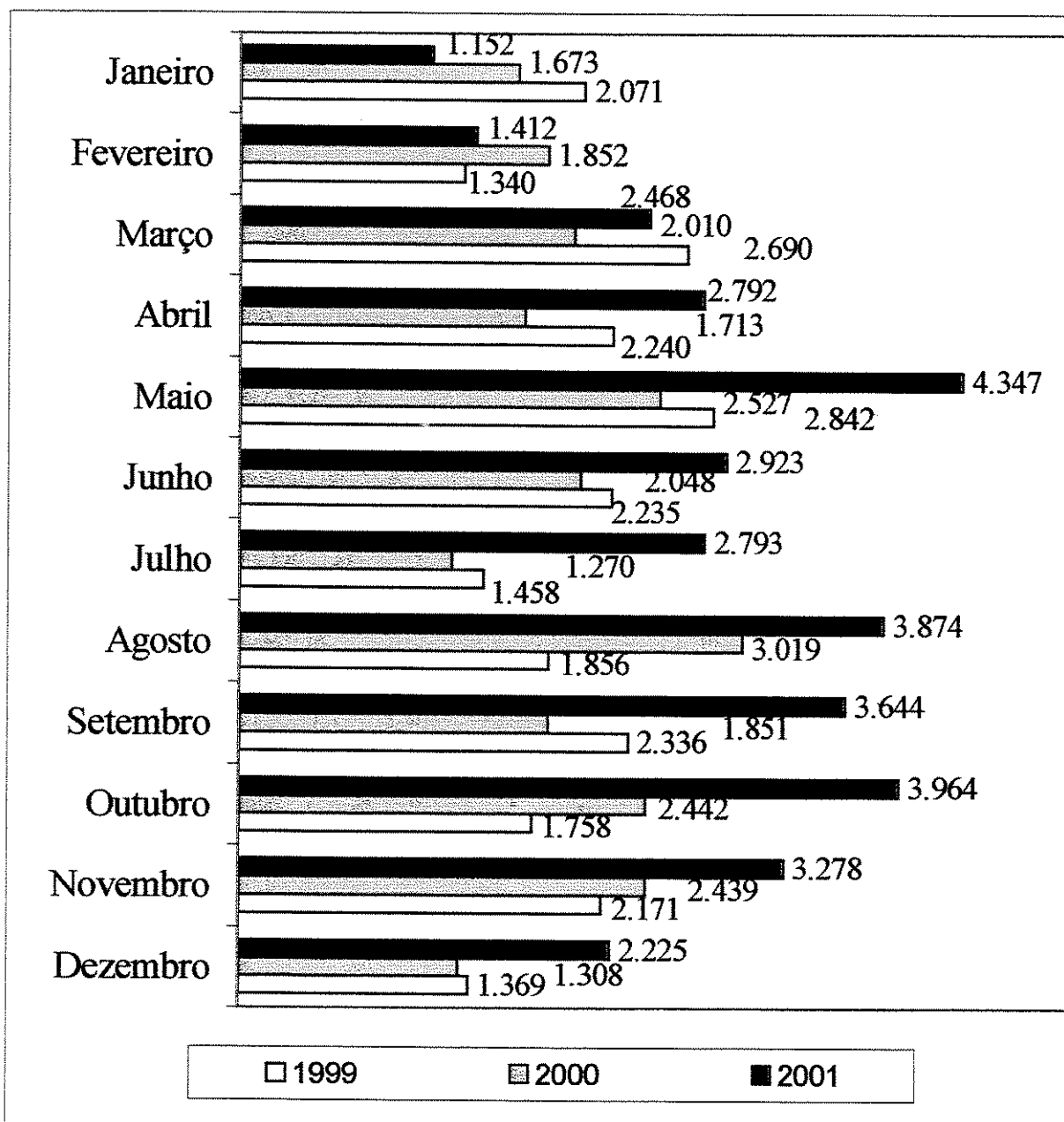


Fonte: Subsecretaria de RH/Senado Federal – Jan.2002

Se tomarmos esses números como base para medir a eficiência desse novo canal eletrônico de comunicação dos cidadãos com os parlamentares, certamente o serviço “A voz do cidadão” torna-se inexpressivo diante dos aproximadamente 14 milhões de internautas existentes no Brasil ou, se o como base de comparação os quase 100 milhões de brasileiros que hoje possuem título de eleitor. Entretanto, é preciso considerar que o número de mensagens encaminhadas pelos cidadãos através de “A Voz do Cidadão” não tem se mantido em um patamar estável, as mensagens registradas no ano passado deram um salto de 45% com relação à média de mensagens que o serviço vinha registrando. Embora o histórico dos números mostre uma seqüência de uma alta seguida de uma queda, não há como prever se o número de mensagens irá aumentar, diminuir ou se manterá a média nos próximos anos. O que sim pode ser dito é que os números das mensagens registradas, embora inexpressivos em termos de números absolutos, retratam a intensidade do impacto ou da repercussão na sociedade do que ocorre no interior do Senado. Visto por esse ângulo, o serviço “A voz do cidadão” ganha uma dimensão mais expressiva como canal eletrônico de comunicação entre a sociedade e o Senado.

Como não se encontram disponíveis os conteúdos das mensagens que foram encaminhadas aos senadores nesses anos - apenas uma pequena amostragem deles que será usada mais adiante -, com outros dados disponibilizados pela Subsecretaria de RH dos Senado podemos ver como foi o ritmo das mensagens registradas mensalmente nos últimos três anos:

**Gráfico 5 – Número de mensagens registradas pelo serviço
“A Voz do Cidadão” mensalmente (1999-2001)**



Fonte: Subsecretaria de RH/ Senado Federal – Jan.2002

O gráfico comparativo acima mostra com clareza que as mensagens enviadas pelos cidadãos não se distribuem igualmente em todos os meses, mas concentram-se desigualmente a cada período. Se observarmos todos os meses de 2001, veremos que em nove deles o Senado recebeu registros de mensagens superiores aos dois anos anteriores. Há meses, inclusive, em que as mensagens registradas foram quase o dobro que as mensagens dos anos anteriores como, por exemplo, em julho/2001. Porém, há alguns meses de 1999 e 2000 em que o número de mensagens registradas pelo serviço foi significativamente superior aos mesmos meses do ano passado. Por exemplo, em janeiro de 1999 foram registradas 2071 mensagens, uma média de quase 70 mensagens/dia. No mesmo mês, mas em 2000, foram 1673 registradas (56 mensagens/dia) e, em 2001, 1152 (38,5 mensagens/dia). Poderíamos esperar que o número de mensagens nesse período fosse pelo menos estável já que costuma ser o tradicional mês de recesso parlamentar, ou que o número de mensagens fosse crescente, e não decrescente como foi registrado, já que o serviço tornou-se mais conhecido ou porque a Internet como meio de comunicação tornou-se mais popular.

Vejamos outros picos nas mensagens registradas nos anos seguintes. Um foi em fevereiro e o outro em maio. Em fevereiro de 2000, foi registrado um número 30% superior de mensagens tanto em relação ao mesmo mês do ano 1999 como do ano 2001. Já maio de 2001 superou o mesmo mês do ano anterior em 72% de mensagens registradas, e, em 53%, com relação ao mesmo período em 1999. Visto desse ângulo, a concentração de um número maior de mensagens em determinados meses do ano mostra com mais clareza que o serviço eletrônico “A Voz do Cidadão” é um importante registro do ritmo dos acontecimentos no Senado e, ao mesmo tempo, da reação da opinião pública diante desses acontecimentos. Mesmo levando em conta que nem todas as mensagens enviadas pelos cidadãos ao serviço “A Voz do Cidadão” estão relacionadas diretamente com o que ocorre em plenário ou nas comissões, e que o ritmo das mensagens encaminhadas a esse serviço obedece também a outras variáveis, vejamos, para efeito meramente ilustrativo, o que ocorreu no Senado nesses meses de pico (janeiro de 1999, fevereiro de 2000 e em maio de 2001) que possa ter influído na incidência de um maior número de mensagens com relação aos mesmos nos outros anos.

Em janeiro de 1999 entraram na agenda do Senado dois temas de ampla repercussão popular. Um deles foi a votação da proposta de emenda constitucional que prorrogava por 36 meses a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e aumentava sua alíquota de 0,20% para 0,38% ao longo de 1999. O outro, foi um conjunto de reuniões preliminares dos partidos da base de sustentação do governo no Congresso para discutir uma proposta de consenso sobre o aumento da

cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos federais e a ampliação da contribuição para os inativos e pensionistas. Em 2000, nesse mês os parlamentares foram convocados para trabalhar extraordinariamente até o dia 14 de fevereiro, embora não houvesse nada para ser votado em regime de urgência. Entretanto, ocorreram três episódios importantes que podem explicar um número de mensagens um pouco inferior a janeiro do ano anterior. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado precisou se reunir para manifestar-se sobre o pedido de cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), acusado de estar envolvido no esquema de desvio de recursos destinados às obras do Fórum Trabalhista de São Paulo. Também foi votada a emenda constitucional que obriga as câmaras a adequar seus gastos a limites da receita fixados com base à população do município. E, finalmente, os senadores tiveram que discutir o projeto de lei que proibia manifestações de integrantes do Ministério Público, de magistrados e policiais sobre investigações em curso, a chamada de “Lei da Mordaza”. Já em janeiro de 2001, o evento mais significativo no Senado foi que o PMDB oficializou a candidatura do presidente e líder do partido, Jader Barbalho (PA), à presidência da Casa com 23 dos 26 votos, derrotando seu principal adversário político, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

No segundo exemplo, fevereiro de 2000 foi um mês atribulado para o Senado: parecer assinado pela advogada-geral do Senado abre o caminho para a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF); a oposição revela que estaria sendo montada uma manobra entre o então presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), para impedir a abertura de processo contra Estevão; os senadores ameaçam incluir na pauta, para votação em segundo turno, a emenda que restringe o uso de medidas provisórias pelo governo; acirram-se as disputas entre o governo e os congressistas por aumento do salário mínimo para US\$ 100; o governo anuncia que para aumentar o salário mínimo cortará verbas previstas nas emendas dos próprios parlamentares ao Orçamento da União; o governo fecha com o Senado um acordo sobre a emenda que restringe o uso de medidas provisórias pelo presidente Fernando Henrique Cardoso; em sessão tumultuada, o presidente do Conselho de Ética do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), anuncia o nome do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para ser relator do processo contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar; o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) é convocado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado para que apresente a sua defesa com relação a 12 acusações formalizadas na representação em que sete partidos pedem a cassação do seu mandato por quebra de decoro parlamentar.

No mesmo mês, no ano anterior, o único acontecimento importante foi propiciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, quando sabatinou o presidente indicado para a presidência do Banco Central, Armínio Fraga, visto com enorme desconfiança pela bancada de oposição por ser ligado ao um megainvestidor estrangeiro. A sabatina durou cinco horas e foi transmitida na íntegra pela *TV Senado*. Em 2001, o mês de fevereiro é marcado pelas disputas em torno à sucessão da presidência do Congresso entre o presidente e líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Jader lança a sua candidatura em meio à repercussão de reportagem da revista “Veja” que revelou o crescimento do seu patrimônio para R\$ 30 milhões, quando a declaração de renda apontava apenas R\$ 2,6 milhões. ACM perde o comando do Congresso e, em seu discurso de despedida, ameaça apresentar uma série de denúncias contra o governo.

No terceiro caso, em maio de 1999 foi registrado um número ligeiramente superior de mensagens em relação a 2000. O ponto alto do mês pode ser creditado ao depoimento que o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo acusado de desviar R\$ 169 milhões da obra superfaturada do Fórum Trabalhista de São Paulo, teve que prestar à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário e que foi transmitido integralmente pela *TV Senado*. Outro fato importante no período foi a movimentação da oposição no Senado para aprovar a criação de uma CPI para investigar a denúncia de que o presidente Fernando Henrique Cardoso teria autorizado o uso de seu nome em favor de um dos consórcios que participava do processo de privatização da Telebrás. Em 2000, maio foi marcado pelas discussões sobre a polêmica criação de um Fundo de Combate à Pobreza, pelas negociações sobre o aumento do salário mínimo que culminou em uma longa sessão que durou até a madrugada e acabou aprovando a medida provisória que fixou o salário mínimo em R\$ 151 e, no final do mês, pela recomendação da cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), formulada pelo relator do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Jefferson Peres (PDT-AM).

Maio do ano passado registrou um número de mensagens superior a qualquer outro mês dos três anos mostrados no gráfico. O mês foi quase que inteiramente monopolizado pelas repercussões provocadas pelas investigações realizadas pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado sobre o envolvimento dos senadores José Roberto Arruda (DF), à época filiado ao PSDB, e o presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), na violação do painel do Senado. O período não foi marcado por um número elevado de acontecimentos no Senado ou por questões de

caráter propriamente legislativo, mas pela paralisação do Senado em torno a um assunto que interessa a todos, cidadãos e parlamentares: os limites da ética na política.

Em síntese, os acontecimentos foram os seguintes: com discursos enérgicos no plenário, tanto Arruda como ACM negam qualquer envolvimento na violação do painel do Senado; a oposição tenta montar uma CPI ampla para apurar vários crimes de corrupção no País envolvendo o governo; os senadores Arruda e ACM enfrentam sete horas de acareação com a ex-diretora do Prodasen, Regina Borges, transmitidas ininterruptamente por várias emissoras de televisão; jornais e revistas divulgam os endereços eletrônicos dos senadores que compõem o Conselho de Ética que investiga a violação do painel do Senado, em especial, o do relator do Conselho, o senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ), que alega estar sofrendo enorme pressão da sociedade para pedir as cassações dos mandatos dos dois senadores; durante alguns dias, instaura-se uma grande polêmica no Senado sobre se o relatório do senador Saturnino deveria ser votado em sessão aberta ou fechada; o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, determina o arquivamento do caso Banpará, no que se refere à responsabilidade penal do então presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), no desvio de recursos do Banco do Estado do Pará, em 1984, quando este era o governador; em uma sessão tensa, transmitida ao vivo pela *TV Senado* e retransmitida pelas emissoras comerciais, o relator Saturnino Braga pede ao Conselho de Ética do Senado a abertura do processo de cassação contra dos senadores Arruda e ACM por "prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar"; o Senado derruba a Proposta de Emenda Constitucional 19 que previa mecanismos para disciplinar a "guerra fiscal", ou seja, a disputa pela concessão de incentivos tributários e financeiros por parte dos Estados para atrair as indústrias; o governo inicia a campanha de racionamento de energia elétrica em todo o país devido à crise energética; o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e a diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, comparecem ao senado para prestar esclarecimentos sobre os detalhes da operação de socorro financeiro que teriam beneficiado os bancos Marka e FonteCindam, em janeiro de 1999; é votado no Conselho de Ética o parecer do relator Saturnino Braga que recomendava a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar dos senadores Arruda e ACM; no final do mês, os dois senadores acabam renunciando após discursarem para um plenário cheio.

Como pode ser visto nos três casos, os números registrados pelo serviço "A Voz do Cidadão" parecem refletir o que acontece no Senado. Se assim for, o implemento dos novos recursos eletrônicos de comunicação parecem estar jogando um importante papel ao servirem aos parlamentares como um canal de sondagem das reações dos cidadãos com relação ao que ocorre no

interior do Parlamento e, ao mesmo tempo, aos cidadãos como um meio de pressão sobre os parlamentares. Das 4.347 mensagens enviadas aos senadores, em maio de 2001, através do serviço “A Voz do Cidadão”, quase 21% delas tratavam exclusivamente de decoro parlamentar.

Enquanto durou o processo de investigação sobre a violação do painel do Senado, muitos senadores comentaram que estavam sendo pressionados pelos “milhares de e-mails” recebidos pelo serviço “A Voz do Cidadão” e pelos que chegavam diretamente a seus gabinetes. Dos e-mails recebidos pelos senadores, muitos originavam-se de “correntes” que circulavam pela Internet juntando nomes na forma de abaixo-assinados a favor ou contra os senadores envolvidos. Ao longo das semanas, diversas dessas correntes apareceram nos computadores. Uma delas era intitulada “Exercício de cidadania”, com endereço cidadaniabrasil@hotmail.com, e que também divulgava os e-mails dos senadores para que eles votassem pelas cassações dos mandatos dos dois colegas. Outra, intitulada “Cassação!” e enviada através de planetatela@uol.com.br, também reunia nomes e sugeria que, a cada cem, eles fossem encaminhados para o Senado.

No dia 23 de maio de 2001, a expectativa era a votação de parecer do relatório elaborado pelo senador Saturnino Braga (PDT/RJ) que recomendava a abertura de processo contra os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) por quebra de decoro parlamentar, o que poderia levá-los à perda de seus mandatos e direitos políticos. A pressão popular e da imprensa foi enorme, como ficou registrado em alguns jornais. Somada às imagens transmitidas ao vivo pela *TV Senado*, para parte da imprensa, as mensagens enviadas via e-mails tiveram um efeito muito mais significativo: “Já seria suficientemente inibidora aos homens públicos a transmissão direta pela TV de seus atos e opiniões. Acrescente-se o correio eletrônico, habilitando o eleitor cidadão, só com um toque no teclado do computador, a distribuir pancadas virtuais. Mas talvez transformadas em reais na hora das urnas. ‘Tivemos que criar um aparato, apenas para atender a nova demanda. Nossas linhas telefônicas ficavam congestionadas’, afirma Aloízio Oliveira, diretor da *TV Senado*”.¹³⁵

Além do aumento da audiência da *TV Senado*, também teria aumentado as visitas ao site do Senado na Internet: “o número de acessos à página da *TV Senado*, que costuma ser de 200 a 300 por dia, chegou a 2.500. O depoimento seria transmitido ao vivo e na íntegra pela *web*, mas o número de internautas acabou congestionando o site do Senado, que ficou fora do ar das 15h às 17h. O diretor da *TV Senado*, Aluizio Oliveira, disse que a crise gerada pela violação do painel eletrônico elevou a

¹³⁵ Gilberto Dimenstein. 28.05.2001. <http://www.aescola.com.br/aescola/colunas/10gilbertod/2001/05/0002>.

audiência do canal (...), que costuma transmitir sessões na íntegra. ‘Sentimos muito mais retorno dos telespectadores.’”¹³⁶

A repercussão na sociedade do clima que estava sendo vivido dentro do Senado pode ser constatado pelas mensagens que foram enviadas ao Senado, através do serviço “A Voz do Cidadão”, no dia 23 de maio, quando foi votado o relatório do senador Saturnino Braga. A seguir, é apresentada uma pequena amostra das mensagens que foram enviadas nesse dia¹³⁷:

Planilhas do serviço “A Voz do Cidadão” com registros de mensagens (23/05/01)

Nome :		Data : 23/05/2001 20:31:44	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade: BH
UF : MG	CEP.:	E-Mail :	
Sugestões : O Povo brasileiro está de olho nas atividades do Senado. É muito importante que se puna a corrupção em todo o País, em todos os Poderes.			

Nome :		Data : 23/05/2001 11:45:05	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade : São Paulo
UF : SP	CEP.: 03.694-007	E-Mail :	
Sugestões : Como vao seus ladroes, mentirosos, canalhas, como voces ousam em discutir se ladrões, fraudadores e malignos homens como ACM. Arruda. e Jader irao ser cassados ou nao? Eles devem e ir para a cadeia , que seria no minimo, a pena para esses ladroes, mas nao, voces com certeza irao proteje-los, tentar tapar o sol com peneira, com acordos , com mais falcatuas, e mais mentiras....Eu tenho nojo de voces, vergonha , pois voces sao o cancer dessa Nação....Uma Nação tao rica, tao cheia de natureza, povo maravilhoso, e voces que sao escroto da sociedade acabaram com esse País.....Viva o exercito,,, Viva os militares que deveria fechar esse prostibulo e implantar a ditadura militar por seis meses e convocar novas eleicoes nesse País... Voces sao uma vergonha para o mundo.			

Nome :		Data : 23/05/2001 15:41:08	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade : RJ
UF : RJ	CEP.: 22420000	E-Mail :	
Sugestões : Senador José Eduardo Dutra: o Sr. estava mais iluminado do que nos outros pronunciamentos que fez na Comissão de Ética.			

¹³⁶ "SBT transmite sessão e bate a Globo em SP", Nélson de Sá. *Folha de S. Paulo*, 27/05/01.

¹³⁷ A Subsecretaria de Relações Públicas do Senado autorizou a publicação dessas mensagens desde que fossem omitidos os nomes dos emissores.

Nome :		Data : 23/05/2001 08:09:30	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade : São Paulo
UF : SP	CEP.:	E-Mail :	
Sugestões : Que bom será se a Comissão de Ética mostrar ao Brasil que esse País tem jeito, o Senado é uma instituição que não pode mais carregar a fama da corrupção, vamos limpar a imagem pública do Brasil! Infelizmente a cassação de três Senadores é um preço a ser pago!			

Nome :		Data : 23/05/2001 10:59:06	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade : Salvador
UF : BA	CEP.:	E-Mail :	
Sugestões : Solicitamos aos Excelentíssimos Senadores, honestos e íntegros, a divulgação na Internet da lista com o nome de cada Senador (assim como seu Partido e seu Estado) e o seu voto a respeito da Cassação em questão. Aguardamos que a punição máxima seja efetivada. Estamos cansados de sermos ludibriados e de ter que engolir a falta de caráter de políticos que se dizem CIDADÃOS A FAVOR DO POVO (?). QUEREMOS CASSAÇÃO, JÁ!!!			

Nome :		Data : 23/05/2001 11:02:00	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade : Caçapava do Sul
UF : RS	CEP.:	E-Mail :	
Sugestões : Senador Ramez Tebet: "Milhões de brasileiros estão assistindo pela TV Senado e acompanhando atentamente o processo de cassação desses dois políticos que desmoralizam a classe como um todo. Tenho certeza que o Senhor Senador, como presidente do Conselho de Ética do Senado Federal, não permita que enjembre um jogral de farsa e hipocrisia. Os brasileiros não admitem mais que o Senado brasileiro conviva com essa raça que são a antítese da moralidade política."			

Nome :		Data : 23/05/2001 07:16:01	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade : Fortaleza
UF : CE	CEP.:	E-Mail :	
Sugestões : Está chegando a hora da verdade, de sabermos quem está do lado do povo, de sabermos quem está levando essa situação do painel adiante somente para dar uma satisfação a sociedade. Senhores Senadores especialmente representantes do Ceará, não pensem que o povo cearense não observa o comportamento de vocês nesta comissão. Imaginem que até em churrascarias da periferia de fortaleza, estão sendo montados sistemas de TV por assinaturas para que através da TV Senado, ou mesmo pelos canais abertos que transmitirão ao vivo, todos os passos de vocês possam ser seguidos			

Nome :		Data : 23/05/2001 10:48:59	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade : Iguaba Grande
UF : RJ	CEP.: 28.960-000	E-Mail :	
Sugestões : Ao Conselho de Ética: os estudantes de Campos e região esperam dos Senadores que compõem o conselho de Ética e Justiça o compromisso com o decoro parlamentar, a cassação e o encaminhamento à Mesa do processo e que, se possível, reabram a instauração da CPI da Corrupção.			

Nome :		Data : 23/05/2001 16:11:04	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade : Macéio
UF : AL	CEP.:	E-Mail :	
Sugestões : Sou a favor do Relatório do Senador Roberto Saturnino e exijo a cassação dos Senadores envolvidos na violação do Painel do Senado.			

Nome :		Data : 23/05/2001 14:11:19	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade : Brasília
UF : DF	CEP.:	E-Mail :	
Sugestões : Pode uma Casa como Senado Federal, tendo como Presidente o Sr.Jader Barbalho, cassar Senadores como Antonio Carlos Magalhães e Roberto Arruda, por mentira? Será que os senhores não estão menosprezando nossa inteligência?			

Nome :		Data : 23/05/2001 16:07:17	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade :
UF : RN	CEP.:	E-Mail :	
Sugestões : Acho injusto o julgamento dos Senadores ACM e Arruda. Não se pode condenar alguém por violar algo que nem deveria ser secreto, como afinal pensa a maioria dos senadores. O Brasil tem coisa mais importante para se preocupar que atitudes impensadas de Coronéis Senadores.			

Nome :		Data : 23/05/2001 14:26:38	Telefone/ Fax :
Endereço :			Cidade :
UF : PR	CEP.:	E-Mail :	
Sugestões : Ao Senador Waldeck Ornélas: "Os covardes querem o voto secreto, os honestos querem o voto aberto."			

No dia 23 de maio, do total de 16 membros do Conselho de Ética, 13 votaram favoravelmente à abertura de processo para cassação dos dois políticos. Apenas dois senadores foram contrários à medida. O presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS) não votou. Na mesma sessão, ocorreu a votação de um destaque tentando suprimir do relatório de Saturnino as propostas de quebra de decoro e cassação de mandato. O destaque foi derrubado por 10 votos a 5.

Embora não seja possível estabelecer uma correlação direta entre a pressão exercida pelas mensagens enviadas pelos cidadãos aos membros da Comissão de Ética e o resultado da votação, pois o comportamento do legislador é moldado por uma enorme pluralidade de determinantes muito complexas e não toma suas decisões através de uma simples resposta dos cidadãos, o exemplo é ilustrativo desse novo momento de relação da política com a nova mídia eletrônica. O televisionamento ao vivo das investigações realizadas pela Comissão de Ética, associado à possibilidade do envio de mensagens eletrônicas dos cidadãos, são sinais que exemplificam as mudanças pelas quais está passando a democracia representativa.

Conclusão

O que foi tratado até aqui nos permite elaborar algumas considerações sobre o novo momento vivido pela democracia representativa. A primeira delas é que o desenvolvimento e a atual centralidade da mídia eletrônica nos processos políticos não parecem estar conduzindo à extinção ou crise da política, como alguns pesquisadores imaginavam. O que está ocorrendo é que a mídia eletrônica (não apenas a televisão de massa, mas também as atuais formas de comunicação eletrônica, como as comunicações por cabo/satélite e via Internet) vem se constituindo cada vez mais em espaço privilegiado de realização e “publicização” da política, espaço onde hoje se tecem e articulam as imagens do mundo da política. Ela configura um amplo campo de visibilidade no qual forças e personalidades políticas, bem como grupos responsáveis por exercer pressões políticas, com objetivos e estratégias variadas, concorrem pela construção das representações da política. Isso não quer dizer que a política tenha sido dominada pela mídia, que tenha sido relegada a um puro jogo de imagens ou que tenha sido reduzida a manipulações simbólicas.

O que acontece é que, a partir desse contexto midiático, enquadram-se e estruturam-se novas estratégias de busca do poder modificando os princípios da representatividade política nos quais está baseada a política democrática. Um vez que a política passou a se realizar publicamente nos espaços que a mídia eletrônica constitui e, ao mesmo tempo, sendo ela a principal fonte da qual os representados se servem para mensurar o desempenho político de seus representantes, é uma consequência inevitável que os políticos busquem formas de construir e gerenciar as suas imagens nesses espaços. Sendo assim, a política está se transformando a partir do uso que os políticos vêm fazendo da mídia eletrônica, onde o atual implemento da nova mídia na política também se insere nesse processo. A emergência do “Parlamento Eletrônico” pode ser visto como um desdobramento dessa transformação. Ele faz parte dessas novas formas pelas quais se expressa hoje a política no espaço configurado pelo universo da mídia eletrônica.

Como uma alternativa contemporânea da comunicação face-a-face, o “Parlamento Eletrônico” surge desempenhando papéis estratégicos preponderantes ao alterar a natureza da relação entre eleito/eleitor. O implemento da nova mídia nos parlamentos pode permitir restabelecer, nos períodos intereleitorais, um canal de comunicação eletrônico direto com a clientela eleitoral e com os cidadãos eventualmente interessados em política. Tanto as transmissões das tevês

parlamentares como os recursos das comunicações via Internet são importantes recursos estratégicos de orientação política.

A cobertura exclusiva e cotidiana do que acontece no Parlamento através das tevês legislativas, além de atender a necessidade por informação política de setores organizados da sociedade e indivíduos interessados em política, pode granjear aos parlamentares uma maior projeção pública nas emissoras de televisão de alcance nacional ou a possibilidade de entrarem no horário nobre nos noticiários de TV. A emissão instantânea de imagens dos legisladores pelas tevês parlamentares, embora represente por enquanto uma pequena latitude no universo de construção simbólica do poder através das transmissões televisivas, constitui-se numa fonte permanente de escrutínio visual que muitas vezes os telejornais das emissoras comerciais não têm como ignorar. Como essas imagens são também uma reação dos políticos à cobertura muitas vezes deslegitimadora que a imprensa faz da política, elas vêm carregadas com fortes apelos pelo restabelecimento da credibilidade e seriedade na política e nos políticos que desperta atenção do público.

Por outro lado, o “Parlamento Eletrônico” também vem acompanhado com novas práticas da cidadania se manifestar. Ele não se limita a ser unicamente um fórum eletrônico independente de difusão de informação legislativa, apresenta-se também como um espaço de interação eletrônica entre eleito/eleitor gerando novas circunstâncias. As novas formas de interação pública dos parlamentares podem ser vistas não somente como um fator de mudança para a política representativa, mas também como uma oportunidade de modificar o comportamento dos cidadãos e suas atitudes políticas, a fim de envolvê-los nos assuntos públicos por meio de novas formas de adesão. Da parte dos parlamentares, pode ajudar a perspectivar as decisões políticas e, da parte dos cidadãos, estimular atitudes participativas e conscientes.

As mensagens eletrônicas enviadas pelos cidadãos aos parlamentares podem ser consideradas como pequenas sondagens de opinião pública instantânea que lhes permitem uma avaliação diária do impacto potencial de suas decisões sobre a sociedade. Elas são amostras dos sentimentos de alguns cidadãos com relação ao que está posto no cenário público e se tornam em mais uma determinante que participa no complexo jogo de tomada de decisões no interior do Parlamento. Da parte dos cidadãos, surge como um novo tipo de intervenção da sociedade na política. Embora a esse respeito existam muitas polêmicas quanto aos benefícios que pode trazer a “democracia eletrônica”, há quem acredite que como a expansão da nova mídia as democracias representativas podem se tornar mais participativas.

Caso os responsáveis pela tomada de decisões tiverem condições e interesse em ampliar uma relação permanente com essas novas fontes de participação eletrônica dos cidadãos - sem que se restrinja a uma elite e onde se incorpore a comunicação horizontal entre os cidadãos -, o “Parlamento Eletrônico” pode também engendrar um novo modelo de participação civil que restaure a legitimidade do interesse pelas questões públicas na vida cotidiana das pessoas. Para o senador Roberto Freire, por exemplo, a experiência do Senado com a nova mídia já permitiria dar um “salto democrático”:

“ (...) a tecnologia disponível já permite uma nova dinâmica parlamentar, em seu trabalho interno e na sua relação com a comunidade e com novos padrões de participação democrática. Acredito, por exemplo, que já devemos analisar seriamente a possibilidade de a sociedade poder votar diretamente alguns projetos, particularmente quando estes podem provocar impactos de grande relevância. A tecnologia permite este salto democrático”.

Apesar do entusiasmo do senador, ainda é muito cedo para saber se será esse o caminho que tomarão as mudanças pelas quais passa a democracia representativa. No caso específico do Senado brasileiro, é extremamente difícil prever se haverá ou não, neste ano e nos próximos, um número crescente de mensagens encaminhadas que incorporem mais vozes dos cidadãos tornando o sistema mais participativo e dinâmico. Pois uma boa parte do desenvolvimento do “Parlamento Eletrônico” depende não apenas da expansão da nova mídia, mas também da forma como ela venha a ocorrer. Mas se o ritmo de mensagens for crescente, pode-se imaginar que no futuro esses novos canais de comunicação serão não apenas espaços de interação direta entre eleito/eleitor, mas também verdadeiros canais de pressão e expressão da opinião pública.

Bibliografia

- ARTERTON, Christopher. "Teledemocracy: Can Technology Protect Democracy?". Newbury Park, CA: Sage Publications, 1987.
- BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica". In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da Cultura de Massa. S.P.: Paz & Terra, 2000. 5ª. ed.
- BOURDIEU, Pierre. "O poder simbólico". Rio de Janeiro: Lisboa, 1989.
- _____. "Sobre a televisão". R.J.: Zahar, 1997.
- CALHOUN, Craig. "Introduction: Habermas and the Public Sphere". In: _____ (org.) Habermas and the Public Sphere. MIT, 1992.
- DELARBRE, Raúl Trejo. "Telecracia no es democracia", Comunicação & Política, nova série, v.I, No.3, abril-julho 1995, pp. 107-126.
- DHALGREN, P. "Television and the Public Sphere: Citizenship, Democracy and the Media". London: Sage Publications, 1995.
- DIZARD, W. "A Nova Mídia: A Comunicação de massa na era da informação". R. J.: Zahar, 1998.
- FISCHKIN, J. S. "Democracy and Deliberation". New Haven: Yale University Press, 1992.
- FRASER, Nancy. "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy". In: ROBBINS, Bruce (org.). The Phantom Sphere. Minesotta: University of Minesotta Press, 1993.
- HABERMAS, J. "Mudança estrutural da esfera pública. Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa". R.J. : Tempo Brasileiro, 1984.
- HAGEN, Martin. (1997). "A Typology of Electronic Democracy": http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/hag_en.htm.
- HALLIDAY, Tereza Lúcia. "Retórica e Política: a questão da Responsabilidade". In: MATOS, Heloísa. (org.). Mídia, Eleições e Democracia, São Paulo: Página Aberta, 1994.
- KEANE, John. "Transformações estruturais da esfera pública", Comunicação & Política, nova série, v.III, No.2, maio-agosto 1996, pp. 6-28.
- LANDI, Oscar. "La televisión y el futuro de la política". Comunicação & Política, No. 12, Ano 9, julho-dez. 1990.
- LONDON, Scott. "Electronic Democracy. A Literature Survey"; "Electronic Democracy", textos elaborados para o Kettering Foundation, em março de 1994: www.scottlondon.com/reports/ed.html.

- MANIN, B. "As transformações do governo representativo", In: Revista Bras. de Ciências Sociais, No.29, out./1995, pp. 05-34.
- _____. "The Principles of the Representative Government". Cambridge: University Press, 1997. Introdução.
- MARTINO, Bettina. "Posmodernidad, crisis de representación y democracia electrónica". Revista Razón y Palabra. No. 22. mayo-julio de 2001.
- MATOS, Heloiza. "Comunicação Pública - democracia e cidadania". Texto apresentado durante o I Seminário de Comunicação Legislativa, Senado Federal, nov./98.mimeo.
- MIGUEL, Luis Felipe. "Mídia e discurso político nas eleições presidenciais de 1994", Comunicação & Política, nova série, v.IV, No. 1, janeiro-abril 1997, pp. 80-96.
- MISSIKA, Jean-Louis & WOLTON, Dominique. "La folle du logis: La Télévision dans les sociétés démocratiques". France: Gallimard, 1983.
- MUGHAN, Anthony & SWARTS, Jonathan. "The Coming of Parliamentary Television". (Ohio State University). New York: Political Studies, XLV, No.01, March/1997.
- PORTO, Mauro Pereira. "A crise de confiança na política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia", In: BAQUERO, Marcelo (Org.). Condicionantes da Consolidação Democrática: Ética, Mídia e Cultura Política, Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- POSTER, Mark. "Cyberdemocracy: Internet and Public Sphere". University of California, 1995.
- RAYA, Maria E. Garcia. "Comunicación política y organizaciones sociales: de los medios y otros demonios", Comunicação & Política, nova série, vol.V, No. 1, jan.-abril 1998, pp. 157-168.
- SANTOS, João de Almeida. "Ciberdemocracia, ou gaiola eletrônica". Intervenção no Seminário de E-Politics. Maio/2000. www.zananon.com/plural/doc28.html.
- SOARES, Murilo César. "Retórica e Política". Comunicação & Política, vol.II, No.2, Nova Série, maio-agosto 1996, pp. 146-153.
- STREET, J. "Remote Control? Politics, technology and 'electronic democracy'. European Journal of Communication, 1 (12), 1997. pp.27-42.
- THOMPSON, John B. "A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia". Petrópolis: Vozes, 1998.
- TEIXEIRA, Carla Costa. "A Honra da Política: 'Decoro Parlamentar' e perda de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)". Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Sociais, UnB, 1997.

ZITTEL, T. "Electronic democracy and Electronic Parliaments – A Comparison between the US House, the Swedish Riksdagen, and the German Bundestag". Paper apresentado em um congresso realizado pelo European Consortium of Political Research, em Grenoble, 2001..

Artigos e Reportagens

ARAGÃO, Murillo de. "A relação da imprensa com o Congresso. Cobertura jornalística em Brasília é questionada em livro", Revista IMPRENSA, No. 101, fev.1996, pp.30-31.

_____. "Democracia é informação e transparência. Por isso, Câmara e Senado buscam maior comunicação", Revista IMPRENSA, No. 102, março 1996, p.50.

BRESSAN, S. "TV põe senadores entre o sucesso e o desastre": <http://www.terra.com.br/istoe/1650/html>

BRICKMANN, Carlos. "Jornais não têm interesse pelo Legislativo". Revista IMPRENSA, No. 87, dez. 1994.

BUCCI, Eugênio. "Depoimento no Senado é novela ética", *Jornal do Brasil*, 27/04/01.

DIMENSTEIN, Gilberto. 28.05.2001: <http://www.aescola.com.br/aescola/colunas/10gilbertod/2001/05/0002>".

FREIRE, Roberto. "Democracia, Parlamento e Tecnologia". Discurso realizado pelo senador no Senado Espanhol em agosto de 2001.

Manual e Normas da "TV Senado": <http://www.senado.gov.br/tv/>.

MARQUES, M. "Um pequeno 'detalhe' impede a TV Senado de sair de seu quintal", PAY-TV, No. 14, setembro de 1995.

MESQUITA, Fernando César et alli. "Comunicação e Opinião Pública", Ciclo de palestras : O Senado e a Opinião Pública, v. III, Brasília: Senado Federal, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

NOBLAT, Ricardo. "Informações de Brasília viciam jornais". Revista IMPRENSA, No. 97, out. 1995a.

_____. "Pool informal de jornalistas domina Brasília". Revista IMPRENSA, No. 92, maio/1995b.

PERRONE, F.L. "O Parlamento vai pro ar", Reportagem publicada o jornal Gazeta de Pinheiros, 13/05/90.

RAMOS, Raquel. "TV Senado deu show". Pay-tv, Ano 8, No. 85, agosto/2001.

<http://www.canaldelcongreso.gob.mx/>

SÁ, Nelson de. "TV Senado pode ter mais autonomia", Reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo, Caderno **brasil 1**, 15/03/98.

_____. "SBT transmite sessão e bate a Globo em SP", *Folha de S. Paulo*, 27/05/01.

ZANATTA, Carlos Eduardo. "Chegou a vez do canal de TV dos deputados federais", "PAY-TV", Ano 4, No. 36, julho de 1997 e www.senado.gov.br.

Sites pesquisados

<http://www.scottlondon.com/index.html>

<http://sap.mit.edu/anneb/cn-thesis/html/pen.html>

<http://www.santa-monica.org/government>.

<http://www.e-democracy.org/>.

<http://www.e-democracy.org/mn-politics>

<http://www.democraciaweb.org/>.

<http://www.larioja.org/>.

<http://www.e-thepeople.com/>.

<http://www.democracia.com.br/>.

<http://www.frontpage.auburn.edu/tann/>.

<http://www.teledemocracy.org/>.

<http://www.ccbp.ulpgc.es/>.

<http://www.psp.cz/cgi-bin/fre/info/parliaments.html>.

<http://www.e-petitioner.org.uk/>

<http://www.parlamentariosiberoamericanos.org/>.

<http://www.senado.gov.br/web/spo/sugestao.cfm>

http://www.cpac.ca/about/index_e.asp

<http://www.c-span.org/>

<http://www.congreso.es/>

<http://www.idg.com>

Anexos

City of Santa Monica

[Visitors](#) [Business](#) [Communication](#)
[Residents](#) [Government](#) [Research](#) [News](#)

[City Council](#)

[Boards & Commissions](#)

[City Attorney](#)

[City Clerk](#)

[City Fees](#)

[City Hall on Call](#)

[City TV](#)

[Community & Cultural
Services](#)

[Environmental & Public
Works Management](#)

[Emergency Preparedness](#)

[Fire](#)

[Finance](#)

[Information Systems](#)

[Library](#)

[Human Resources](#)

[Planning & Community
Development](#)

[Police](#)

[Rent Control](#)

[Resource Management](#)

[Transportation](#)

[Organization Charts](#)

[Map to City Hall](#)

[Back to City Home Page](#)

Government



Search

[Help](#) [Advanced](#)

Include: ☒ Municipal Code ☒ Agendas, Minutes and Staff Reports

WIN E-MAIL NOTIFICATION SYSTEM

Santa Monica has launched an exciting new Internet service called the Web Information Network, or WIN. Subscribers to the free system, known as *Santa Monica WINners* are receiving regular updates via electronic mail as portions of the City web site are updated. Residents who want to receive E-mail notifications from the City fill out the on-line form at win.santa-monica.org to indicate areas of interest after providing an E-mail address and a password.

EMPLOYMENT OPPORTUNITIES

The City of Santa Monica maintains a list of current job openings, an on-line application, job interest forms, and job descriptions.

CITY HALL ON CALL, ON THE WEB

Do you know who to call when a streetlight is out? Do you know who represents our community in the California State Legislature? How to get help for an elderly person or child in need? Whether you need to get a permit for a new fence or a backyard spa? City Hall on Call, a telephone-based message system, is now on-line with the answers to these questions and so much more!

SANTA MONICA GREEN BUILDINGS DESIGN & CONSTRUCTION GUIDELINES

Adopted by the Santa Monica City Council, these guidelines provide designers and builders with guidance to facilitate the development of "green" buildings in our city without forcing excessive costs or other burdens upon developers, building owners or occupants.

LIVE CITY COUNCIL NETCAST!

Watch and listen to Santa Monica City Council meetings live on the Web!

[City Council Wrap-up](#)



[Community Events](#)



[ABOUT](#)

[LINKS](#)

[DISCUSS](#)

[ELECTIONS](#)

Highlights

Building online
public
space in the heart
of real democracy
and community
since
1994. Get involved
today.

E-DEMOCRACY 2001 - LOCAL ELECTIONS

Find links to [Minneapolis](#) and [St. Paul](#) (left column) candidate web sites.

Discuss elections in [Minneapolis](#) and [St. Paul](#) with hundreds of your fellow citizens.

PROJECT HIGHLIGHTS ABOUT ONCE A MONTH

[Volunteer](#)

[Donate](#)

[Put an icon
on your site!](#)

Receive important project updates via e-mail. Carefully type your e-mail address correctly here and press

Subscribe:

Discussion

MINNESOTA FORUM - STATE AND LOCAL PUBLIC ISSUES DISCUSSIONS

Our discussions open up the real-world political process and allow you to play a serious public agenda setting role on your own time from anywhere. Around 3,000 e-mail list subscribers participate in at least one of our citizen-based online public spaces. Please join us.

Minnesota
E-Democracy
is your
credible
non-profit,
non-partisan,
trusted host for
online political
and community
discussions that
matter.

- [Discussion Index](#) - Quick access to our many forums.
- [MN-POLITICS](#) - World's largest state-level political e-mail forum system.
- [Capitol Topics](#) - Public policy announcements and information exchange
- E-Democracy Legislative Study Group - Internet-enable representative democracy.
- Local Community Discussions
 - [Minneapolis](#)
 - [St. Paul](#)

Information

MINNESOTA POLITICAL DESKTOP - LINKS

Hundreds of Minnesota public policy links covering the news media, government, issues and advocacy.

MINNESOTA CAPITOL TOPICS

Interested in? **Education. Transportation, Transit, Redistricting and Elections, and/or Tax Reform.** Join our information exchange e-mail announcement lists tied directly to the state legislative process.

MINNESOTA POLITICAL ANNOUNCEMENTS

Since creating the world's first election-oriented web site in 1994, our only agenda is to improve Minnesota's democracy through information networks.

Access the subject line index or the full text of recent posts from Minnesota's number one e-mail list for sharing political, public policy, and government news releases, event notices, and more. Join this convenient e-mail service and the DISCUSS list from our discussion page. To distribute your organization's announcements to over 500 people first read our MPA submission guidelines.

MINNESOTA ELECTIONS

Visit our recent election partnership site from 2000 and get ready for 2001 and 2002 election. Access past election sites back to 1994.

JUST VISITING? MORE ON DEMOCRACIES ONLINE

Minnesota E-Democracy has lots of visitors. Many of them share information via Democracies Online. Start a similar project in your own community, state or country.

About

Minnesota E-Democracy [more] is a non-profit, non-partisan citizen-based project, whose mission is to improve participation in democracy in Minnesota through the use of information networks. Minnesota E-Democracy hosts quality online public spaces for citizen interaction on public issues.

NOVETATS DEL WEB

X

25 setembre 2001

DEMOCRÀCIA.WEB

UNA EXPERIÈNCIA DE DEMOCRÀCIA ELECTRÒNICA A CATALUNYA



FUNDACIÓ JAUME BOFILL Amb el suport de EL PARLAMENT DE CATALUNYA

Qui som Quienes somos About us

Estigues informat sobre
DEMOCRÀCIA.WEB
Escriu aquí la teva
adreça de correu

Enviar

Bústia
de suggeriments



PARLAMENT ON LINE

Espai de debat i participació sobre temes
en discussió al Parlament de Catalunya

Textos en discussió

Projecte de llei d'urbanisme

El termini d'esmenes d'aquest projecte de llei ja s'ha tancat. Podeu llegir les propostes d'esmena enviades i aviat estaran disponibles les esmenes presentades per cada Grup Parlamentari

Projecte de llei d'orientació agrària

El termini d'esmenes d'aquest projecte de llei ja s'ha tancat. Podeu llegir les propostes d'esmena enviades i aviat estaran disponibles les esmenes presentades per cada Grup Parlamentari

Projecte de llei de regulació dels drets de superfície, de servitud i d'adquisició

El termini d'esmenes d'aquest projecte de llei ja s'ha tancat. Ja es poden consultar les esmenes presentades pels Grups Parlamentaris

Projecte de llei de cessió de finca o edificabilitat a canvi de construcció futura

El termini d'esmenes d'aquest projecte de llei ja s'ha tancat. Ja podeu consultar les esmenes presentades pels Grups Parlamentaris

Projecte de llei de meteorologia

El termini d'esmenes d'aquest projecte de llei ja està tancat. Ja estan disponibles les esmenes presentades per cada Grup Parlamentari

Proposició de llei de prevenció de la violència de gènere

Després de la suspensió de la tramitació del Projecte de llei de prevenció de la violència a la llar i en les relacions de parella, s'acaba de nomenar la Ponència conjunta de tots els Grups Parlamentaris per elaborar el text de la Proposició de llei de prevenció de la violència de gènere.

Projecte de llei de cooperació al desenvolupament

El termini d'esmenes d'aquest Projecte de llei ja s'ha tancat. Llegiu el text del projecte, les propostes d'esmena enviades des de Democràcia.web i les presentades pels Grups Parlamentaris.

Proposició de llei de foment de la pau

El termini d'esmenes d'aquesta proposició de llei ja s'ha tancat. Podeu llegir les esmenes presentades pels Grups Parlamentaris.

DEMOCRÀCIA ELECTRÒNICA

Espai de documentació i reflexió

- Papers sobre democràcia
- Enllaços amb webs de democràcia electrònica
- Enllaços amb webs polítics

Les nostres recomanacions:

CyberVote
ABC-politique.com
Talktogov.com
E-democracy Toolkit
eBallot.net

Español

English

Rep i envia informació
sobre democràcia electrònica.

Escriu aquí la teva adreça de correu.

Enviar

Agenda Parlamentària

Xats

Arxiu

Tramitacions en curs

Resultats electorals

Programes electorals

Democràcia.web té la col·laboració de:

VILAWEB



Parlament

Inicio

Versión texto

S.A.C.

B.O.R.

Contacto

Mapa

Novedad

- ❖ Presupuestos Generales 2002. Comunidad Autónoma de La Rioja
- ❖ Cartografía de La Rioja
- ❖ Informe sobre Radiación Electromagnética en Logroño
- ❖ DECRETO _/ 2002, de Ordenación de instalaciones de radiocomunicaciones en el ámbito de la Comunidad Autónoma de La Rioja.(PDF)

Información Ambiental

- Econoticias
- Novedades
- Anuncios y Convocatorias
- Otras Secciones

Turismo

- Vino y gastronomía
- Dónde está La Rioja
- Otros Enlaces

Telecomunicaciones

- Emisoras de Radiodifusión Sonora
- Otros Enlaces

Deportes

- Juegos Deportivos
- Instalaciones Deportivas
- Otros Enlaces

Educación

- Gestión Educativa
- Estudios Universitarios
- Otros Enlaces

Vivienda

- Plan Nacional de Vivienda
- Plan de Ayuda a la Vivienda

Última actualización 27 Febrero, 2002

Comunicación

La Noticia del día

Servicio de la Comunicación

Gobierno de La Rioja

- Bienvenida
- Organigrama
- Legislación
- Otros Enlaces

Municipios

- Plan Regional de Obras y Servicios
- Archivos Municipales
- Otros Enlaces

Salud

- Calendario de Vacunaciones
- Listado de Zonas Básicas de Salud
- Red Hospitalaria
- Campaña Espacios Sin Tabaco
- Otros Enlaces

Servicios Sociales

- Listado de Red de Servicios Sociales
- Plan de Personas con Discapacidad
- Plan para la Mujer
- Otros Enlaces

La Rioja en el Exterior

- Cooperación
- Otros Enlaces

Guía de la Comunicación + Información

Agricultura

- El Vino de Rioja
- El sector agrario
- Publicaciones
- Instituto de Calidad Agroalimentaria
- III Foro Mundial del Vino
- Otros Enlaces

Economía

- Observatorio del Euro
- Presupuestos
- Otros Enlaces

Emergencias 112

- Incidencias
- Oficina de Atención a La Víctima
- SOS 112
- CEIS

Cultura

- Biblioteca de La Rioja
- Instituto de Estudios Riojanos
- Otros Enlaces

Juventud

- Agenda Joven
- Carnet Joven
- Otros Enlaces



CONTRATAC

Oferta de empleo

La web del Empleado

OTROS ENLACES





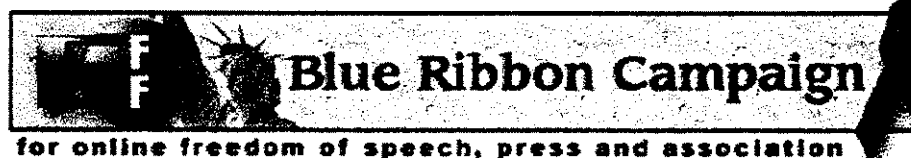
7.

Ecological and Transformational Politics section of the / Political Science Association.

E-Voting: This is a new section that will confine itself to the ra expanding field of electronic voting, or the E-Vote. Although t section in TAN+N2 on "Voting from the Home" which has mai of E-voting in it, this section will be an update and improvemer section.



We are very interested in your comments and suggestions. Please fill out our Feedback Fo



Home Site:

**Department of Political Science
Auburn University, Alabama 36849 U.S.A.
PHONE: 334.844.6161
FAX: 334.844.5348**

Project Coordinators

**Editor: Ted Becker
e-mail: becketl@mail.auburn.edu**

**Web Master: Jody Brong
e-mail: jcinc@mindspring**

**This page was last edited on:
Sunday, June 10, 2001 16:55**

You are visitor # 3 7 9 3 0



International Teledemocracy Centre



*supporting the
democratic
process:
not only
conveying the information
but also
the knowledge
to the right people
at the right time*

Welcome

The International Teledemocracy Centre aims to develop and apply advanced information and communication technology to enhance and support the democratic decision-making process.

Find out who and where we are by visiting the [about us](#) pages. Our achievements and the partners we are working with are described under [our work](#). Following the [e-toolkit](#) link takes you directly to our on-line e-democracy toolkit where you can sign petitions and join consultations.

**last
chance...**

**What sort of Scotland do we
want to live in?**



This electronic consultation is on behalf of the Scottish Executive. Find out more and have your say at [www.e-](http://www.e-consultant.org.uk/sustainability)

[consultant.org.uk/sustainability](http://www.e-consultant.org.uk/sustainability)

Site Maintainer: [ITC Webmaster](#)
Site Last Updated: 21st September 2001
Next Site Review:

[About This Site](#)

Teledemocracia

Acciones

Desarrollo de sistemas que hagan participativa la relación de los ciudadanos con los entes de representación ciudadana: participación en las elecciones locales, sistemas para el seguimiento de candidatos, propuestas y sugerencias para los órganos administrativos de interés.

Beneficios

- ▣ Gestión local: la posibilidad de recibir comentarios por otros canales
- ▣ El ciudadano puede consultar los proyectos y enviar sus opiniones
- ▣ Los partidos políticos cuentan con una nueva herramienta para valorar candidaturas, programas electorales y tomar el pulso de la opinión ciudadana

Actores

- ▣ La administración.
- ▣ Los partidos políticos

Links

Conferència sobre la democràcia electrònica: [WEB](#) 4 de agost de 1997.

Network Global. Build Local. [WEB](#)

Proyectos relacionados

MinnesotaE-Democracy [WEB](#)

G7 Government On-Line Project

(UK) [WEB](#)

The Government Information Xchange

Australian Commonwealth

USA) [WEB](#)

Government [WEB](#)

GOVERNMENT ONLINE (Japó) [WEB](#)

Egypt Government On Line [WEB](#)

Departamento de Universidades, Investigación y Sociedad de la Información

Secretaría para la Sociedad de la Información

Av. Diagonal 605, 5è 1a. 08028 Barcelona

Telf. +(34) 933 63 83 60 / Fax: +(34) 933 63 83 70

Correo-e: ssi@correu.gencat.es

Sistema de Transmissão da TV Senado

Lista de canais por operadora

Operadora : NET

Canais	Cluster	Display
GLOBOCABO	ANAPOLIS	6
	BAURU	7
	BH	8
	BRAS	7
	CAMPO GDE	5
	GOIANIA	6
	PIRACICABA	6
	RECIFE	Não Há
	RIBEIRAO PTO.	6
	RJ	8
	SANTOS	5
	SJRP	8
	SP	10
	SOROCABA	4
	CAMPINAS	9
	FRANCA	9
	INDAIATUBA	9
	JUNDIAI	9
	SAO CARLOS	9
NETSUL	ARAPONGAS	17
	BAGE	17
	B.GONÇALVES	17
	BTV BLUMENAU	48
	BLUMENAU	17
	CNOVO/Litoral	40
	CAXIAS	17
	CHAPECO	17
	CRICIUMA	17
	CRUZ ALTA	17
	CUR-CABO	17
	ERECHIM	17
	FARROUPILHA	17
	FLORIAN.	17

	JOINVILLE	17
	LAJEADO	17
	LONDRINA	17
	MARINGÁ	17
	N HAMBURGO	17
	PASSO FUNDO	17
	PELOTAS	17
	POA(CABO)	17
	RIO GRANDE	17
	STA CRUZ	17
	STA MARIA	17
	URUGUAIANA	17
TRANSCABO	CONCÓRDIA	26
	JARAG DO SUL	26
	JOAÇABA	26
	LAGES	26
TVC	NITEROI	8
	SÃO GONÇALO	8
	SALVADOR	8
INDEPENDENTES	CATANDUVA	Não Há
	UMUARAMA	17
	VITORIA	9
	ANGRA	16
	FORTALEZA	9
ACOM	JOÃO PESSOA	17
	MACEIO	17
	MANAUS	17
	NATAL	17
	SÃO LUÍS	17
W@Y BR	BARBACENA	7
	CONS. LAFAIETE	5
	CONTAG/RIB.NEV	8
	INTUIUTABA	6
	POÇOS CALDAS	8
	SETE LAGOAS	8
	UBERLÂNDIA	6
ORM	BELEM E ANANINDEUA	8

Operadora: Canbras TVA

Canais	Cluster	Display
NET SUL	Santo André / SP	16
	São Bernardo do Campo/SP	16
	Santos/SP	16
	São Vicente/SP	16
	Praia Grande/SP	16
	Guarujá/SP	16
	Cubartão/SP	16
	Bertioga/SP	12
	Mogi das Cruzes/SP	16
	Santa Branca/SP	28

Operadora: Canbras

Canais	Cluster	Display
NET SUL	São José dos Campos/SP	16
	Guarulhos/SP	16

Operadora: Video Cabo

Canais	Cluster	Display
NET SUL	Cascavel/PR	98
	Ponta Grossa/PR	98
	Guarapuava/PR	98
	Cianorte/PR	98

Antena Parabólica Sistema :	Analógico	Digital
Satélite	B1	B1
Transponder	11 A2	1 BE (banda extendida)
Frequência	4.130 HMz	3.644,4 MHz
Polarização	Horizontal	Vertical



UNITED STATES SENATE

[SENATORS](#)
[COMMITTEES](#)
[LEGISLATIVE ACTIVITIES](#)
[LEARNING ABOUT THE SENATE](#)
[VISITING THE SENATE](#)
[CONTACTING THE SENATE](#)
[SEARCH](#)

THE UNITED STATES SENATE

QUICK LIST

- [Committee Hearing Schedule](#)
- [Yesterday's Senate Floor Activity](#)
- [Senate Art](#)
- [Senate History](#)

Connect with your senators

All you have to do is visit their Web sites. And locating them is easy.

[List Senators Alphabetically](#)
[List Senators by State](#)



TODAY'S CALENDAR

2001 Schedule

Tentative schedule for Monday, October 1, 2001:

- The Senate will convene at 10:00 am on Friday, September 28th for a pro forma session only.
- The Senate will convene at noon on Monday, October 1st, for a period of morning business until 2:00 pm.
- At 2:00 pm the Senate will resume consideration of S. 1438, the Department of Defense Authorization Bill.
- There will be no votes on Monday, October 1st. A cloture vote on S. 1438 is scheduled for 10:00 am Tuesday.

[Watch Video of the Statement by Majority Leader Daschle and Republican Leader Lott directly following President Bush's address to Congress on September 20th.](#)

[Read the September 11th Joint Statement by Majority Leader Daschle and Republican Leader Lott](#)

"What happened on Tuesday, September 11th, was not simply an attack against America. It was a crime against democracy, and decency. It was a crime against humanity.

[more...](#)


BILL SEARCH

Search the 107th Congress for a bill:

by Number:

or by Keyword:

FROM THE SENATE ART COLLECTION



The Battle of Lake Erie

September 10, 1813
By William Henry Powell
1823-1879

[more...](#)

POPULAR FEATURES

[Frequently Asked Questions](#)
[Committee Memberships](#)
[FY2002 Appropriation Bills](#)
[Commemorative Coins Issued](#)

[Senate Leadership](#)
[Roll Call Vote Tallies](#)
[Nominations](#)
[Senate History News](#)



EL SENADO DE ESPAÑA

Qué es...



[Definición y Normas](#) [Historia](#) [Su carácter territorial](#) [Composición](#) [Funciones](#)

● Saludo de la Presidenta

● Mapa del Web

● Buscador

● Pleno en directo

● Foros

● Visita

● Versión sólo texto

Cómo funciona



[Órganos de la Cámara](#) [Procedimientos](#) [Relaciones interparlamentarias](#)



Qué hace

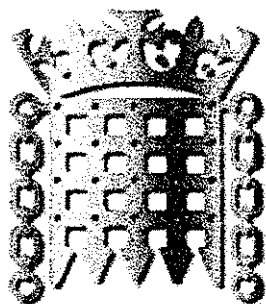
[Iniciativas legislativas](#) [Iniciativas de control](#) [Otras competencias](#) [Agenda](#) [Sesiones plenarias](#) [Actividad de Comisiones](#) [Publicaciones Oficiales](#)



Para saber más



[Documentación](#) [Informaciones prácticas](#) [Directorio](#) [Enlaces](#)



United Kingdom Parliament

Welcome to the United Kingdom Parliament's World Wide Web Service

Here you will find information about the United Kingdom Parliament, the House of Commons and the House of Lords.

[Index](#)[Site map](#)[Announcements](#)[POLIS](#)

◆ House of Commons

Business, publications, information about Members, Committees

◆ House of Lords

Business, publications, information about Peers, Committees

◆ Explore Parliament

The parliamentary web site for schools

◆ Further information about parliamentary services

Guide to parliamentary system, visits, Bookshop, archives, links

◆ Enquiries

Where to ask about the work of Parliament

Visit these pages regularly to keep up to date with the United Kingdom Parliament

This page is maintained by the Communications Directorate, United Kingdom Parliament,
Westminster, London.

Any problems with this system should be reported to webmaster@parliament.uk



Parliament of Australia

Senate



Introduction
Senators
The Senate At Work
Committees
Legislation
Publications
Department

[Parliament Home](#) [Index](#) [Search](#) [Site Map](#)

[What's New](#)

2001 General Election

The Governor-General prorogued the Parliament and dissolved the House of Representatives at 12 noon on Monday, 8 October 2001 in the lead-up to the general election, held on 10 November 2001. The Senate will next meet on a day to be fixed by the Governor-General as the opening day of the new Parliament.

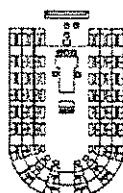
The supplementary estimates hearings scheduled for November 2001 will not proceed due to the election.

More information...

- ▶ [Presentation of government documents when the Senate is not sitting](#)
- ▶ [Australian Electoral Commission Election 2001 website](#)
- ▶ [Effect of federal election 2001 on disallowable delegated legislation](#)
- ▶ [Senate sitting pattern](#)

Senate Daily Summary

A convenient summary of each day's proceedings in the Senate.



- ▶ [Current Issue](#)
- ▶ [Back Issues](#)
- ▶ [More about this publication](#)

About the Senate

The Senate is one of the two houses of the Australian Federal Parliament. It consists of 76 Senators, twelve from each of the six states and two from each of the mainland territories. It has virtually equal power to make laws with the other House of Parliament, the House of Representatives. It is elected by proportional representation, so that its composition closely reflects the voting pattern of the electors.



INFORMACION LEGISLATIVA
INFORMACION GENERAL
SENADORES
RECORRIDO HISTORICO
BUSQUEDA

S

ENADO

REPUBLICA DE CHILE

TRABAJO LEGISLATIVO



e-legi
Partici
formación

MAS SESIONES Y MAS PROYECTOS

TESTIGOS DEL DESCONCIERTO

- TEMAS DE LA AGENDA
- SIDA Y POLÍTICA
- DEUDA EXTERNA
- MEDIO ORIENTE

COMISIONES

Trabajo Legislativo

Sesiones de Sala

Comisiones

Comunicados de Prensa

Proyectos en Trámite

Leyes Publicadas

Estadísticas

SALUD DEL PRESIDENTE DEL SENADO

PROGRAMACIÓN TV SENADO

SALUD DEL PRESIDENTE DEL SENADO

PROGRAMACIÓN TV SENADO

Sesión 25ª ordinaria

PLAZO PARA INDICACIONES A REFORMAS

RESPALDO UNANIME A BOMBEROS

MULTIFONDOS EN AFP

DEBATE

PROYECTO

HOMENAJE

Sesión 26ª Especial

FOTORRADARES

DEBATE

PROCEDIMIENTOS INSÓLITOS

PROYECTO INNECESARIO

POCA TRANSPARENCIA

Sesión 27ª ordinaria

EXTIENDE MEDIAS DE ADMINISTRACION PESQUERA

DEBATE

REGIMEN IMPRESCINDIBLE

SEGUNDA DISCUSIÓN

CALIFICACION CINEMATOGRAFICA

DEBATE

PROTOCOLO CON EL SALVADOR

CONVENIO CON LA CONFEDERACION SUIZA

FOTOS DE LA SEMANA

AVANCE DE PROYECTOS

GOBIERNO

GOBIERNO Y HACIENDA UNIDAS

RELACIONES EXTERIORES

CONSTITUCIÓN, Área Legislación y Justicia

ECONOMÍA

EDUCACIÓN

AGRICULTURA

MINERÍA Y ENERGÍA

VIVIENDA Y URBANISMO

TRANSPORTES Y TELECOMUNICACIONES

INTERESES MARÍTIMOS, PESCA Y ACUICULTURA

e-legislación

Participe en la
formación de una ley ▶

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Boas-vindas do Presidente da A.R.

Conhecer o Parlamento

Deputados

A Constituição e outras Leis

A Assembleia e os Cidadãos

Actividade Parlamentar

Revisão Constitucional



Parlamento dos Jovens

Agenda Parlamentar

Comissões Parlamentares

Constitucionalismo em Portugal

Reuniões Plenárias

Visita ao Palácio de S. Bento

Acesso a outros sistemas

Orçamento do Estado e Grandes Opções do Plano para 2002



parlamentária **LIVRARIA**



mapa



contactos



glossario

© Assembleia da República
optimizado para internet explorer 5.0,
ou superior, na resolução 800x600 pixels



ARGENTINA

Honorable Senado de la Nación

Presidencia Provisional

Autoridades

Senadores

Comisiones

Buenos Aires, miércoles 27 de febrero de 2002

Prensa: Consulta de las diferentes síntesis de prensa realizadas por la Dirección de Prensa del H.S.N.

Licitaciones: Consulta de los diferentes llamados a Licitación que se realizan en este Organismo.

Sitios de Interés

Buscar

➤ [Ley de Quiebras](#)

➤ [Ley de Emergencia Pública y de Reforma del Régimen Cambiario](#)

Proyectos Ingresados por Mesa de Entradas
desde el 21/02/02

Bienvenidos al Honorable Senado de la Nación. Esta página

Constitución
Nacional

Constituciones
Provinciales

Reglamento
del H.S.N.

Información
Legislativa

Proyectos

Versiones
Taquigráficas

Boletín de
Novedades

Museo
Parlamentario

Histórico
de Senadores



Instituto Federal
de Estudios
Parlamentarios

IFEP

El
Senado
de los
Chicos



El Congreso
y las
Legislaturas
Provinciales



German Bundestag

German Bundestag



Organization

Bundestag bodies and institutions • Plenary s

Members

MPs in the 14th electoral term • ...

Legislation

Initiation of Legislation • Committee st

Information

Information material • Calendar of sitt

Databases

State of Legislation (DIP) • Printed Pap

• ...

Europe

European parliament • European Union

International

International Parliamentary Assemblies • ...

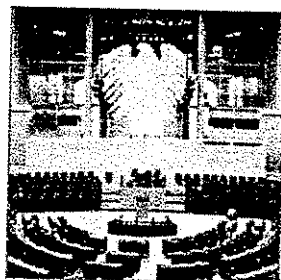
Web-TV ■

Visit us! ■

Mail box ■

Info material ■

Imprint ■



Bitte wählen Sie zum Drucken dieser Seite in Netscape: Datei > Seite einrichten > "schwarzer Text"



English
Deutsch
Español

BIENVENUE AU SÉNAT

Recherche | Liste de diffusion | Contacts | Recrutement | Plan | Librairie | FAQ | Liens

Actualités

jeudi 15 novembre 2001

L'ordre du jour

Jeudi 15 Novembre
à 9 h, à 15h et le soir :
suite de l'examen du projet
de loi de financement de la
Sécurité sociale pour 2002

Tout l'ordre du jour

La séance en direct



**Les travaux du
Sénat**
(RealVideo)

PUBLIC S

La chaîne parlementaire

Mercredi 14 novembre
sur vos écrans

7h30-8h30 :

Portrait
Jean Puech (RI, Aveyron)
Eclairage
L'enseignement des
religions à l'école

10h30-12h30 :

En séance
Examen du projet de loi de
financement de la sécurité
sociale pour 2002

16h30-18h30 :

En séance
Examen du projet de loi de
financement de la sécurité
sociale pour 2002

18h30-19h30 :

Face à la presse
Jean-Claude GAUDIN,
sénateur-maire de
Marseille

22h30-23h30 :

Studio ouvert
Quand l'Europe vieillit...

[Consultez nos programmes](#)

Forums

[Tous les forums](#)

InfoSénat

Le bulletin du Sénat au
format PDF
N° 798 du 12 novembre

Travaux parlementaires

Vos Sénateurs

Europe et International

Connexion

A la Une

Projet de loi de financement de la sécurité sociale



Le Sénat poursuit l'examen jeudi 15 novembre du projet de loi de financement de la sécurité sociale pour 2002.

- le rapport fait au nom de la commission des affaires sociales :
 - tome I (M. Alain Vasselle)
 - tome II (M. Jean-Louis Lorrain)
 - tome III (M. Dominique Leclerc)
- comptes rendus des débats du : 13, 14 et 15 novembre

[→ Lire le dossier](#)

Événements

Troisième Journée du Livre d'Economie

Journée du
Livre
d'Economie

► Troisième Journée du Livre d'Economie, le 17 novembre 2001

► Le Sénat est présent au Salon des Maires et des Collectivités locales les 20, 21 et 22 novembre

► Recrutement des enseignants-chercheurs : communication de M. Yves Fréville, le 30 octobre 2001

► Discours d'orientation de M. Christian Poncelet, Président du Sénat, le 16 octobre 2001

► Exposition "Des volcans et des hommes" Grilles du Jardin du Luxembourg du 5 novembre 2001 au 28 février 2002

► Exposition Raphaël : Grâce et Beauté Musée du Luxembourg du 10 octobre 2001 au 27 janvier 2002

[→ Tous les événements](#)

Derniers rapports

► **14/11/2001** Rapport de M. Lucien LANIER, sur la proposition de loi organique portant validation de l'impôt foncier sur les propriétés bâties en Polynésie française

► **14/11/2001** Rapport de M. Charles REVET, sur la proposition de loi relative à la prévention de l'effondrement des cavités souterraines et des marnières

Recherche

Recherche

Abonnez-vous

L'actualité : semaine

Votre mé

Vous désab

La Présidence

Autres sites



**Carrefour
collectivités**
Le point de
acteurs locaux

Sénat

Sénat Jun
Apprendre
en s'amusa



Sénat Ent

Senato della Repubblica

Approvata la riforma del sistema elettorale del C.S.M.

Senatori e
organi del Senato

Notizie
dal Senato

L'istituzione
Senato

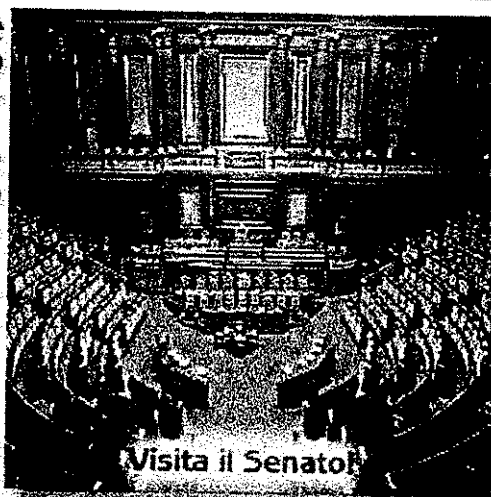
I lavori
del Senato

Futuro
dell'Europa Affari europei
e internazionali

Leggi e
progetti di legge

Relazioni
con i cittadini

Banche
dati



Visita il Senato

 [Scrivi al Senato](#)
 [Guida al sito - FAQ](#)
 [Il Senato per i ragazzi](#)
 [Parlamenti nel mondo](#)
 [Altri siti d'interesse](#)
 [Parlamento italiano](#)

Notizie dal Senato - I lavori del Senato - Leggi e progetti di legge - Senatori e organi del Senato - L'istituzione Senato - Affari europei e internazionali - Banche Dati - Relazioni con i cittadini

Visita il Senato

Il Senato per i ragazzi

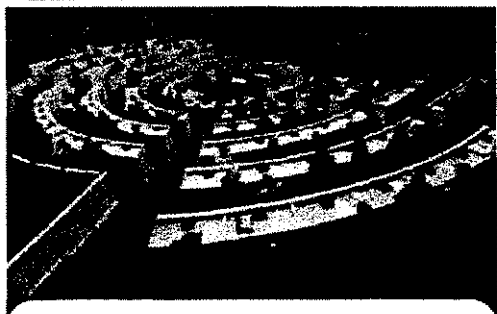
Parlamento Italiano

Scrivi al Senato - Guida al sito - Assemblee Parlamentari nel mondo - Altri siti d'interesse



The Scottish Parliament

Welcome fáilte



MESSAGE FROM THE PRESIDING OFFICER



Welcome to the Official Website of The Scottish Parliament.

The Parliament is now in its third year. So much has happened in a very short space of time. As I said in a 'half-term' report this summer our Parliament has found a personality and is now a key focal point in Scots life.

The founding principles of openness, accountability, the sharing of power and equal opportunities are at the heart of all our activities. I hope you find this website lives up to these principles.

Our site aims to provide users with all the information, documents and links they require. We also have a world-leading webcasting facility - www.scottishparliamentlive.com - which provides live audio-visual coverage of all proceedings in our Chamber and main Committee rooms.

I trust you will enjoy your visit to The Scottish Parliament online

What's in the site?

What's Happening: latest information on business in Parliament and its Committees. News and background briefing.

About the Parliament: your first stop for general information, enquiries, Holyrood, visiting the Parliament, opportunities and frequently asked questions.

Petition the Parliament - a special factsheet explains how.

MSPs: postcode search, biographies, and information in your locality.

Education: what Parliament offers young people and their teachers - resources, school visits and events.

Documents: your online library including: annual reports, Bills, the Business Bulletin, Outstanding Motions, Official Report, all Committee papers and reports, written answers, factfiles, research, WHISP and more.

Contacts: phone or email our Public Information Service.

Gàidhlig: naidheachdan, cunntas air deasbadan agus comataidhean, duilleagan foghlam, faclair na pàrlamaid, foillseachadh eile

Gaelic: news releases, summaries of debates and committees, education pages, faclair na pàrlamaid and other publications.

Latest news

Monday 26 November

PARLIAMENT AND EXCHANGE LAUNCH TUESDAY

A new scheme aimed at providing opportunities for promoting mutual understanding between MSPs and business-related communities in Glasgow will get its formal public launch on Tuesday. details

MINISTERIAL APPOINTMENT ON WEDNESDAY

Parliamentary business will start at the earlier time of 12 noon on Wednesday (November 26) for MSPs to debate the appointment of any Ministers or Junior Ministers appointed by the new Government. details [webcast](#)

GAELIC EDUCATION THIS WEEK

MSPs will have the chance to discuss their Gaelic speaking skills during Maureen Macmillan's Members' Debate on Medium Education on Wednesday afternoon (5pm). Her report highlights a shortage of Gaelic teachers and urges the Government to take urgent action. details

DEASBAD FOGHLA GÀIDHLIG AN T-SEASAO

Bidh cothrom aig buill na h-Àrd-Ìomair a' Ghàidhlig an t-seasaidh Maureen Nic Ille Mhaoineach Deasbad Bhàill Tro Mheadhain na Gàidhlig Diciadain (5.00 f). Tha aice a' comharrachadh luchd-teagaisg Ghàidhlig agus a' dèiligeadh ri dìth. details

[ABOUT](#) [SEARCH](#) [CONTENTS](#) [ADRESSES](#) [GLOSSARY](#) [SWEDISH](#)

SVERIGES 
RIKSDAG 
 THE SWEDISH PARLIAMENT

Members of the Riksdag

The Speaker
 Members
 Political parties
 Economic Benefits
 Elections

The Riksdag at Work

Main Responsibilities
 Organisation of Activities
 The Constitution
 The History of the Riksdag
 Documents

Services to the Public

Enquiries
 Visits
 Information Material

The Riksdag and the EU

The EU in the Riksdag
 Questions about the EU

Facts

- ▶ A single chamber
- ▶ 349 seats
- ▶ 7 parties
- ▶ 16 committees
- ▶ 149 women
- ▶ 81% voter participation in the 1998 election

Convention on the future of the EU

The Riksdag Board has appointed members of the Riksdag as delegates to a Convention on the future of the EU. [READ MORE](#)

Sweden to participate in security force in Afghanistan

The Riksdag has approved a Swedish contribution to a multinational security force in Afghanistan. [READ MORE](#)



CITIZEN'S GUIDE

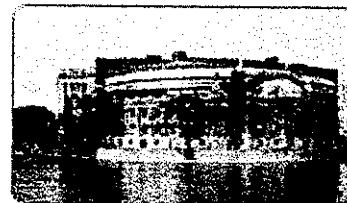
Inter-
 national
 sign
 language



THE SWEDISH GOVERNMENT

VIRTUAL SWEDEN

SWEDISH INSTITUTE



Saturday 2 February

12 a.m. **Guided tour**
 in Swedish

1.30 p.m. **Guided tour**
 in Swedish and
 English

Sunday 3 February

12 a.m. **Guided tour**
 in Swedish

1.30 p.m. **Guided tour**
 in Swedish and
 English

Monday 4 February

6 p.m. **Art tour**
 in the Riksdag in
 Swedish

Tuesday 5 February

2 p.m. **Interpellation**

[See all week](#)

Postal address: Sveriges riksdag, 100 12 Stockholm, Sweden **Telephone numbers:** Switchboard: +46 8 786 40 00,
 Questions about the Riksdag: +46 020-349 000 (national calls)
E-mail: riksdagsinformation@riksdagen.se



Parliaments and International Parliamentary Organisations on the Internet

Europe

- Andorra: Consell General
- Austria: Parlament
- Belgium: Parlement: la Chambre and Sénat
- Bulgaria: National Assembly
- Croatia: Sabor
- Czechia (Czech Republic): Poslanecká snemovna and Senát
- Estonia: Riigikogu
- Finland: Eduskunta
- France: Assemblée Nationale and Senat
- Germany: Bundestag
- Hungary: Magyar Országgyűlés
- Iceland: Althingi
- Ireland: Houses of the Oireachtas
- Italy: Camera dei Deputati and Senato della Repubblica
- Latvia: Saeima
- Lithuania: Seimas
- Luxembourg: Chabres des Députés
- the Netherlands: Parlement
- Norway: Stortinget
- Poland: Sejm and Senat
- Portugal: Assembleia de República
- Romania: Palatul Parlamentului
- Slovakia: Národná rada Slovenskej republiky
- Slovenia: Državni sabor and Državni svet
- Spain: Congreso de los Diputados and Senado
- Switzerland: Federal Assembly and Federal Council
- Sweden: Riksdag [telnet]
- Turkey: Türkiye Büyük Millet Meclisi
- Ukraine: Verkhovna rada
- United Kingdom: Parliament
 - Isle of Man :The Tynwald

Other Informations on Parliaments in Europe

Estonia: National Elections, March 5, 1995; Parliamentary Committees as of May 22nd, 1995

- Finland: Elections of 1995
- Germany: "Abgeordnete im Internet"; Woche im Bundestag
- Italy: La Buvette, parliamentary newsletter [in Italian]
- Slovakia: Administration, Politics

- [North Atlantic Assembly](#)
- [European Parliament](#)
- [European Centre for Parliamentary Research and Documentation](#)
- [Assembly of the Western European Union](#)

International Parliamentary Organisations

- [United Nations](#)
- [Inter-Parliamentary Union](#)
- [Parlamento Latinoamericano](#)

Other World

- [Armenia: Parliament](#)
- [Australia](#)
- [Canada](#)
- [Chile: Georgia](#)
- [India](#)
- [Israel](#)
- [Japan: Sangi-in and Shugi-in](#)
- [New Zealand Parliament](#)
- [Singapore](#)
- [South Africa: Parliament](#)
- [U.S.A.: House of Representatives and Senate](#)

More information

- [Web Sites of National Parliaments](#)
- [Web Sites of National Parliaments](#)
- [Web Sites of National Parliaments](#)
- [PARLINE database](#)
- [National Governments](#)
- [International Relations and Security Network](#)
- [Yahoo! Political Information on Countries](#)
- [Lycos International Government](#)





Senado Federal

Interlegis

Diário

Notícias

Brasília DF, 25/09/2001



Primeira Página



Senadores



Conheça o Senado



Processo Legislativo



Legislação



Livros e Documentos



Orçamento da União



Contratos e Compras



Informações Externas

WEBMASTER - SENADO
resolução recomendada
800x600

Jornal do Senado

JORNAL DO SENADO

Tebet convoca líderes
para definir prioridades



→ Tebet convoca líderes para definir prioridades

→ Leia todas as notícias da edição



TV Senado

TV ao vivo, 24 horas no ar. Cobertura completa das atividades do Senado e programas culturais, informativos, debates. Confira...



Radio Senado

Rádio ao vivo, programação e outras informações na página da Rádio Senado.



Senadores na Mídia

Matérias veiculadas em vários jornais de circulação nacional, todas relacionadas com atividades desenvolvidas pelos senhores senadores.



Catálogo

Conheça as atividades da Secretaria de Comunicação Social, visitando o Catálogo de Serviços.

Destaques

Senado aprova a nova Lei das Sociedades Anônimas. Confira o texto do Projeto de Lei enviado à sanção presidencial.

Agência Senado

Tempo real - 25/09

17:52 - PLENÁRIO

Chega a Plenário indicação de Artur da Távola para líder do governo

17:51 - ORDEM DO DIA

Subcomissão do Idoso vai estudar legislação para formulação de Estatuto

Mais → →



Althoff diz que Vasco financiou campanha de Eurico

→ O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), revelou nesta terça-feira que o deputado federal Eurico Miranda recebeu R\$ 600 mil do Vasco da Gama por intermédio de um "laranja".

Mais → →



Senado Federal

[Interlegis](#)[Diário](#)[Notícias](#)

Brasília DF, 15/11/2001

[Primeira Página](#)[Senadores](#)[Conheça o Senado](#)[Processo Legislativo](#)[Legislação](#)[Livros e Documentos](#)[Orçamento da União](#)[Licitações e Contratos](#)[Informações Externas](#)

Senadores

Nome	Partido	Estado	Liderança	Afastados ou Suplentes
------	---------	--------	-----------	------------------------

Selecione o nome do Senador

Ademir Andrade (PSB-PA)
Alberto Silva (PMDB-PI)
Álvaro Dias (PDT-PR)
Amir Lando (PMDB-RO)
Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
Antonio Carlos Júnior (PFL-BA)
Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Arlindo Porto (PTB-MG)
Artur da Távola (PSDB-RJ)
Bello Parga (PFL-MA)

Escolha uma Legislatura:

51 - Quinquagésima Primeira (atual) (1999 a 2003)

[Converse com os Senadores](#)[Lista dos Senadores por Estado](#)

Informações fornecidas pela Secretaria Geral da Mesa

WEBMASTER - SENADO
resolução recomendada
800x600

0800612211

PROJ

ORÇ

2

Hi

Bib

Un

150.

S



Senado Federal

Você está utilizando o Serviço 0800 - A Voz do Cidadão. Participe do Senado Federal enviando seus comentários, críticas e sugestões ao Senado e aos Senadores.

Registre aqui sua mensagem: (*)

Assunto:

Tipo da sugestão:

Informe seus dados pessoais para que possamos registrar sua mensagem. É preciso preencher, no mínimo, os campos de Nome e Endereço ou Telefone ou E-mail para que sua mensagem seja enviada com sucesso:

Nome: (*)

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

E-mail: (*)

Endereço: (*)

Cidade: (*) UF: (*)

CEP:

Telefone: (*)

FAX:

Envia os dados

Limpa

(*) Campos obrigatórios.